

ERRATA Nº1

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, por meio da Centralizadora Nacional de Contratações – CECOT, comunica a alteração do texto do Edital de LC 189/2025, conforme abaixo:

1) No Anexo IV – Minuta de Contrato, **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**, alínea “h”

Alterado de:

h) Pelo descumprimento do prazo de entrega de cada tablet, nos termos do item 5 do **ANEXO I – A FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** a **CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso, calculado sobre o preço unitário de aquisição do *PinPad*, limitada a multa a 5% (cinco por cento) do Valor Global do Contrato.

Para:

h) Pelo descumprimento do prazo de entrega de cada **PinPad**, nos termos do item 5 do **ANEXO I – A FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** a **CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso, calculado sobre o preço unitário de aquisição do *PinPad*, limitada a multa a 5% (cinco por cento) do Valor Global do Contrato.

2) No Anexo I – ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA, subitem 2.5.1.4

Alterado de:

2.5.1.4 As teclas “5”, ANULA, LIMPA e ENTRA deverão possuir identificação tátil em alto relevo, posicionada de forma a não interferir na identificação visual da tecla, de acordo com o que estabelece a norma técnica ABNT NBR152504.

Para:

2.5.1.5 As teclas “5”, ANULA, LIMPA e ENTRA deverão possuir identificação tátil em alto relevo, posicionada de forma a não interferir na identificação visual da tecla, de acordo com o que estabelece a norma técnica **ABNT NBR15250**.

3) No ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL, “PRAZO DE ENTREGA”

Alterado de:

PRAZO DE ENTREGA: De, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar da data de solicitação da CAIXA.)

Para:

PRAZO DE ENTREGA: De, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de solicitação da CAIXA.

4) Vale frisar que as alterações supra não impactam na precificação.

5) Permanecem inalterados os demais itens deste Edital e seus anexos.

Brasília, 02 de setembro 2025.

Fernando Cunha de Faria
Licitador

AVISOS

AVISO 1: Os certames licitatórios da **CAIXA** passam a ser exclusivamente por meio eletrônico

Para participação é necessário que o licitante tenha cadastro no Portal Licitações **CAIXA** (www.licitacoes.caixa.gov.br), não sendo mais necessário comparecer a uma agência da **CAIXA**.

Pedimos a leitura atenta do item 3 do edital para o correto cadastro no Portal Licitações **CAIXA** (www.licitacoes.caixa.gov.br).

AVISO 2: Informamos que foi implantada, no Portal de Licitações **CAIXA** (www.licitacoes.caixa.gov.br), a ferramenta **GUARDA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, que consiste em um repositório de arquivos no qual o licitante deverá anexar e manter atualizada a sua documentação de habilitação.

O repositório visa a otimização dos documentos enviados para o Portal de Licitações **CAIXA**, assim o licitante não terá mais que realizar individualmente o *upload* dos documentos de habilitação para cada certame que tenham interesse de participar.

O licitante deverá incluir no repositório do cadastro a documentação de habilitação exigida neste edital e alterar quando houver necessidade de atualização. **Contudo, para cada certame o licitante deverá selecionar os documentos de seu repositório e vincular ao certame/ítem de interesse, de acordo com as disposições estabelecidas no Edital de interesse.**

RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A **CAIXA** está orientada a gerir seus negócios, processos, atividades e relacionamentos com as partes interessadas com base nos princípios e diretrizes de sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, de modo a assegurar a atuação e o desenvolvimento sustentável, prezando pelo respeito ao meio ambiente, pela proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, da biodiversidade e da adaptação às mudanças climáticas do País.

Para o aprofundamento das práticas de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, a **CAIXA** estabeleceu as seguintes premissas para a gestão de seus negócios:

- ✓ Atuar de forma ética, com respeito aos direitos humanos universais e às leis dos países onde a **CAIXA** atua, e repudiar qualquer tipo de atitude ilícita nas suas operações e relacionamentos;
- ✓ Engajar e dialogar continuamente com as partes interessadas para estimular a adesão a boas práticas sociais, ambientais e climáticas, além da legislação inerente ao tema; no desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas, práticas e negócios;
- ✓ Atuar de forma colaborativa junto a clientes, fornecedores, concorrentes, governo e demais atores da cadeia de valor, a fim de promover, por meio de nossos serviços e relacionamentos, o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das futuras gerações;
- ✓ Fomentar, em toda a sua cadeia produtiva, o repúdio a todas as atitudes preconceituosas relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, ao credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação, estimulando a utilização dos meios de comunicação disponíveis para os registros de ocorrências que atentem contra o Código de Ética da **CAIXA** e a legislação específica em vigor;
- ✓ Contribuir para a conscientização dos danos causados ao ambiente em decorrência da intervenção humana, com abrangência a todas as partes interessadas da empresa;
- ✓ Formar parceria com fornecedores com foco na melhoria de processos para a redução e mitigação dos impactos econômicos, sociais, ambientais e climáticos diretos e indiretos em suas atividades de gestão socioambiental;
- ✓ Definir meios que contribuam para redução do consumo dos recursos naturais utilizados na empresa, adotando medidas adequadas à destinação de resíduos, sem prejuízo das condições de trabalho e sem alteração do padrão tecnológico atual;
- ✓ Incentivar a logística inversa e logística reversa;

- ✓ Atuar junto aos fornecedores para induzir a adoção de boas práticas de práticas que visem à mitigação das mudanças climáticas e à segurança hídrica, como a análise dos riscos e oportunidades e a ampliação de conhecimentos e experiências;
- ✓ Priorizar o consumo sustentável de recursos naturais e de materiais nos processos internos e nas contratações de bens e serviços;
- ✓ Incentivar a redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, bem como à aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis, que favoreçam a economia de insumos e energia, produzam menos poluentes e utilizem o conceito de tecnologia ou produção mais limpa, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos;
- ✓ Contribuir para a proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos e da biodiversidade e desenvolvimento de soluções que promovam uma economia de baixo carbono;
- ✓ Incluir na política de relacionamento com fornecedores, observadas as exigências legais, como variáveis de seleção e avaliação, questões sobre relações trabalhistas: não utilização de trabalho infantil em quaisquer atividades, nem mão de obra em condição de trabalho degradante ou análoga à escravidão. E ainda, questões que promovam melhorias nos processos de maneira a reduzir e/ou mitigar impactos ambientais diretos e indiretos em suas atividades; estimulando os fornecedores a replicarem essas considerações também em seus contratos, criando um círculo virtuoso de conscientização social;
- ✓ Priorizar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e redução do consumo de energia e água nas contratações de obras e serviços de engenharia, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental;
- ✓ Priorizar, nos limites legais, os fornecedores que não comungam com práticas que infrinjam os direitos humanos e, também, que contribuam para a conservação ambiental e para a proteção à biodiversidade e que combatam a exploração ilegal e predatória das florestas;
- ✓ Contribuir para erradicação do trabalho infantil, do trabalho forçado ou análogo ao escravo, promovendo discussão acerca desses temas com fornecedores, estimulando-os a cumprirem a legislação;
- ✓ Definir meios que permitam a realização de campanhas de conscientização para todos os fornecedores, de forma que fique explicitado o repúdio da **CAIXA** à mão de obra infantil e à mão de obra escrava;
- ✓ Contribuir para a erradicação de políticas ilegais, imorais e antiéticas, promovendo a divulgação de iniciativas de combate à corrupção e propina, com ações de educação para todas as partes interessadas – como fornecedores, clientes e consumidores, entre outros, disseminando o tema e orientando sobre a utilização de ferramentas correlatas.

NOSSOS VALORES ÉTICOS

A **CAIXA** elaborou o seu Código de Ética, que tem por objetivo sistematizar os valores éticos que devem nortear a condução dos negócios, orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos.

Compartilhamos com você, que poderá ser um parceiro da **CAIXA**, os valores éticos que nortearão a nossa relação.

RESPEITO

- ✓ As pessoas na **CAIXA** são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade.
- ✓ Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da **CAIXA** absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.
- ✓ Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, sexo, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.
- ✓ Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a **CAIXA**.
- ✓ Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor-próprio e a sua integridade moral.
- ✓ Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

HONESTIDADE

- ✓ No exercício profissional, os interesses da **CAIXA** estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.
- ✓ Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.
- ✓ Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.

- ✓ Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da **CAIXA** e comprometam o seu corpo funcional.
- ✓ Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto.
- ✓ Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da **CAIXA**, sob qualquer pretexto.

COMPROMISSO

- ✓ Os dirigentes, empregados e parceiros da **CAIXA** estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais.
- ✓ Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.
- ✓ Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.
- ✓ Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.
- ✓ Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.
- ✓ Preservamos o sigilo e a segurança das informações.
- ✓ Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.
- ✓ Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

TRANSPARÊNCIA

- ✓ As relações da **CAIXA** com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.
- ✓ Como Empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.
- ✓ Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio

de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.

- ✓ Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.
- ✓ Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

RESPONSABILIDADE

- ✓ Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a **CAIXA** de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.
- ✓ Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.
- ✓ Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.
- ✓ Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da **CAIXA**.

Alô CAIXA
4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC
0800 726 0101

Ouvidoria
0800 725 7474

EDITAL**CENTRALIZADORA NACIONAL CONTRATAÇÕES - CECOT****LICITAÇÃO CAIXA 237/2025 – CECOT tipo MENOR PREÇO GLOBAL****AVISO DE LICITAÇÃO PUBLICADO NO DOU EM 21/08/2025**

A **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, daqui por diante denominada simplesmente **CAIXA**, por intermédio da sua Centralizadora Nacional Contratações – **CECOT**, representada por Licitador (empregado **CAIXA** que realiza os procedimentos da **LICITAÇÃO CAIXA**), designado mediante portaria, divulga aos interessados a presente licitação na modalidade **LICITAÇÃO CAIXA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, cuja sessão pública será realizada via internet com objetivo de contratar empresa(s) para o fornecimento descrito no item 1 abaixo, sendo os procedimentos da licitação e do(s) consequente(s) contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da **CAIXA – RLCC**, Leis nº 13.303 de 30/06/2016 e nº 8.429 de 02/06/1992, pela LC nº 123 de 14/12/2006, pelos Decretos nº 8.538 de 06/10/2015 e nº 11.462 de 31/03/2023, e pela Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral, e respectivas alterações, bem como pelas disposições deste Edital e Anexos.

O **CREDENCIAMENTO** para esta Licitação **CAIXA** deverá ser efetuado até às **9h00min** do dia **02/09/2025 - HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF**, exclusivamente por meio do endereço eletrônico, conforme **item 3.4** deste edital.

As **PROPOSTAS COMERCIAIS** poderão ser enviadas depois de efetuado o **CREDENCIAMENTO** e serão recebidas até às **10h00min** do dia **02/09/2025, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF**, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no endereço eletrônico, conforme item 5.1 deste edital.

A abertura da **SESSÃO PÚBLICA**, para todos os efeitos, inclusive para o fim de impugnação do Edital, inicia-se após a data e horário limites para o recebimento das propostas, às **10h00min** do dia **02/09/2025, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF**, no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>.

A etapa de **RECEBIMENTO DOS LANCES** na Internet será aberta das **14h00min** até às **14h30min** do dia **02/09/2025, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF**, no endereço eletrônico, conforme item 7.1 deste edital.

Poderá ser apresentada **IMPUGNAÇÃO** ao Edital desta Licitação **CAIXA** até as **23h59min** o dia **26/08/2025**, exclusivamente por meio eletrônico, por umas das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → digitar a SENHA → acionar o link LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR, selecionar

ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA ou ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a MODALIDADE desejada → selecionar o link IMPUGNAÇÃO → no certame/item desejado selecionar o link ENVIAR IMPUGNAÇÃO → registrar os argumentos e confirmar.

- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “IMPUGNAÇÃO” → selecionar o botão “CADASTRAR IMPUGNAÇÃO” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “ENVIAR IMPUGNAÇÃO”.

A decisão sobre a impugnação será incluída no próprio sistema em até 3 dias úteis contados do seu recebimento.

Pedidos de **ESCLARECIMENTOS** poderão ser feitos até às **23h59min** do dia **26/08/2025**, exclusivamente por meio eletrônico, por uma das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → digitar a SENHA → acionar o link LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR, selecionar ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA ou ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a MODALIDADE desejada → selecionar o link QUESTIONAMENTO → no certame/item desejado selecionar o link ENVIAR QUESTIONAMENTO → registrar os argumentos e confirmar.
- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “QUESTIONAMENTO” → selecionar o botão “CADASTRAR QUESTIONAMENTO” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “ENVIAR QUESTIONAMENTO”.

Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos até 2 dias úteis antes da data da sessão pública.

O Licitador poderá suspender os prazos do certame, mediante motivação do ato, registrada em ata da sessão pública, para responder ao(s) esclarecimento(s) e à(s) impugnação(ões).

1 DO OBJETO

- 1.1 Registro de Preços para fornecimento de até 26.201 (vinte e seis mil duzentos e um) PinPads criptográficos com leitor de cartão chip, com operação de trade in de

equipamentos obsoletos, com possibilidade de atualização de firmware para conformidade com o padrão ABECs para transações com cartão de crédito e débito em TEF, contemplando serviços de instalação, manutenção corretiva, suporte técnico local com garantia de 12 (doze) meses para o Hardware e 36 (trinta e seis) meses para o Software, em todo território nacional, conforme endereços indicados no Anexo I-M - LOCAIS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, tudo em conformidade com as disposições deste Edital e de seus Anexos, que o integram e complementam, conforme abaixo:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I-A	FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
ANEXO I-B	UNIDADES DE SUPORTE TECNOLÓGICO
ANEXO I-C	TERMO DE RESPONSABILIDADE DE USO E GUARDA DE SOFTWARE
ANEXO I-D	RAT – RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO
ANEXO I-E	DECLARAÇÃO DE APTIDÃO, APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO
ANEXO I-F	DECLARAÇÃO DE ESTOQUE MÍNIMO DE COMPONENTES E PERIFÉRICOS
ANEXO I-G	MODELO DE ETIQUETAS DE PATRIMÔNIO
ANEXO I-H	DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES OPERACIONAIS DE PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS
ANEXO I-I	GRAU DE CRITICIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LGPD
ANEXO I-J	FLUXO PARA INCLUSÃO DE NOVO FORNECEDOR NO SERVIÇOS.CAIXA (GSC)
ANEXO I-K	CHECK LIST DE DESINSTALAÇÃO
ANEXO I-L	TERMO DE RECOLHIMENTO
ANEXO I-M	LOCAIS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
ANEXO I-N	DECLARAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO QUALIFICADO, APARELHAMENTO ADEQUADO E EXPERIÊNCIA EM INTEGRAÇÃO OU DESENVOLVIMENTO DE API E DRIVERS
ANEXO I-O	CADERNO DE HOMOLOGAÇÃO
ANEXO I-P	TERMO APARTADO DE GARANTIA
ANEXO II	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO III	PREÇO MÁXIMO ESTIMADO PELA CAIXA
ANEXO IV	MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO V	MINUTA DE CONTRATO
ANEXO VI	MODELO DE DECLARAÇÃO DE MPE
ANEXO VII	TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA
ANEXO VIII	DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

- 1.1.1 As especificações do objeto, a quantidade total estimada, os locais de entrega e a forma de execução do objeto constam dos Anexos I ao I-P deste Edital.

2 DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Podem participar desta Licitação **CAIXA** as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação que apresentem toda a documentação legalmente exigida para habilitação, indicada no item 8, além de atender às demais exigências constantes deste edital.
- 2.1.1 A documentação de habilitação deve constar no repositório de documentos que fica no Cadastro do Licitante. As instruções constam do “*Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação*” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de Licitações **CAIXA** ou na área pública do Portal em **FAQ** e **TUTORIAIS**. Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de um certame.
- 2.1.1.1 A inserção da documentação de habilitação no **REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS** poderá ocorrer a qualquer tempo acessando o ícone **MEU CADASTRO** na Área Logada do Fornecedor, entretanto a vinculação dos documentos de habilitação ao certame de interesse deverá ser realizada até o momento de envio indicado no item 8.7.
- 2.1.2 O licitante não cadastrado no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, mas que tenha interesse em fazer parte do referido Sistema, previamente à realização da licitação poderá providenciar tanto o credenciamento quanto o cadastramento em seus níveis, por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital>.
- 2.1.2.1 O Credenciamento da empresa no SICAF e o cadastramento em cada nível são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal Federal e Qualificação Econômico-financeira.
- 2.1.2.2 Os documentos exigidos, bem como as instruções para efetuar o registro no SICAF constam do manual que pode ser obtido no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital> → Aba Manuais.
- 2.2 O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual – MEI, nos termos do art. 3º e §1º do Art. 18-A da LC 123/2006, desde que não esteja inserido nas hipóteses previstas no §4º do mesmo artigo, terá assegurado o tratamento diferenciado previsto na LC, observadas as condições estabelecidas neste Edital.
- 2.2.1 Para fins deste Edital, as microempresas, as empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual - MEI são identificados como MPE.

2.2.2 A empresa que se enquadra como MPE deve apresentar declaração nos termos do Anexo VI, para fins do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006, devendo ser encaminhada na forma do item 8.7.

2.3 Não é admitida nesta licitação a participação de empresas:

2.3.1 Em recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; exceto aquelas que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor; além de cumprir todos os requisitos do item 8.4 deste Edital, estando dispensada apenas, nesses casos, a certidão negativa de falência e concordata;

2.3.2 Que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

2.3.3 Organizadas sob a forma de cooperativas, tendo em vista que pela natureza dos serviços existe a necessidade de subordinação jurídica entre o prestador de serviço e a empresa contratada, bem assim de personalidade e habitualidade, e por definição não existe vínculo de emprego entre as cooperativas e seus associados.

2.3.4 Que estejam com o direito de licitar e contratar com a **CAIXA** suspenso ou impedidas de licitar e contratar com a União, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal;

2.3.5 Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da **CAIXA**;

2.3.6 Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

2.3.7 Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

2.3.8 Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

2.3.9 Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

2.3.10 Que tiver nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

2.3.11 **Aplica-se a também a vedação prevista no item 2.3:**

- 2.3.11.1 À contratação do empregado **CAIXA** ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- 2.3.11.2 A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
- a) Dirigente da **CAIXA**;
 - b) Empregado da **CAIXA** cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da **CAIXA** hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - c) Autoridade do ente público a que a **CAIXA** esteja vinculada.
- 2.3.11.3 Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a **CAIXA** há menos de 6 (seis) meses.

3 DO CADASTRO, DA RECUPERAÇÃO DE SENHA E DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 Para participar desta Licitação **CAIXA**, o interessado deve providenciar o **Cadastro** no Portal de Compras Licitações **CAIXA** e efetuar o **Credenciamento** neste certame específico, seguindo os passos abaixo.
- 3.1.1 O cadastramento para acesso ao Portal Licitações **CAIXA** é realizado obrigatoriamente para pessoa física, que após concluído o cadastro, pode vincular e cadastrar pessoas jurídicas as quais possua a qualificação de sócio, podendo este designar representantes e equipe de usuários.
- 3.1.1.1 O Guia de Orientações de acesso ao Portal – manual de acesso, fica disponível na Área Pública do Portal, em FAQ e Tutoriais.
- 3.2 O **CADASTRO** é realizado no site da **CAIXA**, acessando o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme as seguintes etapas: acionar o botão ENTRAR → selecione o campo “CADASTRE-SE”, siga as telas informando o CPF, o NOME COMPLETO, o CELULAR, a DATA DE NASCIMENTO e o E-MAIL, na sequência defina a SENHA de 6 números, preencha os dados do PRÉ-CADASTRO, anexe a documentação de habilitação obrigatória de pessoa física utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecione as ÁREAS DE INTERESSE, confirme o aceite do TERMO DE ADESÃO e acione “CONCLUIR CADASTRO”.
- 3.2.1 Para cadastrar pessoa Jurídica o SÓCIO de uma empresa deve acessar seu cadastro de Pessoa Física, e selecionar o campo “ACESSAR A ÁREA PESSOA JURIDICA”, na sequência, acionar o botão “VINCULAR NOVO CNPJ”, preencher o formulário para cadastro da pessoa jurídica a ser vinculada à pessoa física, anexar a documentação de habilitação obrigatória de pessoa

jurídica utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecionar as ÁREAS DE INTERESSE, confirmar o aceite do TERMO DE ADESÃO e acionar "CONCLUIR CADASTRO".

- 3.3 Toda a validação cadastral é realizada com sincronia com o banco de dados da Receita Federal, portanto concluído o cadastro não é necessário se dirigir a agência da CAIXA.
- 3.4 Os procedimentos para **CADASTRO**, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados ainda não cadastrados no Portal Licitações CAIXA - www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 3.5 Para recuperar a senha de acesso ao sistema, acesse o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → definir a nova SENHA.
- 3.5.1 O usuário receberá no e-mail cadastrado mensagem com LINK PARA REDEFINIÇÃO DE SENHA, caso não seja recepcionado, pesquise também na pasta SPAM de sua conta de e-mail. Efetue o troca senha obrigatório informando nova senha com 6 dígitos numéricos.
- 3.6 Para participar desta **LICITAÇÃO CAIXA**, a interessada deverá providenciar o **CRENCIAMENTO** ao certame até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, efetuar autenticação com *login e senha* acionando o botão "**ENTRAR**" → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade **LICITAÇÃO CAIXA** → no quadro "**MINHAS ATIVIDADES**" → acionar o link "Credenciamento em Novos Certames" e marcar Comprador "**CAIXA**", selecionar o certame desejado e clicar na Atividade "Credenciamento", selecionar a declaração de ciência e marcar a(s) opção(ões) de direito de preferência, caso se aplique, e finalizar o credenciamento clicando em "Concordar".
- 3.6.1 Decorrido esse prazo não será possível o credenciamento para participação nesta Licitação **CAIXA**.
- 3.6.2 Para todos os efeitos legais, caso esteja enquadrada nas definições de MPE, nos termos do item 2.2, a licitante deve selecionar a opção "ME/EPP" na tela "Credencia Pessoa Física/Pessoa Jurídica", constante da opção "Credenciamento", no endereço eletrônico citado no item 3.6, para usufruir dos benefícios previstos na referida LC.
- 3.6.2.1 O sistema somente identificará o licitante como MPE caso faça a opção indicada no item 3.6.2 acima, sendo este o **ÚNICO** momento em que o sistema oportuniza ao licitante declarar sua condição de preferência, requisito indispensável para que possa exercer os benefícios estabelecidos na LC 123/2006 previsto neste edital.

- 3.6.2.2 Até o início da fase de lances, o licitante poderá alterar o seu credenciamento, as opções de preferência e até mesmo se descredenciar.
- 3.7 Os procedimentos para cadastramento, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados não cadastrados no site “Licitações **CAIXA**” no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 3.7.1 Caso esteja cadastrado, adotar os procedimentos de Credenciamento para participar do presente conforme item 3.6.
- 3.8 O cadastro possibilita a participação em todas as Licitações CAIXA, sendo que a etapa de credenciamento é específica para cada certame, devendo a empresa se credenciar todas as vezes que tiver interesse em participar de uma Licitação **CAIXA**.
- 3.9 O link “*Credenciamento em novos certames*”, constante no endereço eletrônico mencionado no item 3.6, permite o acesso a todos certames que estão na fase de Credenciamento, possibilitando a visualização e impressão do Edital no link “*Edital*”.
- 3.9.1 Ao clicar em “Credenciar” no certame escolhido, serão apresentadas as seguintes opções: “Edital” e a atividade “Credenciamento” caso ainda esteja no prazo.

4 DO SISTEMA ELETRÔNICO

- 4.1 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico – Licitações **CAIXA**, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances.
- 4.2 Se o Licitações **CAIXA** ficar inacessível por problemas operacionais, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do certame, ele será suspenso e retomado somente após a comunicação via e-mail aos participantes.
- 4.3 No caso de desconexão apenas do Licitador, no decorrer da etapa competitiva da Licitação **CAIXA**, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Licitador, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.3.1 Quando a desconexão do Licitador persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão da licitação será suspensa e reiniciada após comunicação aos participantes.
- 4.4 Caberá à licitante:**
- 4.4.1 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da

inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

- 4.4.2 Comunicar imediatamente à **CAIXA**, por meio do **Help Desk – 4004-0104 - Capitais e Regiões Metropolitanas ou 0800-104-0104 - Demais localidades**, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.4.3 Solicitar o cancelamento do cadastro ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 4.4.4 Manter a gestão da documentação de habilitação que ficará anexada no repositório de documentos no CADASTRO DO FORNECEDOR no Portal de Licitações **CAIXA**.
- 4.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à **CAIXA** responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6 O credenciamento junto à **CAIXA** implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à Licitação **CAIXA**.

5 DA PROPOSTA COMERCIAL

- 5.1 A Proposta Comercial (Anexo II) deve ser enviada eletronicamente, até o dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do endereço Eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, acionar o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade **LICITAÇÃO CAIXA** → no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” → acionar o link “**ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO**”, no certame/item desejado, informar o valor proposto e anexar o arquivo acionando o botão “**ANEXAR PROPOSTA**” → confirme o upload do arquivo correspondente na coluna PROPOSTA e, para confirmar a participação no item, acione o botão “**CONCLUIR/ENVIAR**”.
- 5.2 A **Proposta Comercial com preço Global** deve ser anexada em arquivo **ÚNICO**, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods/zip.
- 5.2.1 A **Proposta de Preço** é o valor que deve ser digitado após a anexação da **Proposta Comercial** (Anexo II) e corresponde ao **VALOR GLOBAL** que consta da **Proposta Comercial** (Anexo II).
- 5.2.2 O **VALOR GLOBAL** lançado na **Proposta de Preço** e o constante da **Proposta Comercial** (Anexo II) **deverão ser coincidentes**.

- 5.2.3 É de exclusiva responsabilidade do licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado.
- 5.3 A **Proposta Comercial** (Anexo II) deverá ser apresentada em uma única via, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas em suas partes essenciais, contendo os seguintes elementos:
- 5.3.1 Menção ao número do Edital, com a identificação da empresa proponente, CNPJ, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado, CEP), números de telefone e *e-mail*;
- 5.3.2 **Preço Global** para Registro de Preços para fornecimento de até 26.201 (vinte e seis mil duzentos e um) PinPads criptográficos com leitor de cartão chip, com operação de trade in de equipamentos obsoletos, com possibilidade de atualização de firmware para conformidade com o padrão ABECS para transações com cartão de crédito e débito em TEF, contemplando serviços de instalação, manutenção corretiva, suporte técnico local com garantia de 12 (doze) meses para hardware e 36 (trinta e seis) meses para o Software, de acordo com o modelo de proposta do Anexo II, atentando-se para o disposto no item 6.5 e seus subitens.
- 5.3.2.1 Os preços propostos deverão ser expressos, obrigatoriamente, em moeda corrente nacional, neles incluídas todas as despesas de qualquer natureza tais como frete, embalagens, transportes, seguros, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, e todos os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme as especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos;
- 5.3.2.2 Não será admitido no preço o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente, sem arredondamentos;
- 5.3.3 Descrição detalhada de cada equipamento ofertado, abrangendo no mínimo, marca, modelo, fabricante;
- 5.3.4 Prazo de garantia dos equipamentos ofertados, não inferior a **12 (doze) meses para o Hardware e 36 (trinta e seis) meses para o Software**, contados da data do recebimento provisório da instalação dos equipamentos e conforme o item 5 e demais subitens do Anexo I-A – Forma de Execução do Contrato.
- 5.3.5 Prazo de validade da proposta: não inferior a **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas.
- 5.3.6 **Declaração do licitante de que:**
- l) Se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à **CAIXA**

responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

- II) Não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.3 e subitens deste Edital.
- III) Cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de habilitação.
- IV) O(s) equipamento(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não reconicionado(s), não remanufaturado(s) ou reciclado(s);

5.3.7 Local, data, nome e assinatura (com a devida identificação), por quem de direito.

5.4 Assim que a proposta for acatada pelo sistema, será enviado ao licitante, via e-mail, a confirmação do recebimento.

5.5 O licitante poderá retirar ou substituir a proposta comercial anteriormente apresentada até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública por meio do endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade **LICITAÇÃO CAIXA** → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO” → selecionar o certame/item desejado → excluir a proposta anterior clicando no ícone “X” → inserir a nova proposta, conforme procedimentos descritos no item 5.1.

5.5.1 Caso haja a substituição da **Proposta Comercial**, após a anexação do arquivo contendo a nova **Proposta Comercial**, a **Proposta de Preço** deve ser novamente digitada.

6 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 Após o encerramento do horário definido para a entrega de propostas, o sistema organizará automaticamente as propostas recebidas, que serão apresentadas em ordem crescente de preços.

6.2 Em seguida, o Licitador verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.3 As propostas classificadas pelo Licitador serão ordenadas automaticamente pelo sistema, para a participação da disputa por meio de lances eletrônicos, conforme item 7.

6.3.1 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso

após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 11 deste edital.

- 6.4 Encerrada a etapa de lances, o Licitador solicitará do licitante detentor do menor preço o envio da proposta comercial referida no item 5.3, com os respectivos valores adequados ao preço do lance vencedor, e verificará a aceitabilidade do preço ofertado observando os seguintes critérios:

- Condições do item 6.5 e subitens e;

- Compatibilidade entre o preço ofertado e aqueles praticados no mercado, bem como a sua coerência com a execução do objeto desta licitação.

- 6.4.1 A proposta comercial adequada deve ser encaminhada no prazo de até **2 (duas) horas** a contar da solicitação do Licitador por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade **LICITAÇÃO CAIXA** → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → clicar em “ENCAMINHAR PROPOSTA AJUSTADA”, anexar os arquivos e confirmar.

- 6.4.2 Encerrada a licitação, o Licitador divulgará no www.licitacoes.caixa.gov.br os atos de declaração do vencedor, a homologação do certame, bem como as planilhas com os valores unitários e global estimados pela CAIXA para a presente contratação, com a disponibilização de Ata de Encerramento.

6.5 Será desclassificada a proposta que:

- 6.5.1 Não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste Edital;

- 6.5.2 Contenha vícios insanáveis;

- 6.5.3 Apresente preço ou vantagem baseados em outras propostas;

- 6.5.4 Apresente preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela **CAIXA**;

- 6.5.4.1 Verificada a hipótese de preço inexequível, o Licitador concederá o direito de contraditório, solicitando que o licitante apresente nota explicativa para comprovar a regularidade de sua proposta, sob pena de desclassificação.

- 6.5.5 Apresente preços superiores aos valores estimados pela **CAIXA**;

- 6.5.5.1 Transcorrida a etapa de lances e negociação, será considerado excessivo o preço global e unitários, que se apresentem superior ao máximo admitido pela **CAIXA**, conforme a estimativa de custos constante do Anexo III.

- 6.5.5.1.1 No caso de não haver lances, serão considerados, para análise dos preços excessivos, os preços constantes na proposta comercial. Caso seja verificado que o(s) preço(s) global e unitário(s) estão acima do máximo admitido pela

CAIXA, ainda cabe negociação para redução dos valores apresentados.

- 6.5.5.1.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.
- 6.5.6 Apresente declaração de enquadramento como MPE, mas extrapole o faturamento previsto no art. 3º, inciso II da LC 123/2006, ou o limite proporcional de que trata o art.3º, § 2º, em caso de início de atividade no ano vigente, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12, do referido artigo.
- 6.6 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.7 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 11 deste edital.
- 6.8 No julgamento das propostas, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 6.8.1 A **CAIXA** poderá solicitar esclarecimentos adicionais a respeito da proposta, para fiel entendimento do Licitador, que servirão de subsídio ao julgamento, inclusive, no que se refere à apresentação de especificações claras e precisas, com a indicação de marcas, cores, formato, etc., e anexação de catálogos ou croquis ilustrativos para melhor identificação do material cotado, quando for o caso.
- 6.9 Se todas as propostas forem desclassificadas, o Licitador poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimada(s) da(s) causa(s) da desclassificação.
- 6.9.1 Neste caso, o prazo de validade das propostas será contado a partir da nova data fixada para sua apresentação.

7 DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

- 7.1 Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico, selecionando a seguinte sequência em www.licitacoes.caixa.gov.br, acionar o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade **LICITAÇÃO CAIXA** → no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” → acionar o link “**EFETUAR LANCES**”, no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao **PREÇO GLOBAL**.

- 7.1.1 Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no próprio sistema, sendo vedada a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante às penalidades constantes no item 17 deste Edital.
- 7.1.2 Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Licitador.
- 7.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:
 - 7.2.1 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
 - 7.2.2 No caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
 - 7.2.3 Os lances a serem ofertados devem corresponder ao **PREÇO GLOBAL**.
- 7.3 Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.
- 7.4 Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.
- 7.5 Ao término do horário definido no preâmbulo deste edital para o recebimento dos lances, o sistema eletrônico emitirá aviso na página de *Lances*, informando que o certame entrou em horário randômico, com duração de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, sendo encerrada a recepção de lances.
 - 7.5.1 O horário randômico tem por objetivo disponibilizar tempo extraordinário aos interessados para que possam registrar seu(s) último(s) lance(s).
 - 7.5.2 Por isso, o horário randômico poderá ser suficiente ou não para o registro de um ou mais lances, uma vez que o seu encerramento será efetuado de forma automática pelo sistema.
- 7.6 Após o encerramento da etapa de lances, o sistema divulgará o nome do licitante detentor do melhor preço.
- 7.7 A desistência em apresentar lance eletrônico implicará a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.8 Caso o menor preço seja ofertado por uma MPE, o Licitador abrirá a etapa de negociação em conformidade com o item 7.12.

- 7.9 Caso o menor preço não seja apresentado por uma MPE, observar-se-á o seguinte:
- 7.9.1 Se houver proposta apresentada por MPE de valor igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, será oportunizado o exercício do direito de preferência à MPE.
- 7.9.1.1 O direito de preferência consiste na possibilidade de o licitante apresentar proposta de preço inferior ao do licitante mais bem classificado que não se enquadra como MPE.
- 7.9.2 O Licitador dará início à fase para oportunizar o direito de preferência à MPE, apta a exercê-lo, em data e horários a serem informados após o encerramento da etapa de lances.
- 7.9.2.1 O novo valor proposto pela MPE deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) minutos da convocação do Licitador, sob pena de perda do direito de preferência.
- 7.9.3 Havendo o exercício de preferência pela MPE, o licitador passa à etapa de negociação, em conformidade com o item 7.12, observando os demais procedimentos subsequentes estabelecidos para cada etapa deste certame.
- 7.9.4 Caso a MPE não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as MPE remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite estabelecido no item 7.9.1, obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente, até a identificação de uma empresa que preencha todos os requisitos do edital.
- 7.9.5 Se houver equivalência de valores apresentados por MPE, dentre as propostas de valor até 10% (dez por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como MPE, o Sistema realizará sorteio eletrônico para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta.
- 7.10 No caso de Propostas com valores iguais e depois de observado o exercício do direito de preferência previsto neste Edital, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:
- 7.10.1 Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento.
- 7.10.2 Permanecendo o empate, será assegurada a preferência para o bem ou serviço, objeto dessa licitação, conforme abaixo:
- I Com tecnologia desenvolvida no País;

- II Produzido de acordo com processo produtivo básico, na forma a ser definida pelo Poder Executivo;
 - III Produzido ou prestado por empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - IV Produzido ou prestado por empresas brasileiras;
 - V Produzido ou prestado por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - VI Produzido ou prestado por empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.10.2.1 Para a conferência das ocorrências dos incisos acima, será realizada diligência e conferência do cadastro do licitante para ratificar as informações.
- 7.10.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.11 No caso de obras e serviços de engenharia, o percentual de redução do preço proposto na fase de lances, bem como do preço proposto quando do exercício dos direitos de preferência, deve incidir de forma linear sobre os preços unitários propostos na planilha orçamentária apresentada na proposta comercial na forma deste Edital.
- 7.11.1 Para todos os objetos, na apresentação das propostas ajustadas, não será admitida majoração de preços unitários e taxas:
- a) Da proposta da fase de lances em relação à proposta inicial ofertada pelo licitante;
 - b) Da proposta final negociada em relação à proposta da fase de lances ofertada pelo licitante;
 - c) Da proposta final negociada em relação à proposta inicial ofertada pelo licitante, no caso da inexistência de fase de lances.
- 7.12 Esgotadas as etapas anteriores, o Licitador deverá **negociar** com a licitante melhor classificada para que seja obtido desconto sobre o valor ofertado, sendo essa negociação realizada no campo próprio para troca de mensagens exclusivamente por meio eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br - acionar o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade **LICITAÇÃO CAIXA** → no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” → acionar o link → “**EFETUAR NEGOCIAÇÃO**”.

- 7.13 Na etapa de negociação, o licitante vencedor deverá encaminhar, na forma do item 8.7, a proposta comercial com a descrição detalhada dos custos e com os respectivos valores adequados ao preço negociado.
- 7.13.1 Quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, o Licitador poderá negociar com o licitante condições mais vantajosas.
- 7.14 Se a proposta ou lance não for aceito ou se o licitante não atender às exigências do edital, o Licitador examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, observando o direito de preferência estabelecido, a sua aceitabilidade, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8 DOCUMENTAÇÕES NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO

- 8.1 Para fins de habilitação no certame, o licitante terá de satisfazer os requisitos abaixo:
- Habilitação jurídica;
 - Qualificação técnica;
 - Qualificação econômico-financeira;
 - Regularidade fiscal federal;
 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 8.1.1 O licitante deverá anexar a documentação de habilitação no repositório de documentos localizado no Cadastro do Licitante. Na Área Logada do Fornecedor, acesse o link “*VINCULAR DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO*” e selecione o item desejado, acione o botão “*VINCULAR DOCUMENTAÇÃO*”, selecione a documentação correspondente e conclua acionando o botão “*CONFIRMAR*”. A documentação vinculada fica disponível na coluna Documentação, confira e, para confirmar, acione o botão “*CONCLUIR/ENVIAR*”.
- 8.1.2 As instruções também constam do “*MANUAL DO FORNECEDOR GUARDA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO*” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br) ou na área pública do Portal em FAQ e TUTORIAIS. Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de uma licitação da CAIXA.
- 8.1.3 O Credenciamento do Licitante no SICAF e o cadastramento em cada nível abaixo indicado são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal Federal e

Trabalhista, caso exigida:

Nível I – Credenciamento: nível básico e pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis;

Nível II – O registro regular nesse nível supre as exigências de Habilitação jurídica; quando seus anexos no SICAF atenderem aos documentos dispostos no item 8.2 e subitens deste Edital.

Nível III – O registro regular nesse nível supre as exigências de Regularidade Fiscal em âmbito federal e trabalhista;

Nível V – O registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação técnica em relação ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente, quando for exigido para o exercício da atividade;

Nível VI – O registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação Econômico-Financeira, quando seus anexos no SICAF atenderem aos documentos dispostos no item 8.4 e subitens deste Edital.

- 8.1.3.1 As certidões e documentações apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação do licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.
- 8.1.3.2 Caso não seja possível efetuar a consulta de algum documento ou nível de cadastro no SICAF, ou na hipótese de aquele estar vencido, o licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) vencido(s)/faltante(s) na forma do item 8.7.
- 8.1.3.3 A comprovação do credenciamento e cadastramento em cada nível do SICAF, dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, por intermédio de consulta ‘on line’ no SICAF, opção “Situação do Fornecedor”, depois de verificada a aceitabilidade da proposta.
- 8.1.3.4 Para fins de habilitação, a verificação pela **CAIXA** nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.2 A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

- 8.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.2.2 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.2.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para

funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

- 8.2.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.3 A documentação relativa à regularidade fiscal federal consistirá em:

- 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.3.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND), na forma da lei.
- 8.3.3 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 8.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, comprovada por meio de consulta à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.
- 8.3.4.1 Caso seja apresentada à **CAIXA**, por licitante ou cidadão interessado, Certidão Positiva expedida posteriormente àquela apresentada quando da habilitação, será concedido ao licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, sob pena de inabilitação.
- 8.3.5 A MPE que se declarar como tal, nos termos do Art. 3º da LC nº 123/06 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal ainda que contenham restrição.
- 8.3.5.1 Na situação supra, será assegurado à MPE declarada vencedora, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério da **CAIXA**, para comprovar a sua regularidade fiscal.
- 8.3.6 A MPE que se declarar como tal, nos termos do Art. 3º da LC nº 123/06 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal ainda que contenham restrição.
- 8.3.6.1 Na situação supra, será assegurado à MPE declarada vencedora, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério da **CAIXA**, para comprovar a sua regularidade fiscal.

8.4 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:

8.4.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da Justiça Comum Estadual da sede da pessoa jurídica, com validade expressa no próprio documento ou, no caso de omissão, que tenha sido expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;

8.4.2 Comprovação da boa situação financeira da empresa, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.4.2.1 O licitante credenciado e cadastrado no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF terá sua qualificação econômico-financeira avaliada por meio desses índices, a partir das informações do balanço patrimonial do licitante, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, exigíveis na forma da lei.

8.4.3 A empresa que apresentar resultado igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices relativos à boa situação financeira (LG – Liquidez Geral; LC – Liquidez Corrente; SG – Solvência Geral), deverá comprovar possuir patrimônio líquido não inferior a **R\$ 1.018.066,06 (um milhão, dezoito mil, sessenta e seis reais e seis centavos)**.

8.4.3.1 O patrimônio líquido exigido acima será calculado por meio da fórmula seguinte, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

$$\text{Patrimônio Líquido} = \text{Ativo Total} - \text{Passivo Total (Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante)}$$

8.4.3.1.1 Para o licitante credenciada e cadastrada no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF, o patrimônio líquido exigido acima será

obtido a partir das informações do balanço da empresa, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei.

8.4.3.2 Na impossibilidade da obtenção no SICAF dos índices econômicos e das informações necessárias ao cálculo do patrimônio líquido, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, na forma do item abaixo.

8.4.3.3 São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentadas:

8.4.3.3.1 Publicado em Diário Oficial; ou

8.4.3.3.2 Publicado em jornal, ou

8.4.3.3.3 Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou

8.4.3.3.4 Por cópia ou fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticada na junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento; ou

8.4.3.3.5 Registrado no SPED – Sistema de Público de Escrituração Digital e/ou na ECD - Escrituração Contábil Digital, nos termos do Decreto nº 6.022 de 22/01/2007 e da Instrução Normativa RFB nº 2003 de 18/01/2021 e alterações.

8.4.3.3.5.1 Sendo apresentados o Balanço Patrimonial e a Demonstrações Contábeis na forma do subitem 8.4.3.3.5 o licitante deverá apresentar termo de autenticação digital na Junta Comercial respectiva ou outro documento que possibilite a comprovação dos documentos em site público.

8.4.4 As entidades Sem Fins Lucrativos estão dispensadas da apresentação da documentação referente à Qualificação Econômico-Financeira.

8.4.5 O licitante enquadrado como microempreendedor individual - MEI está dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.5 A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.5.1 A qualificação técnica da licitante será comprovada mediante apresentação de atestados / certidões / declarações, fornecidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando ter desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com o objeto desta licitação, conforme descrito no termo de referência.

- 8.5.1.1 Para fins de compatibilidade será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) que comprove(m) o fornecimento de PinPads com leitor de cartão integrado ou microcomputadores com leitor Smartcard integrado ou notebooks com leitor Smartcard integrado, além da prestação do serviço de suporte e manutenção por no mínimo 12 meses destes mesmos equipamentos, desde que tenha sido fornecido para instituições financeiras autorizadas a operar pelo BACEN no Sistema Financeiro Nacional classificadas no segmento S1.”
- 8.5.1.2 A **LICITANTE** deverá comprovar a capacidade mínima 30% do quantitativo.
- 8.5.1.2.1 Quantitativo 7.860 é o equivalente a 30% do total solicitado de total de 26.201, conforme descrito no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**.
- 8.5.1.3 O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) deve(m) ser apresentado (s) contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.
- 8.5.1.3.1 Os atestados deverão observar os seguintes requisitos de conteúdo, forma e validade, devendo conter:
- a) Nome, cargo ou função, dados de identificação, telefone e e-mail de contato do emissor;
 - b) Descrição geral dos serviços prestados;
 - c) Informação expressa de que o serviço foi ou está sendo executado de forma satisfatória;
 - d) Data de início da prestação dos serviços;
 - e) Data de término da prestação dos serviços (em caso de **CONTRATO** em vigor, indicar a data prevista e a etapa em que se encontra o projeto).
- 8.5.2 Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser apresentados, inicialmente, com tradução livre.
- 8.5.2.1 Para fins de assinatura do contrato, os documentos de habilitação escritos em língua estrangeira devem ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado, devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.5.2.1.1 Quando os documentos forem de procedência estrangeira e emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

- 8.5.2.2 Para os documentos públicos estrangeiros não se aplica a exigência de legalização consular, ou seja, o reconhecimento de assinatura ou autenticação pela autoridade consular ou diplomática, sendo exigida tão-somente a aposição de Apostila que consiste em anotação, selo ou carimbo dado pela autoridade competente do país de onde o documento é originário, nos termos do Decreto nº 8.660, de 29 de Janeiro de 2016.
- 8.5.3 Não são considerados válidos para fins de habilitação, atestados de prestação de serviços incompatíveis com as atividades econômicas previstas no contrato social do licitante. Os atestados devem demonstrar uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato.
- 8.6 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será suprido pela declaração do licitante de que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
- 8.6.1 Tal declaração deverá ser firmada eletronicamente pelo licitante por meio de aceite do Termo de Responsabilidade, quando do seu credenciamento, na forma do item 3.4.
- 8.7 Encerrada a etapa de negociação, a documentação relacionada no item 8.7.1 ou 8.7.2 deverá ser encaminhada pelo Portal Licitações **CAIXA**, no prazo de até **2 (duas) horas** a contar da solicitação do Licitador.
- 8.7.1 **Para licitante credenciado e cadastrado em cada nível do SICAF:**
- a) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
 - b) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
 - c) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO VI);
 - d) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Social, ambiental e climática (Anexo VII).
- 8.7.2 **Para licitante NÃO credenciado e NÃO cadastrado em cada nível do SICAF:**
- a) Documentação relativa à Habilitação jurídica;
 - b) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
 - c) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
 - d) Documentação relativa à regularidade fiscal federal;
 - e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
 - g) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO VI);
 - h) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Social, ambiental e climática (Anexo VII).
- 8.7.3 Os documentos de habilitação deverão ser enviados após abertura do prazo definido no item 8.7, que será comunicado via sistema na Área Logada do

Fornecedor, em “**NOTIFICAÇÕES**”. Para tanto, a documentação deverá ser vinculada ao certame, pelo ícone “**VINCULAR DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**”, localizado na Área Logada do Fornecedor.

- 8.7.3.1 A documentação vinculada fica disponível na coluna “**DOCUMENTAÇÃO**”. Após vincular toda a documentação exigida, confira e acione o botão “**CONCLUIR/ENVIAR**”.
- 8.7.4 As certidões apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação da licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.
- 8.7.5 O Licitador, mediante decisão fundamentada, registrada em ata, poderá promover diligência para a complementação de informações necessárias que atestem condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública do certame, isto é, poderá requerer documento(s), uma única vez, que não altere(m) ou modifique(m) aquele(s) anteriormente encaminhado(s), garantindo-se a transparência e a isonomia aos demais licitantes.
- 8.8 Serão aceitos como autênticos os documentos do licitante vencedor enviados pelo Portal Licitações **CAIXA**, mediante envio do **Anexo VIII - DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE** assinado.
 - 8.8.1 O Licitador poderá exigir para conferência a apresentação do documento em cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original, caso exista dúvida a respeito da autenticidade do documento.
 - 8.8.2 Os documentos que exigem assinatura podem ser assinados na forma do subitem 22.14 ou por assinatura física.
 - 8.8.2.1 Em caso de dúvidas quanto à sua autenticidade/autoria dos documentos com assinatura física, o Licitador também poderá exigí-los a sua apresentação com firma reconhecida em cartório.
 - 8.8.3 A entrega de documentos na forma física, caso necessária, deve ser no endereço da **CECOT** - SBS Quadra 01, Lote 2, Bloco L, Edifício Filial, 7º Andar, Asa Sul, Brasília/DF – CEP 70.070-110, no prazo **de até 3 (três) dias úteis** após a publicação da ata da sessão pública ou após solicitação do Licitador.

9 DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Encerrada a fase de julgamento e classificação das propostas, o Licitador verificará, caso o licitante vencedor seja MPE e tenha utilizado o direito de preferência previsto no item 7.8, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já é suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, previsto no art. 3º, inciso II, da LC 123/2006, como condição para o benefício concedido à MPE.

- 9.1.1 A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela MPE, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 3º, §§ 9º-A, 10 e 12, da LC 123/2006.
- 9.1.2 A referida verificação será feita mediante consulta ao Portal da Transparência no endereço eletrônico www.portaltransparencia.gov.br. Em Consulte pessoa jurídica → digite nome ou CNPJ → clicar em recursos recebidos.
- 9.1.3 A pessoa jurídica vencedora com utilização do direito de preferência, que extrapolar o faturamento máximo permitido, perderá o direito ao tratamento diferenciado, sendo examinadas as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, conforme item 7.14.
- 9.2 O Licitador efetuará a consulta “online” ao SICAF, para verificação da situação do licitante credenciado e cadastrado em cada nível do Sistema, se for o caso, ocasião que será impressa a Declaração de “Situação do Fornecedor”.
- 9.2.1 Nesse mesmo ato o Licitador verificará o atendimento das condições de habilitação do licitante vencedor, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.7.
- 9.3 É assegurado ao licitante o envio de documentos complementares destinados a atualizar a validade daqueles com prazo expirado, ou para fins de confirmação de informações, conforme item 8.7.3.
- 9.3.1 O prazo para envio da documentação complementar será de **02 (duas) horas** a contar da solicitação pelo Licitador por meio do sistema.
- 9.4 Será assegurado à MPE que apresentar alguma restrição na sua documentação fiscal, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a necessária regularização, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério do Licitador.
- 9.4.1 A contagem do prazo acima será iniciada a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, mediante comunicação eletrônica a todos os participantes.
- 9.4.2 Nessa circunstância, considerando a necessidade de comprovação da regularidade fiscal no prazo legal, a declaração do vencedor será feita em caráter provisório e somente será confirmada após a verificação da regularidade fiscal
- 9.4.3 A não-regularização da documentação fiscal da MPE no prazo previsto no item 9.4, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à **CAIXA** convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

- 9.5 A fim de verificar se existe restrição do licitante ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, além do SICAF, serão efetuadas as seguintes consultas, sem prejuízo de verificação dessa restrição por outros meios:
- Ao CEIS/CNEP/CEPIM - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/Cadastro Nacional de Empresas Punidas/Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo - www.portaltransparencia.gov.br;
 - Ao CNCIA – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, constante no endereço eletrônico do CNJ – Conselho Nacional de Justiça – www.cnj.jus.br/, em “Sistemas e Serviços” → “Cadastro Improbidade Administrativa” → “Consultar Requerido / Condenação: Retorna os requeridos cadastrados nos sistema, podendo-se detalhar as suas respectivas condenações”, selecionar esfera “Todos(as)”;
 - SICOW – Sistema interno da **CAIXA**, que permite verificar se há impedimento de o interessado licitar e contratar com esta Empresa Pública.
- 9.6 **Não será habilitada a empresa que:**
- 9.6.1 Esteja com algum documento vencido no SICAF, caso não tenha sido exercida a faculdade prevista no item 9.3 e ressalvada a possibilidade de regularização da documentação fiscal da MPE, na forma do item 9.4;
 - 9.6.2 Não comprove a regularidade da documentação habilitatória por ocasião de sua verificação, ressalvado o tratamento diferenciado quanto à regularidade fiscal da MPE, na forma do item 9.4.
 - 9.6.3 Esteja com o direito de licitar e contratar com a **CAIXA** suspenso, ou esteja impedida de licitar e contratar com a União, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal;
 - 9.6.4 Deixar de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital;
 - 9.6.5 Enquadrar-se em uma das situações previstas no item 2.3 deste edital.
- 9.7 Se o licitante desatender às exigências do item 8 ou se enquadrar nas hipóteses do item 9.6, será inabilitado e o Licitador examinará as condições de habilitação dos demais proponentes, na ordem de classificação, sucessivamente até que um licitante atenda plenamente às exigências do edital.
- 9.8 No julgamento da habilitação, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica,

mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

- 9.9 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o vencedor da licitação, oportunidade em que os demais licitantes serão questionados, via Portal Licitações **CAIXA** – Área Logada do Fornecedor, em link específico do sistema – “Manifestar Interesse Cadastro Reserva”, sobre o seu interesse em igualar seu(s) preço(s) ao do mais bem classificado, para ser incluído no Cadastro Reserva, a manifestação deve ocorrer dentro do prazo de **2 (duas) horas** estabelecido no agendamento, findo o qual não será mais conhecida a manifestação de interesse.
- 9.9.1 Os licitantes com propostas classificadas serão comunicados do agendamento do prazo para manifestação de interesse, via Notificação Recebidas, funcionalidade disponível na Área Logada do Fornecedor.
- 9.9.2 Concomitantemente, no ato da manifestação, aqueles que manifestarem interesse, devem anexar a proposta comercial com o preço devidamente ajustado ao valor ofertado e negociado pelo licitante mais bem classificado.
- 9.9.3 Os licitantes que manifestarem interesse em igualar o preço ao do licitante vencedor irão compor o anexo da Ata de Registro de Preços, em caráter de reserva, respeitada a ordem de classificação da Licitação **CAIXA**.
- 9.9.4 O não envio da nova proposta solicitada pelo Licitador na forma do item 9.9.2 impossibilitará o licitante de compor o cadastro reserva da Ata de Registro de Preços.
- 9.9.5 O licitante cujo preço estiver registrado em caráter de reserva somente será convocado para fornecer e/ou prestar serviço no caso de cancelamento do registro de preço da empresa mais bem classificada na ordem constante da Ata, ou no caso de liberação do compromisso assumido prevista no § 1º do art. 26 do Decreto 11.462/23, sempre obedecida a ordem de classificação constante da Ata de Registro de Preços.
- 9.9.5.1 Somente após a ocorrência de cancelamento do registro de preço da empresa mais bem classificada e com a convocação da empresa reserva serão efetuados os procedimentos relativos à habilitação desta empresa, constantes dos itens 8 e 9 do edital.
- 9.9.6 Os procedimentos constantes do item 10, referentes à solicitação e avaliação da amostra/protótipo da empresa que compõe o cadastro reserva e que eventualmente for convocada também somente ocorrerá no momento oportuno da convocação.
- 9.9.7 A apresentação de novas propostas na forma do item 9.9.2 não prejudicará em hipótese nenhuma o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10 DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA/PROTÓTIPO

- 10.1 Quando solicitado, o licitante deverá apresentar à CAIXA em até **15 dias úteis** o quantitativo de 02 equipamentos completos.
- 10.1.1 Com o recebimento da amostra, a **CAIXA** definirá modelo (presencial ou remoto), dia e horário do início da sessão de homologação do equipamento, que tem como objetivo validar o desempenho declarado na etapa de qualificação técnica do certame, bem como atestar o atendimento aos requisitos requeridos.
- 10.1.2 Esta etapa tem duração prevista **de até 45 dias úteis**, podendo ser prorrogável à critério exclusivo da **CAIXA**.
- 10.1.3 Caberá à licitante alocar as ferramentas e os recursos necessários para demonstração do equipamento, não cabendo custos adicionais para a **CAIXA**.
- 10.1.4 A licitante deve entregar juntamente com os PinPads, as mídias e/ou link para download da documentação em um relatório detalhado contemplando: o nome do fabricante, o nome dos softwares/componentes/drivers que fazem parte da solução, as suas respectivas versões, quantidades e preços unitários.
- 10.1.5 A licitante deve estar preparada, a partir da 1ª hora da etapa de homologação, para demonstrar à **CAIXA** o atendimento às funcionalidades técnicas com objetivo de comprovar à **CAIXA** o atendimento de todos os requisitos técnicos (**Anexo I -TERMO DE REFERÊNCIA**).
- 10.1.6 A licitante deve apresentar, desde a 1ª hora da etapa de homologação, relatório detalhado de todas as especificações do equipamento, evidenciando o cumprimento de todas as exigências estipuladas.
- 10.1.7 A licitante poderá apresentar as documentações relacionadas às certificações e homologações do pinpad até a finalização da etapa de homologação da amostra, a ser declarado pela **CAIXA**.
- 10.2 A **CAIXA** avaliará o resultado dos testes e analisará o relatório da licitante com os resultados obtidos e emitirá relatório técnico conclusivo, aprovando ou reprovando a amostra.
- 10.3 A não comprovação de atendimento às funcionalidades citadas neste documento resultará na não homologação da amostra.
- 10.4 Após concluída a etapa de homologação, o resultado será divulgado no Portal de Licitações da **CAIXA**.
- 10.5 A **CAIXA** utilizará a(s) amostra(s) apresentada(s) para avaliação de suas especificações com as exigências deste Edital, bem como para confronto de sua qualidade com a dos materiais que vierem a ser fornecidos futuramente, sendo admissíveis eventuais estragos no material, oriundos da análise, não cabendo à proponente qualquer valor a título de ressarcimento.

- 10.6 As amostras devem ser identificadas com o nome do fornecedor e demais informações referentes à licitação, e entregues aos cuidados do(s) empregado(s) indicado(s) pela **CAIXA**.
- 10.7 A amostra que for submetida à análise será devolvida no estado em que se encontrar sem ônus para a **CAIXA**.
- 10.8 A declaração do vencedor ficará condicionada à aprovação das amostras.
- 10.9 O licitante que não entregar a(s) amostra(s), ou entregar fora do prazo estabelecido neste Edital, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, conforme item 17 deste edital.
- 10.10 Durante a vigência do contrato, a **CAIXA** se reserva o direito de fazer avaliações do material fornecido, a fim de verificar a conformidade destes, sem ônus à contratada.
- 10.11 Essas avaliações serão realizadas com a mesma metodologia utilizada para análise dos protótipos/amostras.
- 10.12 **ROTEIRO PARA HOMOLOGAÇÃO DA AMOSTRA:**
- 10.12.1 Apresentação do pinpad (cabos, adaptadores, etc.).
- 10.12.2 Demonstração da conexão fornecida.
- 10.12.3 Validação dos itens da especificação técnica, conforme Anexo I - Termo de Referência.
- 10.12.4 A licitante deve observar que a comprovação da especificação deve ser realizada via documentação técnica quando no Caderno descrito DOC ou a comprovação será realizada com testes em laboratório, quando descrito LAB, conforme Anexo I-O – CADERNO DE HOMOLOGAÇÃO.
- 10.13 **DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA/HOMOLOGAÇÃO DA SOLUÇÃO**
- 10.13.1 É facultado aos participantes o acompanhamento da avaliação feita pela **CAIXA**, devendo os interessados realizarem, com antecedência a data agendada para a etapa, a requisição formal pelo e-mail cecot29@caixa.gov.br.
- 10.13.2 Será facultado às demais empresas participantes do certame licitatório o acompanhamento dos testes das amostras de pinpad, sendo tal acesso limitado a uma única pessoa por empresa, na condição de ouvinte, ou seja, não lhe será permitida qualquer interferência nos testes, devendo os interessados realizarem a requisição formal pelo e-mail descrito no subitem acima e informando o nome completo, RG e CPF.

- 10.13.3 A apresentação da amostra/solução será exigida apenas do licitante declarado vencedor na etapa de lances da licitação e habilitado.
- 10.13.4 Apenas na hipótese de o licitante mais bem classificado não cumprir os requisitos da especificação técnica é que se convocarão os licitantes remanescentes na ordem de classificação, até encontrar o licitante que esteja habilitado e apresente amostra em conformidade com todas as especificações contidas no Edital.
- 10.13.5 O licitante que se submeter à fase de amostra deve anexar no Portal de Licitações **CAIXA** o documento comprobatório da entrega da amostra e/ou realização dos testes da solução.
- .

11 DOS RECURSOS

- 11.1 Atendidas plenamente todas as condições do edital, e após a divulgação do(s) licitante(s) vencedor(s) desta **LICITAÇÃO CAIXA**, será disponibilizado interregno de tempo para o licitante interessado se manifestar, motivadamente, sobre a intenção de recorrer contra o resultado do certame, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões no formulário eletrônico disponibilizado no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br – acionar o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade **LICITAÇÃO CAIXA** → no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” → acionar o link “**INTENÇÃO DE RECURSO**” → selecionar o botão “**INCLUIR INTENÇÃO DE RECURSO**” → inserir a descrição argumentos → clicar em “**ENVIAR**”, no prazo de até **30 (trinta) minutos** a partir da comunicação pelo sistema.
- 11.1.1 A recorrente que tiver sua manifestação de intenção de recurso aceita pelo Licitador será concedido o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para apresentar Razões de Recurso, facultando-se aos demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 11.1.2 Os recursos e contrarrazões somente poderão ser encaminhados por meio eletrônico, no endereço citado no item 11.1.
- 11.1.3 Os recursos e contrarrazões redigidos pelos licitantes deverão ser registrados em campo específico do <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade **LICITAÇÃO CAIXA** → no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” → acionar o link desejado **RECURSO** e/ou “**CONTRARRAZÃO**”, registrar os argumentos e confirmar.

- 11.2 A falta de manifestação motivada do licitante, no prazo estabelecido no item 11.1.1, importará a decadência do direito de recurso ficando o Licitador autorizado a declarar o licitante como vencedor da licitação.
- 11.3 Qualquer recurso contra decisão do Licitador não terá efeito suspensivo, salvo nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante ou julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 11.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.5 Decidido(s) o(s) recurso(s), e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o resultado da licitação será submetido para homologação da autoridade competente.
- 11.6 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de comunicação por e-mail.

12 DA HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DA ATA

- 12.1 À vista do relatório do Licitador, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente da **CAIXA**, para fins de homologação.
- 12.2 Após a homologação do resultado da licitação o licitante classificado em primeiro lugar terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data do recebimento da convocação pela **CAIXA**, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra o presente Edital (Anexo IV), podendo esse prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela **CAIXA**.
- 12.2.1 Em situações excepcionais e a critério da **CAIXA**, poderá ser admitida a dilação do prazo de prorrogação, desde que devidamente formalizado e justificado pelo fornecedor convocado.
- 12.3 A recusa injustificada do primeiro classificado em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido, além de implicar a perda do direito ao registro de seu preço, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se o licitante às penalidades previstas no item 17 deste Edital.
- 12.4 Poderá o licitante ser desclassificado até a contratação, se a **CAIXA** tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal federal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.
- 12.5 Após a assinatura da Ata do Registro de Preços, o extrato será publicado no Diário Oficial da União, contendo o(s) fornecedor(es) e o(s) preço(s)

registrado(s), sendo que, a partir de então, poderão ser firmados os instrumentos contratuais, desde que no prazo de validade da Ata.

- 12.5.1 A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumprido o requisito de publicidade.
- 12.6 A contratação formalizar-se-á mediante assinatura de instrumento particular pelo fornecedor mais bem classificado, observadas as cláusulas e condições deste edital, da Ata de Registro de Preços, e da proposta vencedora, conforme minuta de Contrato que integra este Edital (respectivamente, Anexos IV e V).
 - 12.6.1 Caso o licitante vencedor seja MPE optante pelo Simples Nacional, para obter o benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, deverá firmar, no ato da assinatura do contrato, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional – conforme Anexo IV da IN RFB 1.244/2012, que consta anexa a minuta de contrato (Anexo IV).
- 12.7 Fica impedida de ser contratada o licitante que se enquadre em qualquer das situações mencionadas no item 2.3.
- 12.8 A empresa com preço registrado que não for cadastrada no SICAF deverá providenciar o cadastramento e habilitação no referido sistema, nos níveis I, II, III e VI, como condição para assinatura do contrato.
- 12.9 No ato da assinatura da Ata, o licitante vencedor firmará a declaração de vedação ao nepotismo (Anexo IV).
- 12.10 Caso o licitante vencedor seja MPE optante pelo Simples Nacional, para obter o benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, deverá firmar, no ato da assinatura do contrato, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional – Anexo IV da IN RFB 1.244/2012, que consta anexada ao final da minuta da Ata (Anexo IV).
- 12.11 O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de recebimento da convocação pela **CAIXA**, para assinar o Contrato, conforme o caso, e devolvê-lo.
 - 12.11.1 A convocação será encaminhada ao licitante vencedor, por e-mail, no endereço cadastrado no site da **CAIXA**.
 - 12.11.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preço podem ocorrer várias solicitações de execução do objeto, inclusive simultâneas.
- 12.12 Se o fornecedor primeiro colocado com preço registrado se recusar a assinar o Contrato, sem prejuízo das sanções aplicáveis, poderão ser convocados os fornecedores que compõem o cadastro reserva, obedecida a ordem de classificação na Ata.

- 12.12.1 O fornecedor que compõe o cadastro reserva será convocado nos moldes do item 9.9.5, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

13 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1 A Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço.
- 13.1.1 No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor será instado a se manifestar, por escrito, com, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos de antecedência do vencimento da Ata, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à **CAIXA** oriundos da não prorrogação.
- 13.1.2 No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades registradas poderão ser renovadas.
- 13.2 A Ata de Registro de Preços não obriga a **CAIXA** a firmar contratações nas quantidades registradas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, não cabendo direito a indenização.
- 13.3 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas hipóteses previstas na minuta da Ata de Registro de Preços.

14 DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 14.1 A Ata de Registro de Preços e os contratos dela decorrentes a serem firmados, cujas minutas (Anexo IV e V) integram o presente Edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos desta licitação e da proposta vencedora, aplicando-se os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

15 DA GARANTIA CONTRATUAL

- 15.1 O Fornecedor com preço registrado, quando convocado para a assinatura do Contrato, deverá prestar garantia de execução contratual, equivalente a **1%(um por cento)** do valor total do contrato.
- 15.2 A garantia deverá ser prestada em uma das modalidades abaixo, devendo o respectivo comprovante ser apresentado à **CAIXA**, como condição para assinatura do Contrato:

15.2.1 Caução em dinheiro;

15.2.1.1 A caução em dinheiro consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do Contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da **CAIXA**, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a **CAIXA**;

15.2.1.1.1 Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão-somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento;

15.2.2 O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.

15.2.2.1 A apólice do seguro-garantia deve conter o prazo de validade correspondente ao período de vigência do Contrato, **acrescido de mais 30 (trinta) dias**, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do Contrato, **sempre se mantendo os 30 dias após a última data de vencimento do Contrato**;

15.2.2.2 O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela **CAIXA** em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive dos encargos trabalhistas e previdenciários, ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais;

15.2.2.2.1 No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.

15.2.2.3 A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais e/ou contratuais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;

15.2.2.3.1 A notificação de Expectativa de Sinistro pela **CAIXA** se dará tão logo seja realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador e o processo de Comunicação (Reclamação) ocorrerá mediante comunicação pela **CAIXA** à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, logo após o conhecimento de sua caracterização;

- 15.2.2.3.1.1A apólice não deverá estabelecer/impor prazo mínimo ou máximo para a comunicação dos procedimentos acima citados pela **CAIXA**, bem como para caracterização do sinistro;
- 15.2.2.3.2 No caso de alterações efetuadas no objeto principal, bem como para renovações, as apólices não deverão estabelecer/impor prazo máximo para a **CAIXA** comunicar o ato;
- 15.2.2.3.3 A apólice deverá manter o endereço eletrônico (e-mail) oficial para os casos de comunicação da **CAIXA** nos procedimentos acima sinalizados;
- 15.2.2.3.4 Os valores de LMG - Limite Máximo da Garantia e LMI - Limite Máximo de Indenização (caso o LMI seja descrito na apólice) deverão ser coincidentes e de acordo com o percentual correspondente ao valor global contratado, indicado no caput desta cláusula, para as coberturas elencadas no contrato.
- 15.2.2.3.5 A apólice deverá continuar em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.
- 15.2.2.3.6 Não serão aceitas apólices que excluam quaisquer das coberturas previstas no item 15.2.2.2.
- 15.2.2.3.7 Para a Reclamação do Sinistro no processo administrativo, a apólice poderá elencar a apresentação dos seguintes documentos:
- a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
 - b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;
 - c) Cópias de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
 - d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
 - e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos.
- 15.2.2.3.8 Para a Reclamação do Sinistro nas coberturas previdenciárias e trabalhistas, poderão ser exigidos os documentos a seguir relacionados:
- a) Certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;

- b) Acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, quando for o caso;
- c) Comprovante(s) de pagamento dos valores constantes na condenação do segurado;
- d) Documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice.

15.2.2.3.9 A apólice não poderá apresentar como condição para pagamento da indenização a exigência de que a **CAIXA** interponha recurso ordinário em ações trabalhistas quando o valor da condenação for inferior ao valor do depósito recursal.

15.2.2.4 A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à **CAIXA** em decorrência da má execução do contrato.

15.2.3 A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução contratual e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

15.2.3.1 Somente é aceita Fiança Bancária na via original e que apresente todos os requisitos a seguir:

a) Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art.129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos);

b) Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do Contrato, **acrescido de mais 30 dias**, devendo ser tempestivamente renovada se estendida ou prorrogada essa vigência, sempre **se mantendo os 30 dias após a última data de vencimento do Contrato**;

c) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à **CAIXA**, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

d) Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 - do Novo Código Civil;

e) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual, previsto no item 15.6 deste Edital;

f) Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;

g) Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;

h) O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “g” acima.

15.3 A não apresentação do comprovante da garantia no ato da assinatura do Contrato configura a recusa em assinar o instrumento, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o licitante às sanções administrativas cabíveis.

15.4 A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do Contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do vencimento do Contrato/, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

15.5 A perda da garantia em favor da **CAIXA**, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas na Ata/Contrato.

15.6 A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores, ou quando houver alteração contratual que implique aumento do valor contratado, de modo que corresponda a **1% (um por cento)** do valor global contratado.

15.7 A qualquer tempo, mediante prévia solicitação à **CAIXA**, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste Edital.

16 DA FORMA DE PAGAMENTO

16.1 A **CAIXA**, após o fornecimento e exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços (Anexo IV) e no Contrato (Anexo V).

17 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços e pela inexecução total ou parcial do objeto dos contratos decorrentes da Ata e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa em processo regular, o Fornecedor ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Multa;

- II) Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a **CAIXA**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 17.1.1 No caso de não atendimento à convocação da **CAIXA** para assinatura dos Contratos o **FORNECEDOR** sujeitar-se-á à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento sem atendimento, objeto do Contrato não assinado, podendo a **CAIXA** cancelar o registro do Fornecedor.
- 17.1.2 A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados na minuta de Ata de Registro de Preços (ANEXO IV).
- 17.1.3 O **FORNECEDOR** ficará sujeito a sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, quando desatender os termos da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática dispostas na Ata de Registro de Preços (ANEXO IV).
- 17.2 A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a **CAIXA** poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:
- I) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - II) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - III) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a **CAIXA** em virtude de atos ilícitos praticados.
 - IV) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
 - V) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - VI) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
 - VII) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - VIII) Não mantiver a proposta;
 - IX) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - X) Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e violar o Código de Conduta do Fornecedor **CAIXA**.
- 17.3 As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.

- 17.4 As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da **CAIXA**, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e devidamente publicados para manter atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
- 17.5 A penalidade de suspensão aplicada alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.
- 17.6 A falta de quaisquer materiais ou insumos cujo fornecimento incumbe ao Fornecedor não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução contratual e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

18 DOS ILÍCITOS PENAIS

- 18.1 As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

19 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 19.1 A despesa decorrente da contratação correrá à conta da dotação orçamentária prevista no pré-comprometimento SAP sob o nº **8000042830**.

20 DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

- 20.1 A **CAIXA** poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.
- 20.2 A anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual, e em decorrência dessa anulação os licitantes não terão direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

21 DA VIGÊNCIA DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA

- 21.1 Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão a vigência de **12 (doze) meses** podendo ser prorrogados por sucessivos períodos nos limites

definidos na Lei nº 13.303/2016.

- 21.1.1 O interesse do FORNECEDOR na prorrogação contratual deve ser manifestado, por escrito, com, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos antecedência do vencimento do contrato, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação da relação contratual, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à CAIXA oriundos da não prorrogação
- 21.1.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.
- 21.1.2.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa do **FORNECEDOR**:
 - I) O **FORNECEDOR** será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as sanções administrativas;
 - II) A **CAIXA** poderá optar pela extinção do contrato.

22 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 22.1 A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e Anexos.
- 22.2 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e lances.
- 22.3 Não será permitida a utilização do malote da **CAIXA** para envio dos documentos, nem sua entrega nas Agências e Escritórios de Negócios, ou outra unidade que não seja(m) a(s) indicada(s) na forma deste edital.
- 22.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 22.5 Somente serão aceitos as propostas e os lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.
- 22.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 22.7 Só se iniciam e vencem os prazos, incluindo horário, referidos neste Edital, em dia de expediente na **CAIXA**, na localidade na qual se sedia a unidade promotora do certame – CECOT, em Brasília.
- 22.8 É facultada ao Licitador ou à autoridade superior da **CAIXA**, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.

- 22.9 Ao final da sessão, o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública da licitação.
- 22.10 No caso de retificação do Edital que não implique sua republicação, o credenciamento e propostas porventura encaminhadas continuam válidos.
- 22.10.1 Havendo republicação do edital, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo válido apenas o credenciamento do(s) licitante(s).
- 22.11 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Licitador e os licitantes, no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 22.12 É de responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo pelo site da **CAIXA**, no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 22.13 O fornecedor somente poderá subcontratar outra empresa para atendimento parcial do contrato, com a anuência prévia e por escrito da **CAIXA**, limitada a subcontratação para os serviços de:
- manutenção, entrega e instalação (trade in).
- 22.13.1 Para análise da empresa para a qual eventualmente for proposta a subcontratação relacionada acima, será exigida, anteriormente à manifestação da **CAIXA**, a regularidade fiscal federal, trabalhista e jurídica, bem como a qualificação técnica para os serviços subcontratados, nos mesmos limites exigidos do licitante no item do edital que trata de habilitação.
- 22.13.1.1 Além da regularidade supracitada, a **CAIXA** verificará também se existe restrição da subcontratada ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, não sendo admitida a subcontratação caso a empresa esteja com o direito de licitar e contratar com a **CAIXA** suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.
- 22.13.1.2 A subcontratada deve emitir declaração informando não se enquadrar nas hipóteses previstas no item 2.3 e subitens.
- 22.13.2 No caso de subcontratação de outra empresa, a **CONTRATADA** não transferirá suas obrigações e responsabilidades, permanecendo, perante a **CAIXA**, com total responsabilidade contratual.
- 22.14 É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica do(s) representante(s) legal(is) nos documentos apresentados para participação neste certame, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e

intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

23 DO FORO

23.1 Para dirimir as questões oriundas deste convênio, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal, na cidade de Brasília.

Brasília/DF, 21 agosto de 2025.

Sônia Souza da Rocha
Licitadora

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****1 OBJETO**

- 1.1 Registro de Preços para fornecimento de até 26.201 (vinte e seis mil duzentos e um) PinPads criptográficos com leitor de cartão chip, com operação de trade in de equipamentos obsoletos, com possibilidade de atualização de firmware para conformidade com o padrão ABECs para transações com cartão de crédito e débito em TEF, contemplando serviços de instalação, manutenção corretiva, suporte técnico local com garantia de 12 (doze) meses para o Hardware e 36 (trinta e seis) meses para o Software, em todo território nacional.

Objeto	Descrição dos componentes	Quantidade
Contratação de pinpad	Pinpad	Até 26.201
	TOTAL	Até 26.201

- 1.2 Modelo de contratação: licitação.
- 1.3 Vigência do contrato 12 meses.
- 1.4 A **CONTRATADA** deve entregar os PinPads embalados, novos e sem marcas de uso.
- 1.5 O fabricante do produto deve estar alinhado à lei Nº 12.305 de 02/08/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos.

2 ESPECIFICAÇÕES GERAIS

- 2.2 Deve ser compatível com sistema operacional Windows 11 (32 e 64 bits) e superiores e Debian 8 e superiores.
- 2.3 Deve apresentar sinal sonoro quando qualquer tecla for pressionada.
- 2.4 Deve ser confeccionado nas cores preto, cinza, prata ou a combinação entre elas, inclusive os cabos e conectores.
- 2.4.1 Todos os componentes devem estar em linha de produção do fabricante, não sendo aceito soluções e/ou componentes com previsão de descontinuidade, *end-of-support* ou *end-of-life*.

2.5 REQUISITOS TÉCNICOS**2.5.1 DISPLAY E TECLADO**

- 2.5.1.1 Possuir display LCD ou LED colorido com, no mínimo 2.2" (polegadas) e, resolução mínima de 320 x 240p, sendo capaz de exibir quaisquer QR-Codes.
- 2.5.1.2 Possuir 10 (dez) teclas alfanuméricas e teclas ANULA, LIMPA e ENTRA, conforme figura abaixo:



- 2.5.1.3 Opcionalmente poderão existir teclas direcionais (ex: “cima” e “baixo”) e teclas de função (“F1” e “F2”) discretas ou simuladas através da interface touch screen.
- 2.5.1.4 As teclas “5”, ANULA, LIMPA e ENTRA deverão possuir identificação tátil em alto relevo, posicionada de forma a não interferir na identificação visual da tecla, de acordo com o que estabelece a norma técnica ABNT NBR152504.

2.5.2 LEITORES DE CARTÃO

- 2.5.2.1 Possuir leitor de cartão magnético incorporado com capacidade para leitura das trilhas 1, 2 e 3, configurável por software e compatível com o padrão ISO 7811.
- 2.5.2.2 Possuir leitor de cartão com chip compatível com o padrão ISO 7816 partes 1 a 15.
- 2.5.2.3 Possuir leitor de cartão Contactless.
- 2.5.2.4 Possuir suporte a cartões de memória e microprocessados.

2.5.3 CERTIFICAÇÕES

- 2.5.3.1 Possibilidade de atualização (via firmware, por exemplo) para conformidade com o padrão ABECS para transações com cartão de crédito e débito em TEF.
- 2.5.3.2 Possuir no mínimo, homologação padrão ABECS versão 2.12.

- 2.5.3.3 Possuir, no mínimo, as homologações PCI-PTS V5.0 e EMV versão 4.2 - Books 1 e 2, ou versões superiores lançadas até a data de fornecimento.
- 2.5.3.4 Certificação relacionada a segurança do teclado:
 - 2.5.3.4.1 TQM Contact e Contactless.
- 2.5.3.5 Certificação exclusiva da Mastercard.
 - 2.5.3.5.1 TLOA (Mastercard).
- 2.5.3.6 Certificação de kernel Contactless.
 - 2.5.3.6.1 PAYWAVE (VISA)
- 2.5.3.7 Certificação de kernel Contactless.
 - 2.5.3.7.1 DPAS (ELO)
- 2.5.3.8 O Pinpad deverá possuir certificação da ANATEL.

2.5.4 SEGURANÇA E CRIPTOGRAFIA

- 2.5.4.1 Suportar criptografia 3DES (128/192 bits), AES (128/192/256 bits) e RSA (2048 bits) simultâneos.
- 2.5.4.2 Possuir capacidade para armazenar, no mínimo, um conjunto de 40 chaves, conjunto este formado por chaves 3DES e/ou AES.
- 2.5.4.3 Suportar esquema de gerenciamento de chaves Master/Session Key e DUKPT para 3DES.
- 2.5.4.4 Suportar, no mínimo, um dos três algoritmos a seguir: MAC 3DES, HMAC ou CMAC.
- 2.5.4.5 Criptografar todos os dados sensíveis (dados do chip, dados da tarja magnética e outros dados enviados pelo terminal) na comunicação entre o Pinpad e o terminal, de forma que não sejam expostos em nenhum momento, utilizando protocolo de segurança robusto, como o TLS v1.3 ou superior.
- 2.5.4.6 A API do terminal deverá validar a chave pública utilizada pelo Pinpad, de modo a evitar ataques man-in-the-middle.

2.5.5 CONECTIVIDADE E COMPATIBILIDADE

- 2.5.5.1 O cabo deve ter no mínimo 150cm de comprimento.
- 2.5.5.2 Ser compatível com conexão USB 2.0 e superiores.
- 2.5.5.3 Possuir suporte ao padrão NFC, conforme ISO 14443-4:2008, para os tipos: leitura/escrita e modo de emulação.
- 2.5.5.4 Deverá ser compatível com o padrão Windows 11 Enterprise LTSC 64 Bits, e versões superiores em português brasileiro, e Linux Debian 8 32 bits e Debian 12 64 bits, e versões superiores.

2.6 DOCUMENTAÇÃO

2.6.1 A **CONTRATADA** deve fornecer a documentação de todos os itens e serviços disponibilizados, bem como os respectivos contextos de uso e formas de acesso.

2.6.2 Possuir guia prático sobre como utilizar o periférico, preferencialmente com tour guiado e vídeos, em idioma português do Brasil.

3 GARANTIA

3.1 Deve oferecer garantia do fabricante por 12 meses para problemas nos componentes ou mal funcionamento do pinpad (Hardware) e de 36 meses para o Software.

ANEXO I-A**FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO****1. OBJETO DE CONTRATAÇÃO**

- 1.1 Registro de preços para fornecimento de até 26.201 (vinte e seis mil e duzentos e um) PinPads criptográficos com leitor de cartão chip, com operação de trade in de equipamentos obsoletos, contemplando serviços de instalação, atualização tecnológica, manutenção corretiva, suporte técnico local e garantia pelo período de 12 (doze) meses para o hardware, contado a partir da data de instalação dos equipamentos e 36 (trinta e seis) meses para o Software, conforme itens 5.2 a 5.4 infra, contado a partir da assinatura do contrato.
- 1.2 Trade in de até 26.201 (vinte e seis mil e duzentos e um) equipamentos obsoletos limitado à quantidade de equipamentos adquiridos, considerando-se o acumulado das Ordens de Fornecimento.

2. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 2.1 O ateste para pagamento será feito apenas após a conclusão da instalação, da disponibilização do PinPad para uso, conferência pelo representante da Unidade recebedora do equipamento, validação pela Unidade de Suporte Tecnológico e a comprovação do recolhimento do equipamento objeto de *trade in*.
- 2.2 Após a comprovação da efetiva entrega e instalação dos PinPads, bem como efetivo recolhimento do equipamento obsoleto, objeto de trade in, será feito o pagamento de 100% (cem por cento) do valor do PinPad.

3. SOLICITAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

- 3.1 A **CAIXA** solicitará à **CONTRATADA** o quantitativo de equipamentos de forma fracionada (Ordens de Fornecimento), através de comunicação formal a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preço.
- 3.1.1 Cada Ordem de Fornecimento poderá ser composta por 1 (um) ou mais lotes, sendo cada lote constituído por até 8.000 equipamentos.
- 3.2 O prazo para conclusão da instalação do 1º (primeiro) lote será **de até 30 (trinta) dias corridos**, a contar da data de solicitação da **CAIXA**.
- 3.3 O prazo para conclusão dos lotes subsequentes **será de até 30 (trinta) dias corridos**, a contar da data de solicitação pela **CAIXA**.
- 3.4 Os lotes subsequentes poderão ser solicitados durante a vigência do contrato, **respeitado o intervalo mínimo de 30 (trinta) dias corridos entre os pedidos**.

- 3.5 A quantidade a ser solicitada em cada lote será limitada a 8.000 (oito mil) equipamentos.
- 3.6 Por interesse da **CAIXA**, o prazo para solicitação de novos lotes poderá ser reduzido, assim como a volumetria de equipamentos que comporão cada lote poderá ser ampliada, desde que haja prévia concordância junto à **CONTRATADA**.
- 3.7 Ainda que determinado lote seja concluído antes do prazo final previsto para o mesmo, o marco temporal para cálculo de prazo de entrega/instalação/recolhimento para o próximo lote a ser executado é a data final prevista para a conclusão do lote imediatamente anterior.
- 3.8 Os lotes serão solicitados até o 12º (decimo segundo) mês de vigência do contrato.
- 3.9 Quando da solicitação da amostra de homologação, a **CAIXA** informará a versão do padrão ABECS que deverá ser implantada nos PinPads.
- 3.10 Quando da solicitação do lote, a **CAIXA** informará o padrão criptográfico a ser instalado nos PinPads;
- 3.10.1 O mapa de chaves criptográficas da **CAIXA** (Desenvolvimento e produção) será entregue pela área de segurança tecnológica da **CAIXA** e será feita por meio de cerimônia a ser agendada junto a **CONTRATADA**.
- 3.11 Caso haja atualização da versão do padrão criptográfico instalado nos equipamentos, a **CAIXA** poderá, a qualquer tempo, solicitar que os lotes consecutivos sejam disponibilizados com a nova versão informada, assim como poderá solicitar a atualização nos periféricos já instalados;
- 3.12 Eventuais atualizações do padrão adotado pela **CAIXA** nos equipamentos já instalados no parque deverão ser efetuadas de forma remota e sem custo para a **CAIXA**.

4. ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

- 4.1 A entrega de cada lote de equipamentos, nos locais indicados pela **CAIXA** no presente Contrato (**ANEXO I-M - LOCAIS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**), deverá ser efetuada **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos** para o 1º (primeiro) lote, e os demais lotes **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, a contar da data de formalização do pedido pela **CAIXA** à **CONTRATADA**.
- 4.1.1 Caso o prazo de entrega finalize em dia não útil, a **CONTRATADA** deverá finalizar a entrega até o dia útil imediatamente anterior ao término do prazo.

- 4.1.2 Estão incluídos no prazo de entrega e de instalação os períodos para transporte, desembaraço fiscal, entrega, instalação do equipamento, bem como a desinstalação e recolhimento, se for o caso.
- 4.1.3 Todas as despesas relacionadas à entrega, à instalação, ao recolhimento de equipamentos obsoletos objeto de *trade in* são de responsabilidade da **CONTRATADA**, assim como todas as demais despesas necessárias ao cumprimento do contrato.
- 4.1.4 A execução da entrega, da instalação e do recolhimento dos equipamentos objeto de *trade in* ocorrerá preferencialmente no horário comercial, exceto para os locais em que haja necessidade, determinada pela **CAIXA**, de que seja feita fora do horário normal de atendimento, incluindo os sábados, domingos, e feriados, sem qualquer custo adicional para a **CAIXA**.
- 4.2 Após formalização pela **CAIXA**, os pedidos de lote, a **CONTRATADA** deverá apresentar cronograma de entrega, em até 10 dias corridos, para validação da **CAIXA**, observado os prazos do item 4.1.
- 4.3 O cronograma de entrega e instalação será apresentado pela **CONTRATADA** e validado pelas Unidades de Suporte Tecnológico, podendo ser ajustado pela **CAIXA**.
- 4.4 O acompanhamento da instalação será efetuado pelas unidades de Suporte Tecnológico **CAIXA**.
- 4.5 O recolhimento dos equipamentos obsoletos objeto de *trade in* deverá ocorrer de forma concomitante à instalação dos equipamentos novos, salvo orientação diversa da **CAIXA**.
- 4.6 O recolhimento de equipamentos objeto de *trade in* poderá ocorrer em depósitos indicados pela **CAIXA** ou em Unidades que não serão alvo de substituição de equipamentos
- 4.7 Poderá haver situações em que a **CONTRATADA** deverá recolher equipamentos obsoletos adicionais à volumetria de equipamentos alvo de substituição na Unidade recebedora
- 4.8 Para o caso descrito no item 4.7, a **CONTRATADA** e a **CAIXA** deverão acordar previamente a(s) data(s) de recolhimento(s), limitando-se ao prazo de **30 (trinta) dias corridos da formalização pela CAIXA**, impondo-se, de igual forma, a necessidade de comprovante de execução do(s) recolhimento(s) do(s) equipamento(s) objeto de *trade in* assinado por representante da **CAIXA** ou por responsável pelo Depósito.
- 4.9 A **CAIXA** se reserva o direito de alterar os locais de entrega e manutenção de acordo com a sua necessidade.

- 4.10 Para tanto, deve-se considerar que o local de atendimento abrange todo o território nacional e que eventuais alterações, inclusões ou exclusão de unidades deve ser alcançada pelo escopo deste contrato sem qualquer custo adicional à **CAIXA**, respeitando os prazos estabelecidos no instrumento contratual.
- 4.11 A manutenção dos equipamentos poderá ocorrer em qualquer unidade lotérica localizada no território nacional, sem qualquer custo adicional à **CAIXA**, respeitando os prazos estabelecidos neste contrato.
- 4.12 Qualquer mudança de local de entrega e manutenção dos equipamentos, que venha a implicar em alteração de endereço, deverá ser comunicada pela **CAIXA** à **CONTRATADA**.
- 4.13 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar à **CAIXA** a relação dos números de série de todos os equipamentos que serão entregues em cada Unidade, com a antecedência mínima de **10 (dez) dias corridos** do início da entrega do respectivo lote.
- 4.14 A **CONTRATADA** deverá afixar nos equipamentos, conforme modelo preestabelecido e em local previamente designado pela **CAIXA**, as etiquetas com números do patrimônio **CAIXA**.
- 4.15 A **CAIXA** irá confeccionar e fornecerá à **CONTRATADA** as etiquetas de identificação patrimonial, conforme quantidade de objetos a serem adquiridos.
- 4.16 O não fornecimento do número de patrimônio pela **CAIXA**, quando for o caso, será previamente comunicado, não constituindo fator impeditivo para a entrega e instalação dos equipamentos por parte da **CONTRATADA**.
- 4.17 Após a entrega dos equipamentos nas unidades indicadas pela **CAIXA**, a **CONTRATADA** deverá encaminhar às Unidades de Suporte Tecnológico e à Centralizadora de Tecnologia um conjunto de manuais do usuário e documentos em que constem as especificações dos insumos, cabos, e demais materiais utilizados para operacionalidade do objeto.
- 4.18 Estes manuais e documentos, bem como drivers, *softwares* e mídias digitais a que se referem o item anterior também deverão ser disponibilizados no site do fabricante e/ou da **CONTRATADA**.
- 4.19 Após a entrega dos equipamentos nas unidades indicadas pela **CAIXA**, a **CONTRATADA** deverá encaminhar às Unidades de Suporte Tecnológico de vinculação da unidade recebedora, cópia digitalizada da Nota Fiscal de Remessa contendo os dados do equipamento, número de série, número do patrimônio, bem como RAT contendo os dados do pinpad novo e do antigo (sendo substituído) com a respectiva assinatura do empresário lotérico ou responsável pelo recebimento, o qual deverá conter marca, modelo e número de série de ambos.

- 4.20 O ateste para pagamento será feito apenas após a conclusão da instalação, da disponibilização do equipamento para uso, conferência pelo representante da Unidade recebedora do equipamento, validação pela Unidade de Suporte Tecnológico (**ANEXO I - B UNIDADES DE SUPORTE TECNOLÓGICO**) e a comprovação do recolhimento do equipamento objeto de *trade in*, quando for o caso.
- 4.21 Problemas de qualquer natureza relativos à logística de transporte não poderão ser alegados pela **CONTRATADA** como motivo de força maior pela não realização da entrega dos equipamentos, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos.
- 4.22 A falta de peças não poderá ser alegada pela **CONTRATADA** como motivo de força maior pela não realização da entrega dos equipamentos, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos.
- 4.23 A **CONTRATADA** deverá informar à **CAIXA** dados de identificação do técnico responsável pela entrega/instalação do periférico nas unidades lotéricas, devendo ser disponibilizada lista com os técnicos atuantes e divididos por unidade federativa.
- 4.24 Haverá cobrança de multa em caso de atraso na entrega e instalação dos equipamentos, de modo que, o atraso injustificado para cumprimento do cronograma acarretará na aplicação da penalidade.
- 4.25 Pelo descumprimento do prazo de entrega/instalação/trade in de cada periférico, **CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso, calculado sobre o preço unitário de aquisição do pinpad, limitada a multa a 5% (cinco por cento) do Valor Global do Contrato.
- 4.26 A multa será descontada do valor da nota fiscal/fatura e, se não for possível, será cobrada da **CONTRATADA** administrativa ou judicialmente.

5. GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS

- 5.1 Os equipamentos objeto deste contrato terão garantia por toda a sua vigência, esta inclui a prestação de serviços de suporte e assistência técnica, compreendendo a substituição de peças, componentes, programas (DLL, APL, drivers, etc.) e acessórios que apresentem defeito durante este período, sem qualquer ônus adicional para a **CAIXA**, obrigando-se a **CONTRATADA** a manter os equipamentos permanentemente em perfeitas condições de funcionamento para a finalidade a que se destinam na forma estabelecida neste Anexo.
- 5.2 **A garantia de fábrica para o hardware possuirá vigência de 12 meses**, contada da data de instalação do equipamento, sendo que tal garantia inclui a substituição de peças, componentes ou acessórios que apresentem qualquer defeito de fabricação, sem qualquer ônus adicional para a **CAIXA**.

- 5.3 **Muito embora a garantia do Hardware apresente vigência de 12 meses, para questões relacionadas à atualização tecnológica, customizações, desenvolvimento, alterações nos programas (API, drivers, firmwares etc.) a assistência da contratada será devida pelo prazo de 36 meses, sem quaisquer ônus para a CAIXA, conforme Anexo I-P – TERMO APARTADO DE GARANTIA.**
- 5.4 **Em suma, a garantia do hardware será de 12 meses, contada a partir da instalação dos equipamentos, e a garantia relacionada ao software e suas necessidades de atualizações, customizações, desenvolvimento etc. terão a garantia de 36 (trinta e seis) meses, contada a partir da assinatura do contrato.**
- 5.5 Durante todo o período de garantia, caso seja detectado que o equipamento apresente reincidência de reparo, caracterizado **por 03 (três) ou mais ocorrências** em um **período de 30 (trinta) dias**, a **CAIXA** reserva-se o direito de solicitar à **CONTRATADA** substituição do equipamento, sem qualquer ônus para a **CAIXA**.
- 5.6 **Durante o período de garantia de software (36 meses)**, qualquer alteração nos programas (DLL, API, drivers etc.) do fornecedor, seja por solicitação da **CAIXA** ou não, deverá ocorrer sem ônus para a **CAIXA**.
- 5.7 Sendo necessária à adequação do hardware dos PinPads, para implementar atualizações tecnológicas (*upgrade*), de forma a atender às necessidades de adequação e melhor desempenho dos sistemas **CAIXA**, a **CONTRATADA** repassará a qualquer tempo, a pedido da **CAIXA**, as informações necessárias que permitam analisar a viabilidade da adequação, podendo a **CAIXA** optar pela aquisição dos componentes através da **CONTRATADA** ou outro fornecedor, mediante contratação específica
- 5.7.1 Caso sejam aplicáveis, deverão ser observadas as condições previstas nos seguintes subitens:
- 5.7.2 Deverão ser efetivadas as adequações necessárias nos softwares básicos em uso nos PinPads adquiridos da **CONTRATADA**, sem custo adicional à **CAIXA**, quando por esta for solicitado ou quando for necessário para compatibilização dos componentes/equipamentos eventualmente substituídos.
- 5.7.3 O prazo para o desenvolvimento, homologação junto à área de desenvolvimento da **CAIXA** e entrega de APIs, em perfeito funcionamento, será de **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, a contar da data de sua solicitação pela **CAIXA** ou necessidade gerada em decorrência da substituição de componentes de hardware.
- 5.7.4 Caso a **CAIXA** decida pela posterior utilização do pinpad em canal diverso daquele inicialmente indicado, todas atualizações necessárias (drivers,

firmwares, APIs e quaisquer outros softwares) para que o periférico seja funcional no outro canal estarão inclusas no escopo deste contrato.

- 5.7.4.1 A exemplo do item acima citado, caso a **CAIXA** decida migrar os equipamentos do canal lotérico para o canal Agência, todas as atualizações e testes necessários para o correto funcionamento do periférico, assim como o acompanhamento da contratada no processo de homologação estarão inclusas no escopo deste contrato sem qualquer custo adicional.
- 5.7.5 **Todas as adequações/atualizações/customizações/desenvolvimento de software para viabilizar a migração do equipamento entre canais já estão inclusas no escopo deste contrato e poderão ser solicitados à contratada mesmo após o fim da vigência contratual, haja vista que para questões relacionadas a tais adequações o prazo fixado é de 36 meses contados a partir da assinatura do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços.**
- 5.7.6 Todos os pacotes necessários para o funcionamento do pinpad no canal agência também deve ser disponibilizados à **CAIXA** antes do fim da vigência contratual.
- 5.7.7 Qualquer atualização necessária, seja para mudança de canal, para melhorias no canal lotérico ou ainda para mudanças no padrão criptográfico, a exemplo do padrão ABECS, estarão inclusas neste contrato sem quaisquer custos para a **CAIXA**.
- 5.7.8 Caso seja necessário efetuar alguma atualização, esta deverá ser possível de ser realizada de forma remota, sem a necessidade de deslocamento de técnico para os locais de execução do contrato
- 5.8 Os programas (DDL, API, drivers, firmwares etc.) e suas atualizações desenvolvidos pela **CONTRATADA** para atendimento a este contrato passarão a ser propriedade da **CAIXA** e devem a ela ser disponibilizados antes do fim da vigência contratual ou quando solicitado pela **CAIXA**.
- 5.9 Na substituição de algum componente, esse deverá ser compatível com o *software* envolvido e com as demais partes do Pinpad, não podendo ser, em hipótese alguma, de configuração inferior àquela substituída.
- 5.10 A **CAIXA** reserva-se o direito de instalar nos equipamentos objeto do presente contrato, produtos de *hardware* de outros fornecedores ou fabricantes, com mão-de-obra própria ou de terceiros desde que tal iniciativa não implique em danos físicos aos equipamentos, sem que isso possa ser usado como pretexto pelo licitante vencedor para se desobrigar da garantia de funcionamento prevista neste edital.

6. SUPORTE E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

- 6.1 A prestação de serviços de suporte e assistência técnica com substituição de peças dos equipamentos deverá ser efetuada nas unidades lotéricas da **CAIXA**,

distribuídas em todo o território nacional, assim como nas unidades administrativas para as quais haja solicitação da **CAIXA**. O atendimento se dará nos locais, datas e horários estipulados pela **CAIXA**, dentro dos prazos contratados, a partir da abertura da requisição junto à **CONTRATADA**, durante a vigência da garantia dos equipamentos.

- 6.2 O suporte e assistência técnica compreendem quaisquer serviços que se fizerem necessários para deixar os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, devendo a **CONTRATADA** atender, nas condições deste Contrato e respectivos Anexos, todo e qualquer chamado recebido das unidades solicitantes.
- 6.3 As despesas relativas a eventuais retiradas dos equipamentos para suporte e assistência técnica deverão correr por conta da **CONTRATADA** e sob sua responsabilidade.
- 6.4 Havendo a necessidade de retirada de equipamento para que seja efetuada a manutenção fora da unidade detentora, a contratada deverá previamente disponibilizar outro equipamento em substituição, ainda que de forma temporária, para que a unidade permaneça operacional.
- 6.5 A falta de peças não poderá ser alegada pela **CONTRATADA** como motivo de força maior pela não realização de algum atendimento, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos.
- 6.6 Sendo necessária à adequação do *hardware* dos equipamentos, para implementar atualizações tecnológicas ("*upgrade*"), de forma a atender às necessidades de adequação e melhor desempenho dos sistemas **CAIXA**, a **CONTRATADA** repassará a qualquer tempo, a pedido da **CAIXA**, as informações necessárias que permitam analisar a viabilidade da adequação, podendo a **CAIXA** optar pela aquisição dos componentes através da **CONTRATADA** ou outro fornecedor, mediante contratação específica.
- 6.7 Caso sejam aplicáveis, deverão ser observadas as condições previstas nos seguintes subitens:
 - 6.7.1 Deverão ser efetivadas as adequações necessárias nos softwares básicos e em outros aplicativos em uso nos equipamentos adquiridos da **CONTRATADA**, como o desenvolvimento de API WOSA - CEN/XFS, sem custo adicional à **CAIXA**, quando por esta for solicitado ou quando for necessário para compatibilização dos componentes/equipamentos eventualmente substituídos, ou devido à manutenção.
 - 6.7.2 Os códigos-fonte das APIs desenvolvidas para compatibilização com o software aplicativo **CAIXA** deverão ser entregues, sem ônus, e passarão a ser propriedade da **CAIXA**.

- 6.7.3 O prazo para o desenvolvimento, homologação junto à área de desenvolvimento da **CAIXA** e entrega das APIs, em perfeito funcionamento, será de **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, a contar da data de sua solicitação pela **CAIXA** ou necessidade gerada em decorrência da substituição de componentes de hardware.
- 6.7.4 Todas as atualizações e customizações de software necessárias para a operacionalização do equipamento, conforme conveniência da **CAIXA**, estão inclusas no escopo deste contrato sem quaisquer custos adicionais.

7. SERVIÇOS NÃO INCLUÍDOS NA GARANTIA

- 7.1 Não estão incluídos na garantia fornecida aos equipamentos, os seguintes serviços/situações:
- a) Defeitos, falhas ou danos ocasionados por problema na infraestrutura predial ou na rede elétrica ou lógica, ou por estas estarem fora dos padrões estabelecidos, desde que a **CONTRATADA** apresente laudo técnico específico, e que haja concordância da **CAIXA**;
 - b) Defeitos, falhas ou danos ocasionados por vandalismo, assim consideradas aquelas situações em que ocorre depredação do equipamento danificando-o no todo ou em parte.
 - c) Defeitos, falhas ou danos ocasionados por causas naturais assim chamadas aquelas oriundas de Enchentes, Tempestades, Terremotos, etc.
- 7.2 Os defeitos e situações mencionadas nas alíneas de “a” a “c” acima deverão ser devidamente documentados pelo técnico no documento RAT, que deverá receber aceite do responsável pela unidade lotérica, mediante assinatura e identificação
- 7.3 Todos os outros serviços não inclusos no subitem 7.1 estão cobertos pela garantia enquanto estiver em vigor.

8. INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO, REINSTALAÇÃO, REMANEJAMENTO E MUDANÇA DE LOCAL

- 8.1 A **CAIXA** reserva-se o direito de transferir os equipamentos constantes deste contrato para outras Unidades da **CAIXA** ou espaços onde exercer suas atividades, mantida esta contratação, sendo obrigatória por parte da **CONTRATADA** a atualização dos dados cadastrais referente às Unidades da **CAIXA** e lotéricas envolvidas.
- 8.2 A **CAIXA** se reserva o direito de solicitar a desinstalação, remanejamento e reinstalação dos equipamentos objeto deste contrato, através dos serviços de seus empregados ou de outro fornecedor, conforme lhe convier técnica e financeiramente, sem prejuízo da garantia contratual.

- 8.3 Verificado que há possibilidade de remanejamento de terminais financeiros lotéricos, sendo que o pinpad faz parte do conjunto do terminal, a **CAIXA** se reserva o direito de fazer o transporte por intermédio da utilização de outro contrato para qual fora feita o remanejamento dos demais itens que compõem o TFL.
- 8.4 Sendo remanejado o terminal financeiro lotérico, juntamente com o pinpad, o novo local para o qual fora destinado o periférico passa a ser um local de atendimento alcançado pelo escopo deste contrato.

9. CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

- 9.1 A integração do sistema de atendimento da **CONTRATADA** com o Sistema de Gerenciamento de Serviços **CAIXA**, conforme descrito **ANEXO I - J FLUXO PARA INCLUSÃO DE NOVO FORNECEDOR NO SERVIÇOS.CAIXA (GSC)** deverá ser realizada em **até 30 (trinta) dias corridos**, após a assinatura do contrato.
- 9.2 Os serviços de atendimento para o objeto deste contrato serão prestados pela **CONTRATADA** nas unidades lotéricas em todo o território nacional, no horário comercial compreendido entre **09:00 (nove horas) e 18:00 (dezoito horas)**, de segunda a sexta-feira nos dias úteis, o que passa a ser denominado como **PERÍODO NORMAL DE ATENDIMENTO**, ou simplesmente pela sigla "PN".
- 9.3 O referido atendimento também poderá ser executado nos sábados e domingos caso a unidade lotérica solicitante funcione neste determinado período.
- 9.4 O atendimento em horário diferente do período contratado (PN), seja por solicitação da **CAIXA** ou não, não terá contagem do prazo de atendimento nos finais de semana.
- 9.5 As requisições para Suporte e Assistência Técnica corretiva serão efetuados através de conexão do Sistema de Gerenciamento de Serviços **CAIXA** (SIGSC) com o sistema de atendimento da **CONTRATADA**, on-line, disponível no mínimo 5D x 10 (segunda a sexta-feira nos dias úteis de **08h às 18h**), estando a **CONTRATADA** responsável pelo desenvolvimento de interface que permita esta integração, ou a critério da **CAIXA**, através de telefone, fax ou e-mail, ou efetuados pelas Unidades de Suporte Tecnológico da **CAIXA**, e dirigidos diretamente à Central de Atendimento da **CONTRATADA** ou outra empresa, sendo que o número da requisição deverá ser o mesmo gerado pelo Sistema de Gerenciamento de Serviços **CAIXA** denominado também por **servicos.caixa**.
- 9.6 A **CONTRATADA** compromete-se a fazer o fechamento das requisições no instante da conclusão do serviço, sendo que este fechamento deverá ser executado diretamente pelo técnico ou pela Central de Atendimento da **CONTRATADA**, mediante interface com o Sistema de Gerenciamento de Serviços **CAIXA** (GSC), utilizando-se de meios de comunicação próprios.

- 9.7 A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para implementar os dados adicionais que porventura sejam solicitados pela **CAIXA**.
- 9.8 Para os casos que houver indisponibilidade do sistema de atendimento da **CONTRATADA**, esta deverá informar os números dos telefones e endereços eletrônicos a serem utilizados para a abertura e fechamento das requisições, devendo ser disponibilizado número de telefone na modalidade DDD/DDG.
- 9.9 A indisponibilidade do sistema de atendimento da **CONTRATADA** não poderá ser superior a 12 (doze) horas por mês, sob pena de aplicação de sanções administrativas.
- 9.10 A **CONTRATADA** deverá cumprir rigorosamente o prazo para a Solução dos Atendimentoos definidos no subitem 10 e 14 deste anexo, sob pena de multa, conforme previsto no contrato.
- 9.11 A contagem de tempo iniciar-se-á no momento da abertura da requisição pela **CAIXA** e será considerado concluído, após a liberação do equipamento em plenas condições de uso e com devido fechamento do **ticket** da requisição pela **CONTRATADA** no sistema, o qual deverá coincidir com a data e horário registrado no RAT físico.
- 9.12 A permanência do técnico na Unidade da **CAIXA** além do PN - Período Normal de Atendimento, para continuidade na solução de um problema, não deverá representar qualquer ônus adicional à **CAIXA**.
- 9.13 Cabe à **CONTRATADA**, prover serviços de suporte e assistência técnica nos locais, datas e horários estipulados pela **CAIXA**, dentro dos prazos contratados, a partir da abertura da requisição junto à **CONTRATADA**, durante a vigência da garantia dos equipamentos.
- 9.13.1 Sendo necessário efetuar suporte técnico de maior extensão, quando exauridas todas as tentativas no local conforme subitem 9.13, e obrigando a **CONTRATADA** a retirada do equipamento para seu ambiente, será exigido à **CONTRATADA** a substituição do equipamento de forma a evitar que a unidade lotérica fique sem periférico funcional.
- 9.13.1.1 No caso acima especificado, tendo sido efetuada a troca do periférico, a **CONTRATADA** deverá informar à **CAIXA** o número de série do novo pinpad.
- 9.13.1.1.1A **CONTRATADA** deverá encaminhar semanalmente, via mensagem eletrônica, às CIAUS - Serviços Usuários TI e à CEAUS - Atendimento Usuários TI um relatório das substituições efetivadas, que deve conter obrigatoriamente:
- a) Dados dos equipamentos retirados do parque – Número Serial do fabricante, novo número de patrimônio Unidade de Suporte Tecnológico responsável e problema detectado.

b) Dados dos equipamentos inseridos no parque - Número Serial, dados da Unidade de Suporte Tecnológico responsável, data efetiva da troca.

c) E quaisquer informações cabíveis que a **CAIXA** venha a requerer.

9.15 O atendimento é prestado nas unidades lotéricas **CAIXA** e unidades administrativas indicadas pela **CAIXA**, desta maneira, todo o transporte necessário para a execução do escopo deste contrato deve ocorrer às custas da Contratada.

9.16 Durante a vigência do contrato, a substituição de peças e/ou de componentes dos equipamentos objeto deste contrato, que for julgada necessária pela **CONTRATADA**, será feita sob forma de permuta, sem custo adicional para a **CAIXA**.

9.17 Na substituição de algum componente, este deverá ser compatível com *softwares* envolvidos e com as demais partes do equipamento, não podendo ser, em hipótese alguma, de configuração inferior à substituída.

9.18 Havendo outros equipamentos com problemas na unidade, quando do atendimento a uma requisição, a **CONTRATADA** não poderá se recusar em atender tais equipamentos, desde que haja concordância da Gerência da Unidade Lotérica e não venha a causar o atraso de outros atendimentos a serem realizados, sendo necessário que a unidade registre a requisição no Sistema de Gerenciamento de Serviços **CAIXA** (SIGSC) e consequente repasse do mesmo à **CONTRATADA**.

10. PRAZOS DE ATENDIMENTO

10.1 Os prazos de atendimento das requisições e de execução dos serviços serão contados da seguinte forma:

I. A contagem de tempo iniciar-se-á no momento da abertura de *ticket* da requisição pela **CAIXA** e será considerado concluído, após a liberação do equipamento em plenas condições de uso e com devido fechamento do *ticket* da requisição pela **CONTRATADA** no sistema, o qual deverá coincidir com a data e horário registrado no RAT Digital (que deve apresentar os mesmos campos da RAT física).

II. Para efeito deste contrato, as eventuais penalidades pelo descumprimento do prazo de solução serão calculadas considerando-se como horas úteis aquelas compreendidas no **PN**, conforme segue:

PRAZO MÁXIMO PARA SOLUÇÃO DO ATENDIMENTO		
Horário do Chamado	Prazo máximo de solução	Percentual de atendimento no prazo

PN – Período Normal de Atendimento	Até as 18h do primeiro dia útil subsequente à abertura do chamado	94%
<p>Considerações:</p> <ol style="list-style-type: none">Os serviços objeto deste contrato serão prestados pela CONTRATADA junto às unidades lotéricas, no horário local compreendido entre 09h00 (nove horas) e 18h00 (dezoito horas), de segunda a sexta-feira, nos dias úteis, o que passa a ser denominado como PN - PERÍODO NORMAL DE ATENDIMENTO.A CONTRATADA será responsável por verificar os feriados municipais previamente ao atendimento, através de sites das prefeituras na internet ou outra fonte de consulta oficial. Não poderá alegar desconhecimento de tais datas para abonar eventuais atrasos.Todos os materiais/componentes substituídos no atendimento deverão ser relacionados no RAT.		

III. Para os casos em que a requisição ficar pendente para elaboração e aprovação de orçamento, a **CONTRATADA** deverá encaminhar o orçamento à CIAUS (e-mail das CIAUS, conforme Anexo I-B – UNIDADE DE SUPORTE TECNOLÓGICO) para aprovação dentro do período normal de atendimento.

11. PROCEDIMENTOS ADOTADOS NAS REQUISIÇÕES

- 11.1 A critério exclusivo da **CAIXA** poderá ser verificada a possibilidade de abertura de chamados via serviços 0800 ou página WEB.
- 11.2 A **CONTRATADA** deverá usar o mesmo número do chamado registrado no Sistema de Gerenciamento de Serviços **CAIXA** (SIGSC).
- 11.3 O número do chamado do Sistema de Gerenciamento de Serviços **CAIXA** (SIGSC) será o número chave para qualquer tratativa relacionada ao chamado (verificação sobre o andamento do atendimento, informações sobre o fechamento, cálculo referente à glosa/multa, e outros).
- 11.4 A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 30 dias corridos para implementar os dados adicionais que porventura sejam solicitados pela **CAIXA**.
- 11.5 Quando da chegada do técnico à Unidade Lotérica, este deverá preencher modelo conforme **ANEXO I - D - RAT - RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO**, a data e horário de início do atendimento.
- 11.6 Concluído o serviço, o técnico registrará o problema detectado, os procedimentos executados no **RAT** com data e horário do término.

- 11.7 Preencherá os demais campos do **RAT**, referentes ao “Atendimento Técnico”, e o “Fechamento” com assinatura e identificação do usuário da unidade atendida.
- 11.8 Se a **CAIXA** entender que o atendimento não foi adequado, o sistema da **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente permitir a reabertura das requisições com continuidade da contagem do prazo de solução.
- 11.9 O prazo de reabertura, por parte da **CAIXA**, será de no máximo **72 (setenta e duas) horas contados a partir do fechamento da requisição**.
- 11.10 O sistema da **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente permitir o cancelamento das requisições.
- 11.11 O **RAT** não aprovado pela **CAIXA** será devolvido à **CONTRATADA**, para as necessárias correções, com as informações que motivaram a sua rejeição.
- 11.12 Em hipótese alguma, os técnicos da **CONTRATADA** poderão repassar senhas de acesso, fornecidas pela **CAIXA**, bem como alterá-las ou implementá-las, sem a prévia autorização da Unidade de Suporte Tecnológico da **CAIXA**.

12. RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO - RAT

- 12.1 A **CONTRATADA** deverá confeccionar o Relatório de Atendimento Técnico - **RAT** de acordo com **ANEXO I - D - RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO**, de modo que contenha, no mínimo, os campos ali previstos.
- 12.2 O **RAT** deverá ser emitido, obrigatoriamente, para cada intervenção técnica realizada pela **CONTRATADA**.
- 12.3 O **RAT** deverá ser preenchido em, no mínimo, 01 (uma) via, tendo como destinação a unidade lotérica na qual foi prestado o atendimento.
- 12.4 A **CONTRATADA** substituirá o **RAT** físico por documento assinado digitalmente, devendo encaminhá-lo por mensagem eletrônica ao representante da unidade.
- 12.5 O **RAT** será composto por três fases de atendimento: "Abertura", "Atendimento Técnico" e "Fechamento". Os dados da fase de "Abertura" do **RAT**, a serem preenchidos pelo técnico da **CONTRATADA**, deverão ser idênticos aos recebidos na requisição.
- 12.6 Quando da chegada do técnico à unidade solicitante, este deverá preencher no **RAT**, a data e horário de início do atendimento.
- 12.7 Os campos da fase de "Atendimento Técnico" são de preenchimento obrigatório do técnico da **CONTRATADA**, e devem ser preenchidos antes da apresentação do **RAT** para anuência/assinatura do responsável Lotérico pelo acompanhamento do atendimento.

- 12.8 Os campos da fase de "Fechamento", inclusive data e horário da conclusão do atendimento junto ao usuário, é de preenchimento obrigatório pelo técnico da **CONTRATADA**.
- 12.9 Ao concluir o atendimento, o técnico registrará o problema detectado, os procedimentos executados, ratificando/retificando o código do item de serviço informado na abertura da requisição, bem como peças, e ressalvas e ou pendências que, eventualmente, tenham permanecido, resultantes do atendimento.
- 12.10 Após o preenchimento, o técnico da **CONTRATADA** assinará o **RAT** e colherá o aceite do responsável pela Unidade Lotérica, mediante nome e assinatura com a indicação do nome, RG ou CPF, momento no qual deve o Técnico apresentar o seu documento, para conferência do representante da UL.
- 12.11 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar **RAT** digitalizadas, que deverão ser nítidas e de boa qualidade, em um portal na internet por ela suportado e mantido, com acesso restrito as Unidades de Suporte Tecnológico da **CAIXA** e a outras unidades que a **CAIXA** vier a indicar, em um prazo máximo de **3 (três) dias úteis** a contar da data do atendimento, devendo manter essa base, no mínimo, por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
- 12.12 A **CONTRATADA** deverá utilizar **RATS** digitais, entretanto, na existência de circunstância que eventualmente inviabilizem o meio digital, será permitida a utilização da **RAT** física, devendo ser posteriormente digitalizada conforme previsão do item 12.11.
- 12.13 **RAT** disponibilizado no portal e não aprovado pela **CAIXA**, devido a detecção de inconformidade, será devolvido à **CONTRATADA**, para as necessárias correções, com as informações que motivaram a sua rejeição.
- 12.14 A **CONTRATADA** emitirá um novo **RAT** sanando as inconformidades apontadas pela **CAIXA**, colherá a assinatura da Unidade Lotérica e republicará o documento no portal.
- 12.15 As imagens das **RAT** disponibilizadas deverão possuir no mínimo:
- Qualidade: 200 dpi;
 - Escala de cores: *grayscale* (256 bits).
- 12.16 O portal deverá ter, no mínimo, as seguintes funcionalidades:
- Pesquisa por nº da **RAT**;
 - Pesquisa por WO (chamado **CAIXA**);
 - Pesquisa por nº de série;
 - Pesquisa por data de abertura/fechamento do atendimento, incluindo a possibilidade de intervalos;
 - Pesquisa por Unidade Lotérica/Ponto de Venda;

- Pesquisa por Unidade de Suporte Tecnológico;
 - Pesquisa por UF;
 - Pesquisa por código do serviço;
 - Possibilitar download.
- 12.17 Os filtros acima poderão ser combinados entre si.
- 12.18 O portal deverá estar disponível para utilização das unidades da **CAIXA** no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato.
- 12.19 Todos os **RAT** de atendimento originais deverão ser mantidos arquivados, pela **CONTRATADA**, pelo prazo mínimo de **05 (cinco) anos** após a execução dos serviços, para serem apresentados em caso de demanda da **CAIXA**.

13. UNIDADES DE SUPORTE TECNOLÓGICO DA CAIXA

- 13.1 As Unidades de Suporte Tecnológico da **CAIXA** encontram-se relacionadas no quadro abaixo e serão as responsáveis pela gestão operacional das instalações, desinstalações, reinstalações, suporte e assistência técnica dos equipamentos objeto do contrato.
- 13.2 As Unidades de Suporte Tecnológico da **CAIXA** serão responsáveis por indicar à **CONTRATADA** os atendimentos programados definidos como prioritários.
- 13.3 No momento da elaboração dos lotes, a **CAIXA** informará à **CONTRATADA** qual é a Unidade de Suporte Tecnológico responsável pelo atendimento das unidades alvo de recebimento dos equipamentos.
- 13.3.1 Quaisquer dúvidas ou solicitações por parte da **CONTRATADA** deverão ser reportadas à respectiva Unidade de Suporte Tecnológico da **CAIXA**, quais sejam:

FILIAL	CGC	ENDEREÇO	CEP	UF de abrangência
CIAUS/BH	7435	Av. Contorno nº 8.256, 5º andar - Gutierrez - Belo Horizonte/MG	30.110-062	MG
CIAUS/BR	7436	ST SAUS Quadra 3 Bloco E, 4º andar, Ala Sul – Asa Sul – Brasília/DF	70.070-030	DF, GO, MG
CIAUS/GO	7875	Rua 0011, nº 250, 4º andar – Ed. Sede CAIXA, Setor Central - Goiânia/GO	74.015-170	GO, MT, MS
CIAUS/MN	7458	Rua Ramos Ferreira, nº 596, 6º Andar, Centro - Manaus/AM	60.120-002	AM, PA, AC, RO, RR, AP, TO
CIAUS/PO	7876	Rua Andradas, nº 1000, 4º andar - Centro Histórico - Porto Alegre/RS	90.130-001	RS, SC, PR
CIAUS/RE	7466	Rua Vinte e Quatro de Agosto, nº 209, Santo Amaro - Recife/PE	50.040-190	MA, PI, CE, RN, BA, SE, PB, PE, AL
CIAUS/RJ	7469	Rua Marrecas, nº 20 Torre 2, 4º andar – Centro - Rio de Janeiro/RJ	20.031-120	RJ, ES
CIAUS/SP	7877	Largo da Concor dia, nº 211 - 1º andar - Brás - São Paulo/SP	03.012-010	SP

14. ACORDO DE NÍVEL SERVIÇO (SERVICE - LEVEL AGREEMENT - SLA)

- 14.1 Todos os equipamentos deverão ser entregues com o número de série registrado na BIOS ou campo acessível do firmware ou característica assemelhada que gere a possibilidade de verificação remota de seu serial pelas ferramentas de inventário, incluindo-se os ambientes Windows e Linux.
- 14.1.2 Os equipamentos deverão ser entregues contendo, registrado no BIOS (ou campo acessível semelhante), o número de série do objeto e o número de patrimônio **CAIXA**, sem prejuízo da afixação das etiquetas de patrimônio **CAIXA**.
- 14.1.3 A **CONTRATADA** deverá manter o número de série e patrimônio gravados sempre atualizados, conforme etiquetas afixadas nos equipamentos, a cada intervenção técnica que seja necessário regravar as informações, durante o período coberto pela garantia.
- 14.1.4 A **CONTRATADA** deverá afixar nos equipamentos, em local previamente designado pela **CAIXA**, as etiquetas com os números de patrimônio **CAIXA**.
- 14.1.5 As etiquetas de patrimônio serão fornecidas pela **CAIXA** quando da solicitação de cada lote de entrega de equipamentos.
- 14.1.6 O modelo e os detalhes da etiqueta confeccionada pela **CAIXA** encontram-se no **ANEXO I – G - MODELO DE ETIQUETAS DE PATRIMÔNIO**.
- 14.1.7 O não fornecimento do número de patrimônio pela **CAIXA**, quando for o caso, será previamente comunicado, não constituindo fator impeditivo para a entrega e instalação dos equipamentos por parte da **CONTRATADA**.

14.2 PERCENTUAL DE RESOLUTIVIDADE NO PRAZO EM ÂMBITO REGIONAL

- 14.2.1 **Conceito:** A **CONTRATADA** deverá atingir índice de solução das requisições no prazo, mensurados conforme regras estabelecidas e fazer gestão para que os incidentes, passíveis de serem solucionados, sejam concluídos no menor tempo possível
- 14.2.2 **Definição:** Entende-se por resolatividade no prazo em âmbito regional as requisições abertas e resolvidas no âmbito de cada Unidade da Federação – UF para atendimento das requisições.
- 14.2.3 **Índice exigido:** 94% (noventa e quatro por cento) dentro do prazo definido no item 10 do ANEXO I-A Forma de Execução do Contrato.

14.2.4 **Cálculos:** 1. Exemplo: Em um determinado período a prestadora atendeu um total de 13.194 chamados, sendo que 626 chamados foram atendidos com atraso conforme quadro abaixo:

$PRP = 100 - ((QPCA / (QPCA + QNP)) \times 100)$, em que:

PRP = Percentual de Resolutividade no Prazo

QNP = Quantidade Total de Chamados no Prazo no período

QPCA (*) = Quantidade Ponderada de Chamados atendidos com Atraso

(*) A quantidade de chamados atendidos com atraso será ponderada de acordo com a quantidade de horas úteis que exceda o prazo de solução, conforme a tabela seguinte:

Horas excedentes ao Prazo de Solução	Peso
$X < 10$ horas	1
$10h \leq x < 20h$	2
$20h \leq x < 30h$	5
$30h \leq x < 40h$	8
$\geq 40h$	10

Exemplo: Em um determinado período a prestadora atendeu um total de 13.194 chamados, sendo que 626 chamados foram atendidos com atraso conforme quadro abaixo:

Horas excedentes ao Prazo de Solução	Quantidade de chamados atendidos com atraso
$X < 10$ horas	519
$10h \leq x < 20h$	75
$20h \leq x < 30h$	22
$30h \leq x < 40h$	6
$\geq 40h$	4
Total	626

Ponderando os atrasos, teremos o QPCA (Quantidade ponderada de chamados com atraso) de 867, conforme demonstrado a seguir:

Horas excedentes ao Prazo de Solução	Peso	Quantidade de chamados atendidos com atraso	Quantidade ponderada de chamados com atraso
$X < 10$ horas	1	519	519
$10h \leq x < 20h$	2	75	150
$20h \leq x < 30h$	5	22	110
$30h \leq x < 40h$	8	6	48
$\geq 40h$	10	4	40
Total		626	867

O cálculo do PRP (Percentual de Resolutividade no Prazo) será de 94%, segundo a aplicação da fórmula:

$PRP = 100 - ((QPCA / (QPCA + QNP))) \times 100$, em que:

$PRP = 100 - ((867 / (867 + 12568))) \times 100$

$PRP = 100 - 0,06 \times 100$

$PRP = 100 - 6$

$PRP = 94\%$

14.2.5 Nas fases intermediárias da apuração do percentual de resolutividade serão utilizadas duas frações decimais, enquanto o resultado deve ser apresentado em números inteiros, truncando os decimais excedentes em ambas as situações.

14.2.6 A apuração do **PERCENTUAL DE RESOLUTIVIDADE NO PRAZO EM ÂMBITO REGIONAL** será feita no mês corrente analisando o total de atendimentos realizado pela **CONTRATADA** de manutenções corretivas e preventivas.

- Pelo descumprimento do percentual de resolutividade no prazo (PRP) para atendimento de requisições corretivas e preventivas, a **CONTRATADA** sujeitar-se-á à retenção de valores relacionados ao depósito da garantia contratual.
- O valor sobre o qual incidirá o desconto da tabela infra será o valor global do contrato pago para a Unidade Federativa em questão, de modo que o valor da penalidade dependerá da quantidade proporcional de periféricos recebida pela UF.
- O valor total das multas para resolutividade das requisições no prazo não poderá ultrapassar o montante de 10% do valor global total do contrato.

Requisições Atendidas no Prazo	Ajuste de valor devido
≥94%	0,00%
93%	0,50%
92%	1,00%
91%	1,50%
90%	2,00%
89%	3,00%
88%	4,00%
87%	5,00%
86%	6,00%
85%	7,00%
84%	8,00%

14.2.7 Os valores apurados em razão do descumprimento do **SLA** serão devidos pela contratada à **CAIXA** e poderão ser descontados dos valores depositados como

garantia contratual caso a contratada tenha optado por depósito caução em dinheiro.

- 14.2.8 Se o valor depositado como caução não for suficiente para quitação da dívida em razão do descumprimento de **SLA**, a **CAIXA** poderá emitir boleto de quitação com os valores complementares apurados;
- 14.2.9 Caso a garantia contratual advenha de Seguro-garantia ou fiança bancária, a **CAIXA** poderá emitir boleto para pagamento dos valores devidos em razão do ajuste de valor devido na apuração do **SLA**.
- 14.2.10 Nos casos em que houver recorrência de atendimento para um mesmo pinpad dentro de um prazo de **30 dias corridos**, quando houver uma terceira recorrência, será devida a substituição do periférico sem quaisquer ônus para a **CAIXA**.
- 14.2.11 A **CONTRATADA** deverá mensalmente, emitir e encaminhar até o **10º (décimo) dia do mês subsequente**, relatórios gerenciais, analíticos, descritivos e estatísticos, sobre a realização dos serviços de assistência técnica, onde estarão demonstrados os dados relativos aos chamados ocorridos no período de faturamento imediatamente anterior ao corrente mês, constando número de chamados por série, tabela com estatística do prazo de atendimento, chamados em que ocorreram orçamento e prazo de solução ao problema, sendo que outros dados poderão ser incluídos no relatório, a critério da **CAIXA** estando a **CONTRATADA** sujeitas as penalidades previstas no contrato, no caso de inadimplemento.

ANEXO I-B**UNIDADES DE SUPORTE TECNOLÓGICO**

FILIAL	CGC	ENDEREÇO	CEP	UF de abrangência	E-mail
CIAUS/BH	7435	Av. Contorno nº 8.256, 5º andar - Gutierrez - Belo Horizonte/MG	30.110-062	MG	ciausbh03@caixa.gov.br
CIAUS/BR	7436	ST SAUS Quadra 3 Bloco E, 4º andar, Ala Sul – Asa Sul – Brasília/DF	70.070-030	DF, GO, MG	ciausbr03@caixa.gov.br
CIAUS/GO	7875	Rua 0011, nº 250, 4º andar – Ed. Sede CAIXA, Setor Central - Goiânia/GO	74.015-170	GO, MT, MS	ciausgo03@caixa.gov.br
CIAUS/MN	7458	Rua Ramos Ferreira, nº 596, 6º Andar, Centro - Manaus/AM	60.120-002	AM, PA, AC, RO, RR, AP, TO	ciausmn03@caixa.gov.br
CIAUS/PO	7876	Rua Andradas, nº 1000, 4º andar - Centro Histórico - Porto Alegre/RS	90.130-001	RS, SC, PR	ciauspo03@caixa.gov.br
CIAUS/RE	7466	Rua Vinte e Quatro de Agosto, nº 209, Santo Amaro - Recife/PE	50.040-190	MA, PI, CE, RN, BA, SE, PB, PE, AL	ciausre03@caixa.gov.br
CIAUS/RJ	7469	Rua Marrecas, nº 20 Torre 2, 4º andar – Centro - Rio de Janeiro/RJ	20.031-120	RJ, ES	ciausrj03@caixa.gov.br
CIAUS/SP	7877	Largo da Concoridia, nº 211 - 1º andar - Brás - São Paulo/SP	03.012-010	SP	ciaussp03@caixa.gov.br

ANEXO I-C**TERMO DE RESPONSABILIDADE DE USO E GUARDA DE SOFTWARE**

Unidade/Empresa		Telefone/ramal	
Usuário/Responsável pelo recebimento		Matrícula/RG	
Software	Versão	série	
Fornecedor		Fabricante	
Equipamento de Instalação			
N. Série	Modelo	Nome Lógico	Fabricante
Observações			
Data de Instalação		Situação	

Situação: P – Próprio A – Alugado D – Demonstração

DECLARO QUE RECEBI O SOFTWARE ACIMA, SOBRE O QUAL ASSUMO A RESPONSABILIDADE DE CONTROLE, GUARDA E CONSERVAÇÃO.

Em: ____/____/____	Assinatura e carimbo:
---------------------------	-----------------------

ANEXO I-D**RAT – RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO**

Logotipo/Nome Empresa contratada	da	WO	RAT Nº
-------------------------------------	----	----	--------

1. ABERTURA (Preenchido pela CONTRATADA)

Unidade		Contato		Fone/Ramal	
Endereço					
Equipamento / Marca / Modelo				N.º Série	
Nº Tombamento (Patrimônio CAIXA)					
Peças/Serviços		Responsável pela abertura da requisição		Data	Hora
Descrição do Serviço: «MotivoSolicitacao»				Atendimento: [] Normal [] Emergencial	
Pegar insumos/ equipamentos na CEF ?	S/ N	Local			Final da Garantia / /

2. ATENDIMENTO TÉCNICO (Preenchido pela CONTRATADA)

Técnico		Data	Início:	Término	Visto	
				:		
Serviços Executados				Qtde.	Código de Serviço	
Observações				Equipamento em Laboratório		
Necessário Orçamento ?	S/ N	Entrega do Orçamento / /	Aprovação	Data e hora da Execu ção	Abrir Pendência	S/ N

3. CUSTO DO ATENDIMENTO

Totalização dos Custos do Atendimento	Valor (R\$)
(+) Serviços	

(-) Atrasos de atendimento da chamada	
(=) Valor Total do Atendimento	

4. FECHAMENTO (Preenchido pela CONTRATADA e pela CAIXA)

Conclusão do Serviço: Data / / Hora _____:_____	O atendimento prestado foi considerado: () Ótimo () Regular () Bom () Ruim	
Assinatura e identificação do técnico que prestou o atendimento	Assinatura do Usuário CAIXA responsável pelo Equipamento sob carimbo	Observações:

Observações:

- O **Quadro 1 - Abertura** deverá ser preenchido pela **CONTRATADA**, mediante dados fornecidos pela **CAIXA** quando da solicitação do atendimento.
- O **Quadro 2 – Atendimento Técnico**, referente aos serviços executados, deverão ser preenchidos pela **CONTRATADA**, informando as datas, horários, códigos, quantidades, descrições e outros detalhamentos sobre os serviços executados.
- O **Quadro 3 - Custo de Atendimento**, deverá ser consolidados pela **UNIDADE DE SUPORTE TECNOLÓGICO** da **CAIXA**, durante o processo de homologação do atendimento prestado pela **CONTRATADA** pela **UNIDADE DE SUPORTE TECNOLÓGICO** da **CAIXA** de acordo com os valores constantes da Proposta Comercial, Anexo II do Edital.
- O **Quadro 4 – Fechamento** deverá ser preenchido primeiramente pela **CONTRATADA**, devendo o técnico que executou o atendimento se identificar e assinar, bem como registrar a data e horário de conclusão do atendimento.
- Os demais campos do quadro são de preenchimento exclusivo da **CAIXA**, pelo usuário responsável pelo **EQUIPAMENTO** objeto da requisição, que deverá opinar sobre a qualidade do atendimento, registrar suas observações, e dar seu aceite para o atendimento, mediante assinatura sob carimbo.

ANEXO I-E**DECLARAÇÃO DE APTIDÃO, APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE

E-MAIL:

À

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,

LICITAÇÃO CAIXA Nº 237/2025 – CECOT

A empresa (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE), com sede (ENDEREÇO DA EMPRESA LICITANTE), inscrita no CNPJ sob número (CNPJ DA EMPRESA LICITANTE), por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as penalidades da lei, para fins de participação no **LICITAÇÃO CAIXA Nº 237/2025**, que está apta/autorizada a comercializar os produtos ora licitados, assim como dispõe de aparelhamento e pessoal técnico, adequados para a execução dos serviços, utilizando-se de técnicos treinados e certificados, durante todo o período de vigência do contrato.

_____, ____/____/____
Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Nome:

RG/CPF:

ANEXO I-F**DECLARAÇÃO DE ESTOQUE MÍNIMO DE COMPONENTES E PERIFÉRICOS**

A empresa, CNPJ nº, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA**, sob as penalidades da lei, para fins de participação no **LICITAÇÃO CAIXA Nº 237/2025**, que dispõe de insumos e capacidade para suportar no mínimo **60 dias** o processo de manutenção dos equipamentos e manterá estoque mínimo das peças, durante o período de vigência contratual.

Local, data

.....
Assinatura e nome do representante legal da empresa

Obs.: Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da declarante.

ANEXO I-G**MODELO DE ETIQUETAS DE PATRIMÔNIO****1. Etiquetas RFID****1.1 Etiqueta RFID UHF passiva para colagem em objetos metálicos.**

- Aplicação em bens como armários de aço, computadores (servidores e desktops), dentre outros formados predominantemente de metal.

1.1.1 Protocolos e Frequências

- Suporta as faixas de frequências suficientes para a leitura em qualquer leitor móvel de RFID a uma distância mínima de 150 cm.
- Compatível com os padrões EPC Global UHF Class 1 Gen 2 / ISO 18000-6C.

1.1.2 Memória e Desempenho

- Memória EPC.
- Suporta a distância de leitura de, no mínimo, 150cm com leitor móvel RFID.
- Opera em temperaturas entre -10º C e +85º C.

1.1.3 Características Físicas

- Apresenta na parte frontal da etiqueta, a identificação visual da **CAIXA** sobre fundo na cor branco e o código de barras, impressos com as seguintes características:
 - **Marca CAIXA:** Impressa pelas seguintes cores no padrão cromático:
Cor azul: CMYK C100, M56
Cor laranja: CMYK M50 Y100
 - **Código de barras e numeração da etiqueta:** identificação numérica sequencial com 09 (nove) dígitos, padrão Code128 e impressa na cor preta. O código de barras impressos nas etiquetas deverá ser apto, para captura por leitor óptico de código de barras.
- **Resistência de impressão:** Impressão resistente a ataques químicos presentes em produtos de limpeza em geral, a abrasivos e a água.
- **Dimensão da etiqueta:** comprimento de 30 a 55 mm; altura de 12 a 25 mm.

- **Personalização Eletrônica:** O número correspondente ao código de barras, impresso na parte frontal, está gravado na memória EPC, nos primeiros 96 bits. O intervalo de numeração é informado pela **CAIXA**.
- **Distância de leitura:** Distância mínima de leitura de 150cm.
- Possui adesivo especial (etiqueta autoadesiva) que permite sua fixação direta e eficiente em superfícies metálicas, tintadas ou não.
- Imagem meramente ilustrativa:



1.1.4 Características de segurança

- As informações gravadas na etiqueta são bloqueadas por chave mestra, ou equivalente, para evitar regravações não autorizadas pela **CAIXA**.

ANEXO I-H**DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES OPERACIONAIS DE PROCESSAMENTO DE
RESÍDUOS INDUSTRIAIS**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE/FAX:

E-MAIL:

À

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,**LICITAÇÃO CAIXA Nº 237/2025**

A empresa (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE), com sede (ENDEREÇO DA EMPRESA LICITANTE), inscrita no CNPJ sob número (CNPJ DA EMPRESA LICITANTE), por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as penalidades da lei, para fins de participação no **LICITAÇÃO CAIXA Nº 237/2025**, que possui condições operacionais de processar o(s) resíduo(s) industrial(ais) ou contratar empresa para descartar de forma adequada todos os componentes que contém o equipamento que serão substituídos nas dependências, durante todo o período de vigência do contrato.

_____, ____/____/____
Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Nome:

RG/CPF:

ANEXO I-I**GRAU DE CRITICIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LGPD****1. GRAU DE CRITICIDADE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - BAIXO**

- 1.1. A **CONTRATADA** deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da **CAIXA**, disponibilizada no site da **CAIXA** (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>).
- 1.2. A **CONTRATADA** deve proteger as informações corporativas da **CAIXA** e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.
- 1.3. A **CONTRATADA** deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.
- 1.4. A **CONTRATADA** deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.
- 1.5. A **CONTRATADA** deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.
- 1.6. A **CONTRATADA** deve assegurar que os recursos e informações da **CAIXA** colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.
- 1.7. A **CONTRATADA** deve garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos.
- 1.8. A **CONTRATADA** deve cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais.
- 1.9. A **CONTRATADA** deve atender às Leis que regulamentam a atividade da **CAIXA** e seu mercado de atuação.

- 1.10. A **CONTRATADA** fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto **SIGILO** em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado.
- 1.11. A **CONTRATADA** fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da **CAIXA** e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.
- 1.12. A **CONTRATADA** deve garantir que o(s) seu(s) dirigente(s), empregado(s) e colaborador(es) com acesso às informações da **CAIXA** assinem o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, anexo.
- 1.13. A **CONTRATADA** deve enviar, anualmente, à **CONTRATANTE** a versão vigente do(s) Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, disponível no Portal Licitações **CAIXA**, devidamente assinado(s) por seu(s) dirigente(s), empregados(s) e colaborador(es).
- 1.14. A **CONTRATADA** deve realizar ou contratar, treinamento para seus dirigentes, empregados e colaboradores, visando a sensibilização e conscientização em relação à segurança da informação e privacidade de dados, abordando no mínimo o seguinte conteúdo:
- i. Conhecimento da política de segurança da informação da empresa **CONTRATADA** e da **CAIXA**, mencionada no item 1.1;
 - ii. Uso seguro de informações corporativas a que tiver acesso;
 - iii. Proteção de dados e privacidade – LGPD – direitos do titular dos dados;
 - iv. Proteção de dados e privacidade – LGPD – responsabilidades do controlador, operador e do agente de tratamento dos dados;
 - v. Uso seguro de dispositivos;
 - vi. Uso seguro de e-mails;
 - vii. Uso seguro de soluções em nuvem;
 - viii. Uso seguro de redes sociais e comunicadores instantâneos;
 - ix. Adoção da política de “mesa limpa”, “tela limpa” e “impressora limpa”;
 - x. Formas defensivas contra *phishing* e *smshing*;
 - xi. Formas defensivas contra códigos maliciosos recebidos em dispositivos;
 - xii. Formas defensivas contra engenharia social;

- xiii. Formas de reporte de incidentes de segurança da informação na empresa e na CAIXA;
 - xiv. Vazamento de dados e proteção de senhas;
 - xv. Metodologia e princípios da *Privacy by Design* e *Secure by Design*.
- 1.14.1. O treinamento referido no item 1.14 será integralmente de responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima semestral de 08 horas.
 - 1.15. A **CONTRATADA** deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 1.14.
 - 1.16. A **CONTRATADA** deve apresentar semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre anterior, relatórios de acompanhamento dos controles de segurança executados pela **CONTRATADA**.
 - 1.17. A **CONTRATADA** deve se adequar às normas e a legislação vigente inerentes à Segurança da Informação relacionadas às atividades da **CONTRATANTE**, enquanto empresa pública e instituição financeira.
 - 1.18. A **CONTRATANTE** poderá exercer o direito de exigir alterações nos controles de segurança da **CONTRATADA**, à medida que os ambientes externos e internos se modifiquem.
 - 1.19. A **CONTRATADA** deve solicitar formalmente autorização para subcontratação de serviços, cabendo a **CONTRATANTE** autorizar ou não.
 - 1.20. Em caso de concretização de subcontratação de serviços, previamente autorizada pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá enviar notificação mandatória sobre o fato à **CONTRATANTE**.
 - 1.21. A **CONTRATADA** deverá informar ao **CONTRATANTE** periodicamente, os resultados dos indicadores:
 - a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI no último semestre, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido semestralmente e informado à **CONTRATANTE** anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
 - b) Quantidade de empregados que assinaram o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à **CONTRATANTE** até o último dia útil do mês

subsequente ao ano base;

- 1.22. O não atendimento pela **CONTRATADA** de qualquer requisito de segurança definido no presente instrumento contratual, implicará em:
- a) Multa;
 - b) Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 1.22.1. A multa poderá ser aplicada na hipótese de não atendimento a qualquer requisito de segurança definido no instrumento contratual, sendo a multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do faturamento referente ao mês da ocorrência do descumprimento contratual.
- 1.22.2. A **CONTRATANTE** poderá solicitar a apresentação de Plano de Melhoria à **CONTRATADA** constatado o não atendimento a qualquer requisito de segurança definido no instrumento contratual.
- 1.22.3. Constatada a execução insatisfatória do Plano de Melhoria, a **CONTRATANTE**, a seu critério, poderá promover a rescisão antecipada do contrato, ressaltado o seu direito à indenização pelos prejuízos eventualmente constatados e aplicação da penalidade contratual a ela associada.
- 1.23. Em caso de indisponibilidade parcial ou total do serviço contratado, a **CONTRATADA** se compromete a executar o Plano de Contingência aprovado pela **CAIXA**.
- 1.24. Quaisquer materiais ou documentos com informações confidenciais que tenham sido fornecidos à **CONTRATADA** pela **CONTRATANTE** serão devolvidos, acompanhados de todas as cópias, em **até 5 (cinco) dias**, a partir da formalização de solicitação de devolução das informações confidenciais pela **CONTRATANTE**.
- 1.25. No encerramento/extinção do contrato a **CONTRATADA** se compromete a:
- a) Entregar a versão mais atualizada de todos os artefatos, componentes e demais produtos por ele produzidos durante a vigência do contrato;
 - b) Executar a exclusão e sanitização de dados e informações confidenciais após a devida cópia/transferência para a **CONTRATANTE** ou a quem ela indicar, observada a regulamentação vigente;
 - c) Devolver ou transferir a quem for designado pela **CONTRATANTE** todos os ativos que lhe foram cedidos no mesmo estado que estavam no momento da cessão.

- 1.26. A **CONTRATADA** é responsável por realizar o tratamento das informações da **CAIXA** e as sob sua responsabilidade, observando sua classificação de sigilo, bem como as demais regras internas da **CAIXA** estipuladas na versão vigente do manual normativo OR016 – Tratamento da Informação, disponível no Portal Licitações **CAIXA**.
- 1.27. A **CONTRATADA**, durante a execução dos serviços contratados, deve adotar a mesma classificação da informação adotada pela **CONTRATANTE**, observar e cumprir as regras internas da **CONTRATANTE** quanto ao tratamento de informações sensíveis e confidenciais da **CAIXA**, previstas no OR016 – Tratamento da Informação.
- 1.28. A **CONTRATADA** é responsável pelas informações que obtiver, em razão de acesso aos recursos computacionais da **CAIXA** e se compromete a tomar conhecimento e cumprir as regras de uso aceitável e não aceitável da informação.
- 1.29. A **CONTRATADA** deve sensibilizar semestralmente seus empregados e colaboradores, por meio de treinamento com conteúdo de segurança da informação, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima semestral de 08 horas.
- 1.29.1. O conteúdo de segurança da informação mencionado, consta no item 1.14.
- 1.30. A **CONTRATADA** deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 1.29 e, caso estabelecido pela **CONTRATANTE**.
- 1.31. A **CONTRATADA** deve emitir relatórios, semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do semestre base, relacionados aos seus riscos de segurança da informação e cibernéticos identificados, medidos, mitigados e monitorados e que possam trazer algum impacto à **CONTRATANTE**.
- 1.31.1. O relatório deve proporcionar à **CAIXA** identificar até que ponto os riscos de segurança da informação e cibernéticos aos quais a **CONTRATADA** está submetida pode impactar os negócios da **CAIXA**.
- 1.32. A **CONTRATADA** garantirá que a **CONTRATANTE**, ou a auditoria independente indicada pela **CONTRATANTE**, ou os órgãos de regulação/fiscalização das atividades de atuação da CAIXA tenham acesso físico e lógico ao seu ambiente e às informações relacionadas ao objeto do contrato, para realizar verificações relativas aos padrões de segurança da informação.

- 1.33. A **CONTRATADA** deve manter processo de monitoramento e resposta a incidentes de segurança da informação adequado ao objeto contratual.
- 1.34. A **CONTRATADA** deve reportar imediatamente à **CONTRATANTE** os incidentes de segurança da informação identificados em seu ambiente ou operação e em toda sua cadeia produtiva.
- 1.35. A **CONTRATADA** deve enviar à **CONTRATANTE**, em até **05 dias úteis** da detecção da ocorrência, relatório detalhado sobre o incidente de segurança da informação identificado, seus impactos, medidas corretivas implantadas e a implantar.
- 1.36. A **CONTRATADA** deverá informar ao **CONTRATANTE** periodicamente, os resultados dos indicadores mencionados no item 1.21 e dos demais a seguir:
- a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, que obtiveram nota mínima de aprovação no treinamento relacionado a Segurança da Informação mencionado no item 1.14 / Quantidade total de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido semestralmente e informado à **CONTRATANTE** anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
 - b) Quantidade de relatórios, referidos no item 1.31, enviados à **CONTRATANTE** dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela **CONTRATADA** em percentual, medido semestralmente e informado à **CONTRATANTE** semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre base;
 - c) Quantidade de relatórios, referidos no item 1.36, enviados à **CONTRATANTE** dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela **CONTRATADA** em percentual, medido semestralmente e informado à **CONTRATANTE** semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre base.
- 1.37. A **CONTRATADA** deve garantir a continuidade do processamento das informações críticas de negócios, no caso de contratação de bem ou serviço de suporte às atividades críticas da **CAIXA**.
- 1.38. A **CONTRATADA** deve tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, bem como das normas da ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados, reconhecendo sua responsabilidade objetiva e de seus empregados/colaboradores em observar o disposto na LGPD no exercício de suas atividades no tratamento de informações de clientes, de empregados e colaboradores da **CONTRATANTE**.

- 1.39. A **CONTRATADA** se compromete a notificar a **CONTRATANTE**, assim que detectada, a violação de dados relacionados à privacidade, de forma a permitir à **CONTRATANTE** o cumprimento das determinações da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei 13.709/18 e da ANPD.
- 1.40. A **CONTRATADA** assegura que a **CONTRATANTE**, ou a auditoria independente indicada pela **CONTRATANTE**, ou os órgãos de regulação/fiscalização das atividades de atuação da **CAIXA** tenham acesso físico e lógico ao seu ambiente e às informações relacionadas ao objeto do contrato, por meio de recursos oferecidos pela **CONTRATADA**.
- 1.41. A **CONTRATADA** deve fornecer, sempre que requerido pela **CONTRATANTE**, relatórios emitidos por empresas de auditoria especializada independente que tenha realizado trabalho de auditoria em segurança da informação na **CONTRATADA** e certificações que atestem o nível de confiança nos princípios de segurança da informação.
- 1.42. A **CONTRATADA** se responsabiliza pelos incidentes de segurança detectados em sua infraestrutura ou na infraestrutura de empresa subcontratada.
- 1.43. A **CONTRATADA** deve comunicar imediatamente à **CAIXA** qualquer descumprimento às cláusulas acima.

ANEXO I-J**FLUXO PARA INCLUSÃO DE NOVO FORNECEDOR NO SERVIÇOS.CAIXA (GSC)****1. REGRAS PARA INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO**

- 1.1 Todos os chamados para atendimento às solicitações da **CAIXA** serão abertos pelas áreas de operações e gestão de incidentes ou pela Central de Atendimento da **CAIXA**.
- 1.2 A Central de Atendimento da **CONTRATADA** deverá possuir capacidade para o recebimento e emissão automática de chamados, de modo a permitir a implementação de sistemática de troca de informações eletrônicas protocoladas entre a **CAIXA** e a **CONTRATADA** e entre **CONTRATADA** e a **CAIXA**, utilizando-se de webservice para abertura, fechamento e atualização de situação dos chamados, no período de **24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, todos os dias do ano**.
- 1.3 O webservice utilizará o padrão SOAP, padronizado pelo W3C (disponível em <http://www.w3.org/TR/soap/>).
- 1.4 Cabe à **CONTRATADA** a integração do sistema de atendimento com o da **CAIXA**, de modo que a abertura do chamado e seu respectivo fechamento sejam gerenciados pelo sistema de **HELP DESK** da **CAIXA**, sem ônus adicionais.
 - 1.4.1 A **CAIXA** irá informar à **CONTRATADA** o formato do registro eletrônico a ser trocado entre os sistemas.
- 1.5 No caso de ser necessário atendimento técnico presencial em alguma unidade da **CAIXA**, o técnico da **CONTRATADA** deverá preencher a **RAT - RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO**, conforme modelo apresentado no anexo, e entregar ao Gestor da Unidade Atendida.
 - 1.5.1 O início da indisponibilidade será considerado conforme dados das ferramentas de gerenciamento da **CAIXA** ou pela abertura de chamado técnico com a **CONTRATADA**.
 - 1.5.2 Da mesma forma, o final da indisponibilidade será considerado conforme dados das ferramentas de gerenciamento da **CAIXA** ou pelo encerramento do chamado.
 - 1.5.3 É facultado à **CAIXA** definir se usará os dados da ferramenta de gerenciamento ou dos horários de abertura e fechamento dos chamados para efeitos de cálculo das indisponibilidades.
- 1.6 A **CONTRATADA** deverá, após a primeira entrega da documentação de integração de sistemas, finalizar a troca de comunicação entre as partes e

disponibilizar em produção a troca de acionamentos, respeitado o prazo máximo de integração deste contrato.

- 1.7 Os dados oficiais para cálculo de SLA e respectivos descontos serão os dados baseados na integração do sistema da **CAIXA** com a **CONTRATADA**.
- 1.7.1 Durante o período inicial de integração dos sistemas, para o período em questão, os descontos serão baseados nos dados da **CAIXA** mediante negociação com a **CONTRATADA**.
- 1.7.2 Caso a **CONTRATADA** não cumpra o prazo de integração valerão os dados da **CAIXA** de forma sumária.
- 1.7.3 Até que ocorra a integração dos sistemas de atendimento e para os casos de contingências, deverá ser disponibilizado pela **CONTRATADA**:
 - a) Número telefônico de tarifação reversa (0800) para abertura de chamados relativos à manutenção.
 - b) Caixa postal de correio eletrônico, acessível via internet, para receber as solicitações de instalação, desativação e alteração de endereço.
- 1.7.4 A **CAIXA** informará para a **CONTRATADA** a caixa postal eletrônica que será a remetente das solicitações.

2. MODELO DE COMUNICAÇÃO

- 2.1 O modelo de integração com fornecedores atende Requisições, Solicitações de Serviços, incidentes e mudanças.
- 2.2 A solução prevê que a comunicação do fornecedor com a **CAIXA** seja sempre passiva, ou seja, a aplicação criada pelo fornecedor sempre consome o webservice da **CAIXA**, tanto para busca de novas requisições, ordem de serviço, incidente quanto para a atualização de informações para solicitação.
- 2.3 Desta forma a **CAIXA** disponibiliza um WSDL com a garantia de certificado digital na extranet, onde o fornecedor deverá efetuar o consumo de informações dos leiautes, para isso o mesmo deve ter o seu IP autenticado, além das credenciais de acesso e a chave referente ao fornecedor/contrato específico.
 - 2.3.1 Salientamos que o acesso é efetuado através de um DNS externo com IP público e após acesso, regras de NAT/Firewall para encaminhamento para um IP interno.
 - 2.3.2 Portanto, foi idealizado que toda a troca de comunicação seja efetuada via leiautes XML via WSDL como caminho primário e como contingência será utilizado a comunicação via e-mail onde o bilhete XML estará contemplado no “corpo do e-mail”.

3. PRÉ-REQUISITOS - FORNECEDOR

- 3.1 **Autorização:** O fornecedor deve preencher o formulário de autorização de conexão externa e encaminhar à equipe **CAIXA** contratante, solicitando a equipe responsável pela administração do GSC que seja providenciada a criação de chave para acesso ao Webservice **CAIXA**.
- 3.2 **Comunicação:** Para realização da integração via troca de arquivos, o fornecedor deve acessar o WSDL disponibilizado pela **CAIXA**, onde o mesmo deverá informar as credenciais de acesso. Além das credenciais de acesso (username e senha), é preciso informar o qualificador e código do tipo do arquivo, que serão disponibilizados com as demais informações de acesso.
- 3.3 **Aplicação para captura e envio de arquivos:** O fornecedor deverá possuir uma aplicação capaz de:
- a) Interpretar os Leiautes XML de comunicação fornecidos pela **CAIXA**;
 - b) Capturar os arquivos de abertura de requisição disponibilizados pela **CAIXA** pelo meio webservice;
 - c) Validar as informações dos arquivos recebidos de acordo com sua necessidade para atendimento aos chamados;
 - d) Encaminhar os arquivos de retorno (aceite/recusa, pendência, conclusão do serviço), de acordo com o leiaute de arquivos padrão definido pela **CAIXA**.
- 3.4 Tal aplicação, utilizada na comunicação via webservices, deve ser desenvolvida pelo próprio fornecedor, na linguagem e plataforma que melhor se ajustar ao ambiente de trabalho. A única premissa é que essa aplicação faça uso dos métodos de captura e envio de arquivos disponibilizados pelo sistema da **CAIXA**.

4. PRÉ-REQUISITOS - AMBIENTE CAIXA

- 4.1 Para que o fornecedor possa receber as requisições abertas pela equipe **CAIXA** é preciso que ele esteja cadastrado no ITSM – SIGSC e que exista um modelo de requisição criada para o tratamento do referido processo.
- 4.2 A equipe **CAIXA** deverá encaminhar as credenciais de acesso para o fornecedor.
- 4.3 A aplicação do fornecedor deverá ser capaz de receber, interpretar e enviar corretamente os arquivos para atualização das requisições por meio de comunicação webservices, ou e-mail protocolado somente como contingência.
- 4.4 Visando garantir que essa integração ocorra com o menor risco possível, o gestor deve solicitar à equipe responsável pela administração do SIGSC a realização de testes com o fornecedor a fim de assegurar que a implantação da integração em

ambiente de produção ocorra da melhor maneira possível, evitando transtornos com solicitações reais dos usuários.

- 4.5 Eventuais dúvidas operacionais relacionadas aos serviços e atividades realizadas deverão ser encaminhadas ao gestor contratante ou operacional.

5. TROCA DE ARQUIVOS

- 5.1 Para os serviços acordados, a equipe **CAIXA** efetuará a abertura de requisições no sistema corporativo da **CAIXA**.
- 5.1.1 No momento da designação do chamado ao fornecedor, ficará disponível no webservice, um arquivo em formato XML.
- 5.1.2 Para cada requisição será disponibilizará um arquivo XML, com informações distribuídas de acordo com o leiaute padrão e com os tipos de acionamento realizados.
- 5.1.3 O fornecedor, em seu ambiente, deve possuir aplicação capaz de capturar os arquivos no webservice fornecido pela **CAIXA**, validar as informações dos arquivos recebidos e encaminhar os arquivos de retorno, também de acordo com o leiaute de arquivos padrão definido pela **CAIXA**.
- 5.1.4 Ao capturar os arquivos encaminhados pelo **CAIXA** (via webservices) o fornecedor efetuará validação dos dados recebidos a fim de identificar se haverá ou não a possibilidade de atendimento.
- 5.1.5 Em caso positivo, deverá encaminhar (também via webservices) arquivo de aceite, aceitando o serviço. Em caso negativo, deverá encaminhar arquivo de recusa informando o motivo pelo qual não será possível prestar o atendimento.
- 5.2 Para os atendimentos que forem aceitos, ao final do atendimento deverá ser encaminhado pelo fornecedor (via webservices) arquivo de conclusão do(s) serviço(s) informando à **CAIXA** que o atendimento foi finalizado (conforme leiaute padrão a ser disponibilizado pela **CAIXA**), para cada ação do fornecedor o mesmo receberá um leiaute de retorno informando se a solicitação foi processada no sistema **CAIXA**.
- 5.2.1 Caso no momento da validação não seja possível a sensibilização na ferramenta da **CAIXA** de acordo com o leiaute proposto, o retorno XML informará que não foi processado e apresentará a descrição para o problema encontrado, para que seja dado tratamento por parte do fornecedor, que poderá enviar nova atualização quando a situação for corrigida. Motivos de não processamento de arquivos:
- a) Padrão de arquivo inválido ou arquivo corrompido;
 - b) Chamado está concluído no sistema da **CAIXA** e não permite atualização;

- c) Chamado está cancelado no sistema da **CAIXA** e não permite atualização;
 - d) Valor inválido para o campo "nomedocampo". (Neste caso, a mensagem deve informar o nome do campo/tag/elemento que possui valor inválido)
- 5.3 A qualquer tempo, durante a vigência do contrato, a **CAIXA** poderá solicitar alterações no fluxo de integração, inclusive no leiaute padrão definido para as requisições.

ANEXO I-K**CHECK LIST DE DESINSTALAÇÃO**

<u>Logotipo/Nome da Empresa CONTRATADA</u>	<u>REQUISIÇÃO Nº</u>	<u>RAT Nº</u>
--	----------------------	---------------

1. ABERTURA (Preenchido pela CONTRATADA)

<u>Unidade Lotérica</u>		<u>Contato</u>		<u>Fone/Ramal</u>	
<u>Endereço</u>					
<u>Equipamento / Marca / Modelo</u>				<u>N.º Série</u>	
<u>Nº Tombamento (Patrimônio CAIXA)</u>					
<u>Peças/Serviços</u>		<u>Responsável pela abertura do Chamado</u>		<u>Data</u>	<u>Hora</u>
<u>Descrição do Serviço: «MotivoSolicitacao»</u>				<u>Atendimento:</u> <input type="checkbox"/> Normal <input type="checkbox"/> Emergencial	
<u>Pegar insumos/ equipamentos na CEF ?</u>	<u>S/N</u>	<u>Local</u>			<u>Final da Garantia</u> ____/____/____

2. DESCRIÇÃO DOS PERIFÉRICOS (Preenchido pela CONTRATADA)

<u>Periférico</u>	<u>Marca</u>	<u>Modelo</u>	<u>Número de Série</u>

3. FECHAMENTO (Preenchido pela CONTRATADA e pelo Empresário Lotérico)

<u>Conclusão do Serviço:</u> <u>Data</u> ____/____/____ <u>Hora</u> ____:____	<u>Nome e assinatura, sob carimbo ou com CPF/CI, do Usuário da UL</u>	<u>Observações:</u>
---	---	---------------------

	responsável pelo Equipamento	
<u>Nome, assinatura e identificação do Técnico que prestou o atendimento</u>		

Observações:

- O Quadro 1 - Abertura deverá ser preenchido pela **CONTRATADA**, mediante dados fornecidos pela **CAIXA** quando da solicitação do atendimento.
- O Quadro 2 – Descrição dos Periféricos, referente aos equipamentos e periféricos, deverá ser preenchido pela **CONTRATADA**, informando o periférico, marca, modelo e número de série do equipamento desinstalado.
- O Quadro 3 – Fechamento deverá ser preenchido primeiramente pela **CONTRATADA**, devendo o técnico que executou o atendimento se identificar e assinar, bem como registrar a data e horário de conclusão do atendimento; e deverá ser preenchido pelo usuário da UL responsável pelo equipamento, registrando suas observações, mediante nome e assinatura sob carimbo ou assinatura

ANEXO I-L**TERMO DE RECOLHIMENTO**

=====

(Este documento deve ser preenchido em duas vias)

CONTRATO Nº XXXXX/2025 - Cliente: **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

Dependência: _____ Prefixo: _____ UF: _____

Endereço: _____

Retirado(s)

Nº Universal: (Marque o nº de todos os equipamentos DV retirados no ponto)

Atestamos que foi(ram) efetuada(s) a(s) desinstalação(ões) e descaracterização(ões) do(s) bem(ns) acima relacionado(s):

Declaramos, para os devidos fins, que os bens relacionados acima foram entregues pela **CAIXA**, na forma de Manufatura Reversa, à empresa XXXXX, CNPJ XXXXXXXXXXXXXXX, a qual ficará responsável pelo recolhimento e descarte ambientalmente adequado dos equipamentos.

Declaramos, ainda, que o **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL** não é contribuinte de ICMS, razão pela qual está desobrigada da emissão de documentos fiscais desses impostos.

Local e Data: _____ de _____ de _____

Nome do Funcionário (CAIXA): _____

Matrícula: _____

Assinatura: _____

Nome do Funcionário (Fornecedor): _____

Matrícula: _____

Registro: _____

Assinatura: _____

ANEXO I-M

LOCAIS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Arquivo anexo no Portal de Compras da CAIXA.

ANEXO I-N**DECLARAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO QUALIFICADO, APARELHAMENTO
ADEQUADO E EXPERIÊNCIA EM INTEGRAÇÃO OU DESENVOLVIMENTO DE API E
DRIVERS**

A empresa, CNPJ nº, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as penalidades da lei, para fins de participação no **LICITAÇÃO CAIXA Nº 237/2025 - CECOT**, que dispõe de experiência em integração ou desenvolvimento de API e drivers (no padrão CEN/JXFS) para a execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva e suporte técnico em equipamentos de autoatendimento, condições que serão mantidas durante todo o período de vigência do contrato.

Local, data

.....
Assinatura e nome do representante legal da empresa

Observação: Esta declaração deverá ser apresentada, preferencialmente, em papel timbrado da declarante.

ANEXO I-O
CADERNO DE HOMOLOGAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	FORMA	EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÃO
2.	ESPECIFICAÇÕES GERAIS			
	Deve ser compatível com sistema operacional Windows 11 (32 e 64 bits) e superiores e Debian 8 e superiores.	DOC		
	Deve ser confeccionado nas cores preto, cinza, prata ou a combinação entre elas, inclusive os cabos e conectores.	LAB		
	Deve apresentar sinal sonoro quando qualquer tecla for pressionada.	LAB		
	Todos os componentes devem estar em linha de produção do fabricante, não sendo aceito soluções e/ou componentes com previsão de descontinuidade, <i>end-of-support</i> ou <i>end-of-life</i> .	DOC		
	DISPLAY E TECLADO			
	Possuir display LCD ou LED colorido com, no mínimo 2.2" (polegadas) e, resolução mínima de 320 x 240p, sendo capaz de exibir quaisquer QR-Codes.	DOC + LAB		
	Possuir 10 (dez) teclas alfanuméricas e teclas ANULA, LIMPA e ENTRA, conforme figura abaixo: <div style="text-align: center; margin-top: 10px;"> </div>	LAB		
	Opcionalmente poderão existir teclas direcionais (ex: "cima" e "baixo") e teclas de função ("F1" e "F2") discretas ou simuladas através da interface touch screen.	LAB		
	As teclas "5", ANULA, LIMPA e ENTRA deverão possuir	LAB		

	identificação tátil em alto relevo, posicionada de forma a não interferir na identificação visual da tecla, de acordo com o que estabelece a norma técnica ABNT NBR152504.			
	LEITORES DE CARTÃO			
	Possuir leitor de cartão magnético incorporado com capacidade para leitura das trilhas 1, 2 e 3, configurável por software e compatível com o padrão ISO 7811.	DOC		
	Possuir leitor de cartão com chip compatível com o padrão ISO 7816 partes 1 a 15.	DOC		
	Possuir leitor de cartão Contactless.	DOC		
	Possuir suporte a cartões de memória e microprocessados.	DOC		
	CERTIFICAÇÕES			
	Possibilidade de atualização (via firmware, por exemplo) para conformidade com o padrão ABECS para transações com cartão de crédito e débito em TEF.	DOC		
	Possuir no mínimo, homologação padrão ABECS versão 2.12	DOC		
	Possuir, no mínimo, as homologações PCI-PTS V5.0 e EMV versão 4.2 - Books 1 e 2, ou versões superiores lançadas até a data de fornecimento.	DOC		
	Certificação relacionada a segurança do teclado:			
	TQM Contact e Contactless.	DOC		
	Certificação exclusiva da Mastercard.			
	TLOA (Mastercard).	DOC		
	Certificação de kernel Contactless.			
	PAYWAVE (VISA)	DOC		
	Certificação de kernel Contactless.			
	DPAS (ELO)	DOC		

	O Pinpad deverá possuir certificação da ANATEL.	DOC		
	SEGURANÇA E CRIPTOGRAFIA			
	Suportar criptografia 3DES (128/192 bits), AES (128/192/256 bits) e RSA (2048 bits) simultâneos.	DOC + LAB		
	Possuir capacidade para armazenar, no mínimo, um conjunto de 40 chaves, conjunto este formado por chaves 3DES e/ou AES.	DOC		
	Suportar esquema de gerenciamento de chaves Master/Session Key e DUKPT para 3DES.	DOC		
	Suportar, no mínimo, um dos três algoritmos a seguir: MAC 3DES, HMAC ou CMAC.	DOC		
	Criptografar todos os dados sensíveis (dados do chip, dados da tarja magnética e outros dados enviados pelo terminal) na comunicação entre o Pinpad e o terminal, de forma que não sejam expostos em nenhum momento, utilizando protocolo de segurança robusto, como o TLS v1.3 ou superior.	DOC + LAB		
	A API do terminal deverá validar a chave pública utilizada pelo Pinpad, de modo a evitar ataques man-in-the-middle.	DOC		
	CONECTIVIDADE E COMPATIBILIDADE			
	O cabo deve ter no mínimo 150cm de comprimento.	DOC		
	Ser compatível com conexão USB 2.0 e superiores.	LAB		
	Possuir suporte ao padrão NFC, conforme ISO 14443-4:2008, para os tipos: leitura/escrita e modo de emulação.	DOC		
	Deverá ser compatível com o padrão Windows 11 Enterprise LTSC 64 Bits, e versões superiores em português brasileiro, e Linux Debian 8 32 bits e Debian 12 64 bits, e versões superiores.	DOC		
	DOCUMENTAÇÃO			

	A CONTRATADA deve fornecer a documentação de todos os itens e serviços disponibilizados, bem como os respectivos contextos de uso e formas de acesso.	DOC		
	Possuir guia prático sobre como utilizar o periférico, preferencialmente com tour guiado e vídeos, em idioma português do Brasil.	DOC		

ANEXO I-P
TERMO APARTADO DE GARANTIA

1. Condições para a garantia para o Software do PinPad, compreendendo todas as adequações/atualizações/customizações/desenvolvimento de software para viabilizar a migração do equipamento entre canais já estão inclusas no escopo deste contrato e poderão ser solicitados à contratada mesmo após o fim da vigência contratual de 12 (doze) meses, haja vista que para questões relacionadas a tais adequações o prazo fixado é de 36 (trinta e seis) meses contados a partir da assinatura do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços.

2. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

2.1 São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA, além de outras constantes deste TERMO DE GARANTIA:

I – Fornecer somente produtos novos, não sendo admitido, em hipótese alguma, a entrega de produtos reutilizados ou recondicionados, nem fora de linha de fabricação, obedecendo rigorosamente às especificações indicadas na Ata de Registro de Preços nº /2025 e em seus anexos;

II – Obedecer rigorosamente ao prazo, as quantidades e locais de entrega dispostos na Ata de Registro de Preços nº /2025 e em seus anexos, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer condição estabelecida, obrigando-se a indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte. A responsabilização estender-se-á aos danos causados a terceiros;

III – Entregar e instalar os equipamentos nos endereços/localidades/prazos indicados a serem indicados em cada contrato derivado da Ata de Registro de Preços;

IV – Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte do(s) equipamento(s) até o(s) local(is) de entrega;

V – **Prestar garantia de 36 (trinta e seis) meses**, realizando adequações/atualizações/customizações/desenvolvimento de software para viabilizar a migração do equipamento fornecido entre canais, nas condições dispostas no edital da Licitação Caixa nº 237/2025 e seus anexos;

VI – Cumprir, com o máximo rigor, todas as disposições constantes deste TERMO DE GARANTIA, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer condição aqui estabelecida;

VII – Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CAIXA e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações;

VIII – Dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução deste TERMO DE GARANTIA;

IX – Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA, no tocante ao fornecimento do(s) equipamento(s), assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata de Registro de Preços nº /2025;

X – Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da prestação de serviços objeto deste TERMO DE GARANTIA, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

XI – Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços objeto deste TERMO DE GARANTIA.

XII – Substituir, em qualquer tempo, e sem qualquer ônus para a CAIXA, toda ou parte da remessa do material devolvido pela CAIXA, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, na amostra do PRODUTO entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis e previstas neste contrato e em seus anexos em conformidade com a Lei;

XIII – Providenciar, nos prazos determinados no Anexo I-A – Forma de Execução e Serviços Agregados, por sua conta e sem ônus para a CAIXA, a correção ou substituição, a critério da CAIXA, dos serviços que apresentem defeito durante o período de garantia;

XIV – Manter, durante o prazo do TERMO DE GARANTIA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;

XV – Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária ao serviço objeto deste TERMO DE GARANTIA, com a qualidade e rigor exigidos;

XVI – Prestar manutenção e suporte sobre os equipamentos a serem fornecidos de acordo com a Ata de Registro de Preços nº ____/2025, durante o prazo de garantia, sem custo adicional aos previstos naquele instrumento;

XVII – Assegurar a oferta de bens de reposição e substituição durante o prazo de garantia do contrato.

XVIII – Cumprir todos os quesitos formulados em sua proposta técnica, que será parte integrante da Ata de Registro de Preços nº ____/2025;

XIX – Informar à CAIXA quando solicitado: marca, modelo e relação dos fabricantes/fornecedores de todos os produtos objeto deste Contrato, respeitando sempre as especificações previstas no edital da Licitação Caixa nº 237/2025;

XX – Recrutar os técnicos, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CAIXA, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora;

XXI – Disseminar, periodicamente, ao seu corpo funcional (inclusive técnicos) as orientações fornecidas pela CAIXA sobre os procedimentos e padrões CAIXA, que serão realizadas sempre que necessário;

XXII – Fiscalizar o perfeito cumprimento da prestação de serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela CAIXA;

XXIII – Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da CAIXA, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento objeto do Contrato;

XXIV – Pagar todos os impostos e taxas devidas sobre os serviços objeto deste contrato, bem como as contribuições à previdência social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e acidentes de trabalho, emolumentos, quaisquer insumos e outras despesas diretas e indiretas que se façam necessárias à execução dos serviços contratados;

XXV – Tomar todas as providências e realizar as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie,

forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da CAIXA;

XXVI – Diligenciar para que os seus empregados tratem com urbanidade o pessoal da CAIXA, clientes, visitantes e demais contratados;

XXVII – Não permitir que seus empregados executem serviços além dos previstos no objeto deste TERMO DE GARANTIA;

XXVIII – Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com a Ata de Registro de Preços nº ____/2025, ficando ainda, para todos os efeitos legais, declarados pela CONTRATADA a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a CAIXA;

XXIX – Indenizar todos os custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela CAIXA por força de sentença judicial que reconheça a existência de vínculo empregatício entre a CAIXA e os empregados da CONTRATADA;

XXX – Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA;

XXXI – Manter perante a CAIXA, durante a vigência do contrato e da garantia, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;

XXXII – Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão e de práticas discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, partido político, classe social, nacionalidade;

XXXIII – Respeitar as normas e procedimentos de controle interno da CAIXA, inclusive de acesso às suas dependências.

1.2 A CONTRATADA deverá, durante o período de garantia, manter estrutura adequada para prestar os serviços de manutenção, assistência técnica e suporte técnico necessários ao pronto atendimento às solicitações da CAIXA.

1.3 A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos, perdas ou avarias a que der causa, por si e/ou por seus empregados, em instalações e/ou pertences da CONTRATANTE ou de terceiros, seja por imprudência, negligência ou imperícia, respondendo pelo ressarcimento dos prejuízos apurados.

1.4 Todos os procedimentos descritos nesta cláusula deverão ser prestados pela CONTRATADA, sem ônus adicional para a CAIXA, durante todo o período de garantia.

2. DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA

2.1 A CAIXA obriga-se a:

I) Notificar a CONTRATADA quanto a defeitos ou irregularidades verificadas na execução dos serviços objeto deste TERMO DE GARANTIA, bem como quanto a qualquer ocorrência relativa ao comportamento de seus técnicos, quando do atendimento a CAIXA, que venha a ser considerado prejudicial ou inconveniente para a CAIXA;

II) Permitir ao pessoal da CONTRATADA o acesso ao local de prestação dos serviços, desde que observadas as normas de segurança.

III) Notificar a CONTRATADA sobre qualquer modificação nos locais de fornecimento/prestação dos serviços, em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, para promoção das mudanças necessárias.

ANEXO II**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL****LICITAÇÃO CAIXA Nº 237/2025**

NOME DA PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

OBJETO: Registro de Preços para fornecimento de até 26.201 (vinte e seis mil duzentos e um) PinPads criptográficos com leitor de cartão chip, com operação de trade in de equipamentos obsoletos, com possibilidade de atualização de firmware para conformidade com o padrão ABECS para transações com cartão de crédito e débito em TEF, contemplando serviços de instalação, manutenção corretiva, suporte técnico local com garantia de 12 (doze) meses para o Hardware e 36 (trinta e seis) meses para o Software, em todo território nacional, de acordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos.

PROPOSTA DE PREÇO:

Descrição	Qtd. (A)	Valor unitário (R\$) (B)	Valor Total (R\$) C= (A) * (B)
PINPAD	26.201		

IMPORTANTE: Havendo incorreção nos cálculos apresentados, prevalecerão os valores unitários indicados pela licitante.

VALOR UNITÁRIO: R\$..... (valor por extenso)

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$_____ (valor por extenso - incluir todos os itens que for participar)

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: _____() dias. Não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas

PRAZO DE VIGÊNCIA DA GARANTIA: 12 (doze) meses para o Hardware e 36 (trinta e seis) meses para o Software.

PRAZO DE ENTREGA: De, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar da data de solicitação da CAIXA.)

DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO OFERTADO, ABRANGENDO

2. A **PROPOSTA COMERCIAL** deve ser preenchida conforme modelo acima, em arquivo único, sem caracteres tais como figuras, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods e anexada no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>;

2.1 O licitante deverá acessar <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na opção “ÁREA LOGADA” → clicar em “ENTRAR” → realizar login → marcar a modalidade “**LICITAÇÃO CAIXA**” → escolher a opção “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO”, localizado no quadro “MINHAS ATIVIDADES” e, no item desejado, informar o valor proposto e anexar o arquivo acionando o botão “ANEXAR PROPOSTA” → confirme o upload do arquivo correspondente na coluna PROPOSTA e, para confirmar a participação no item, acione o botão “CONCLUIR/ENVIAR”.

3 – Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo(s) que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se, sumariamente, a fração remanescente.

ANEXO III**PREÇO MÁXIMO ESTIMADO PELA CAIXA**

Descrição	Qtd. (A)	Valor unitário (R\$) (B)	Valor Total (R\$) C= (A) * (B)
PINPAD	26.201	R\$ 646,07	R\$ 16.927.680,07

ANEXO IV**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 237/2025****PROCESSO n.º 5688.01.0888.0/2025****LICITAÇÃO CAIXA Nº 237/2025**

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e pelo Estatuto Social da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, por intermédio de sua Centralizadora Nacional Contratações – **CECOT** em Brasília, CNPJ(MF) nº 00.360.305/5614-83, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 2, Bloco L, 7º andar - Asa Sul – Brasília, - CEP 70070-110, neste ato representada pelo(a) _____ *[indicar e qualificar o representante da CAIXA, informando também os dados da procuração que concede poderes de representação]*, daqui por diante designada **CAIXA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **LICITAÇÃO CAIXA nº 237/2025**, do processo administrativo nº. **5688.01.0888.0/2025**, em face da autorização do da **Decisão Colegiada de Gerentes de Centralizadoras/Filiais**, conforme **Resolução do Colegiado nº 19.935/2025**, **RESOLVE** registrar o preço da empresa _____ *[indicar o nome da empresa, em caixa-alta e negrito]*, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____ *[, com sede na _____ (indicar o endereço completo, inclusive CEP)]*, neste ato representada(o) por _____ *(indicar e qualificar o representante do fornecedor)*, doravante designada **FORNECEDOR**, nas quantidades estimadas anuais, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC, Leis nº 13.303 de 30/06/2016 e nº 8.429 de 02/06/1992, pela LC nº 123 de 14/12/2006, pelos Decretos nº 8.538 de 06/10/2015 e nº 11.462 de 31/03/2023, e pela Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral e aos preceitos de Direito Privado, bem como as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços, para o fornecimento de até 26.201 (vinte e seis mil duzentos e um) PinPads criptográficos com leitor de cartão chip, com operação de trade in de equipamentos obsoletos, com possibilidade de atualização de firmware para conformidade com o padrão ABECS para transações com cartão de crédito e débito em TEF, contemplando serviços de instalação, manutenção corretiva, suporte técnico local com garantia de 12 (doze) meses para o Hardware e 36 (trinta e seis) meses para o Software, em todo território nacional, nos locais mencionados no Anexo I-M.

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga a **CAIXA** a firmar contratações na quantidade estimada, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada à detentora do registro, primeira colocada, a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da presente Ata será de **01 (um) ano**, a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço.

Parágrafo Primeiro – No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor será instado a se manifestar, por escrito, com, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos de antecedência do vencimento da Ata, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à **CAIXA** oriundos da não prorrogação.

Parágrafo Segundo – No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades registradas poderão ser renovadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA

A gestão deste instrumento caberá à **GEAUS** no seu aspecto operacional e à **CEFOR**, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS

Os preços unitários registrados e os quantitativos estimados para cada um dos itens estão elencados na presente ata, conforme segue:

Descrição	Qtd. (A)	Valor unitário (R\$) (B)	Valor Total (R\$) C= (A) * (B)
PINPAD	26.201		

FORNECEDOR

1º CLASSIFICADO: CNPJ

Parágrafo único - O(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro reserva está(ão) relacionado(s) no Anexo I desta Ata. [excluir este parágrafo se não houver cadastro reserva]

CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

Os materiais deverão ser entregues em conformidade com a solicitação da **CAIXA**, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de assinatura do(s) Contrato(s) pela última parte, na(s) Unidade(s) nele(s) indicada(s).

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

As empresas detentoras do preço registrado poderão ser convidadas a firmar contratações para o fornecimento na ordem de sua classificação, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro – As contratações de que trata este instrumento serão efetuadas por meio de Contratos emitidos pela **CAIXA**, contendo as informações pertinentes, tais como

o nº. da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, os prazos e endereços para entrega/execução.

Parágrafo Segundo – O Contrato será encaminhado ao fornecedor que deverá assiná-lo e devolvê-lo à **CAIXA** no prazo de **05 (cinco) dias úteis** a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro – Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o Contrato, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis, a **CAIXA** poderá convocar os demais fornecedores registrados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto – A **CAIXA** fará o controle permanente da variação dos preços do mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação do fornecimento.

Parágrafo Quinto – Durante a vigência da Ata a **CAIXA** se reserva o direito de fazer avaliações do material fornecido, de modo a comprovar o atendimento às especificações técnicas estabelecidas no Edital e atribuídas pelo **FORNECEDOR**.

Parágrafo Sexto – Caso seja detectado que o produto entregue não atende às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a **CAIXA** rejeitá-los, integralmente ou em parte, obrigando-se o **FORNECEDOR** a providenciar a substituição do produto não aceitos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, bem como a retirada do material rejeitado.

Parágrafo Sétimo – O aceite/aprovação dos bens pela **CAIXA**, não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pelo **FORNECEDOR** registrado verificados posteriormente, garantindo-se à **CAIXA** as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do **FORNECEDOR**, além das demais previstas nesta Ata e neste edital:

- I Obedecer rigorosamente ao(s) prazo(s) e o(s) local(is) de entrega e instalação, bem como as demais disposições do contrato, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer condição estabelecida, obrigando-se a indenizar a **CAIXA**, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte. A responsabilização estender-se-á aos danos causados a terceiros;
- II Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados no decorrer da vigência da Ata e dos respectivos contratos a serem firmados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da **CAIXA**. Prestar informações sempre que for solicitada pela **CAIXA**, devendo ser dado retorno em no máximo, **5 (cinco) dias úteis**.
- III Dar ciência à **CAIXA**, por escrito e formalizado, em 24 horas, sobre quaisquer

problemas, se houver, relativos à disponibilização dos itens;

- IV Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **CAIXA** no tocante ao objeto contratado, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento;
- V Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária ao fornecimento previsto neste instrumento, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;
- VI Os PinPads poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituído pela **CONTRATADA**, no prazo máximo de **5 (cinco) dias corridos**, a contar da notificação pela **CAIXA**, sob pena de incidência de multa. Substituir no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, o equipamento que não estiver de acordo com as especificações. A substituição do equipamento rejeitado ocorrerá às expensas da **CONTRATADA**.
- VII Respeitar as normas e procedimentos de controle interno da **CAIXA**, inclusive de acesso as suas dependências;
- VIII Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da **CAIXA** de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste Ata e seus respectivos contratos;
- IX Manter, durante a vigência da Ata e dos respectivos contratos dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;
- X Manter perante a **CAIXA**, durante a vigência da Ata e dos contratos dela decorrentes, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da **CAIXA** de substituta tributária;
- XI Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;
- XII Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão, bem como a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, deficiência, orientação sexual, partido político, classe social, nacionalidade;

- XIII Observar estritamente a vedação ao nepotismo, sob as penas da lei, declarando neste ato que:
- a) Não está com o direito de licitar e contratar com a **CAIXA** suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
 - b) Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da **CAIXA**;
 - c) Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - d) Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - e) Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - f) Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - g) Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
 - h) Não é empregado ou dirigente **CAIXA** na condição de licitante;
 - i) Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - Dirigente da **CAIXA**;
 - Empregado da **CAIXA** cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da **CAIXA** hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - Autoridade do ente público a que a **CAIXA** esteja vinculada.
 - j) Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a **CAIXA** há menos de 6 (seis) meses.
- XIV Manter, durante todo o período de vigência da Ata e dos contratos dela decorrentes, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência

ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação;

- XV Manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor **CAIXA**, entregue à Contratada no ato da assinatura deste instrumento contratual;
- XVI Providenciar assinatura de Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, anexo a esta Ata, de todos os seus prestadores que tiverem acesso a sistemas e informações internas da **CAIXA** e entregar na **Centralizadora Regional de Serviços aos Usuários de TI** destinatária dos periféricos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura desta Ata, devendo comunicar a CAIXA e realizar o mesmo procedimento quando houver novos prestadores na execução do serviço;
- XVII Aceitar alterações das condições de fornecimento inicialmente pactuados nos contratos decorrentes da presente Ata, no caso de eventuais mudanças estruturais da **CAIXA**, inclusive transferência da posição contratual para terceiros, quando essas não trouxerem impactos no equilíbrio financeiro do contrato, ou negociar com a **CAIXA** ou eventual instituição de transição ou para um adquirente definitivo, garantindo a continuidade do fornecimento até o final do contrato.
- XVIII Indenizar a **CAIXA**, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização, quando não atendidas as disposições desta Ata e dos respectivos contratos, sendo que a responsabilização estender-se-á aos danos causados a terceiros;
- XIX Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes de sua omissão;
- XX Prover todos os meios necessários à garantia da plena execução do contrato, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- XXI Assumir defeitos do bem produzido com matéria-prima que o torne impróprio ao uso e sem observância dos requisitos técnicos indispensáveis à boa qualidade e utilização de acordo com a legislação específica;
- XXII Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente, bem como adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública.
- XXIII Comprometer-se a não suspender o fornecimento no caso de devolução do documento fiscal não aprovado pela **CAIXA**;

- XXIV Manter atualizados, durante a vigência da Ata e dos respectivos contratos dela decorrentes o cadastro e a habilitação em cada nível do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- XXV Assumir total responsabilidade sobre os equipamentos, móveis e utensílios, que porventura sejam colocados à disposição na execução do objeto, garantindo-lhes a integridade e ressarcindo a **CAIXA** das despesas com manutenção corretiva decorrente de má utilização, ou restituindo o bem ou o seu correspondente valor, no caso de perda;
- XXVI Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento. A **CONTRATADA** deverá informar à Centralizadora Regional de Serviços aos Usuários de TI destinatária dos periféricos, em até **05 (cinco) dias úteis** antes da data prevista de envio, a quantidade, o modelo e o número de série de cada um dos equipamentos que serão entregues, além de informações relativas ao transporte
- XXVII Manter, pelo prazo da garantia, estoque de peças, componentes e sobressalentes para reposição, sempre que necessário;
- XXVIII Entregar, comprovadamente, produto novo e de 1ª qualidade, não sendo admitida, em hipótese alguma, a entrega de material reutilizado ou recondicionado;
- XXIX Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte do material até o local de entrega/instalação;
- XXX Informar nas embalagens de transporte dos bens, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: nome e número da peça, quantidade contida em cada embalagem, se for o caso, número da Ata de Registro de Preços, nº. e data do Contrato e o nome da fornecedora/fabricante;
- XXXI Identificar o material, individualmente, afixando etiqueta indelével autoadesiva na parte interna do elemento de sinalização instalado onde constem os dados de identificação da mesma (razão social, CNPJ, endereço, telefone de contato), e a data (mês e ano) do fornecimento do elemento de sinalização;
- XXXII Prestar garantia total pelo prazo constante da proposta;
- XXXIII Providenciar, nos prazos definidos no Termo de Referência – Anexo I, por sua conta e sem ônus para a **CAIXA**, a substituição de peças, componentes e acessórios que apresentem defeito durante o período de garantia;
- XXXIV Dar sempre como conferidos e perfeitos os serviços prestados, cumprindo, rigorosamente, os prazos estabelecidos pela **CAIXA** e responsabilizando-se

por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar à **CAIXA** ou a terceiros, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para a **CAIXA**;

- XXXV Manter seus empregados, quando em serviço nas dependências da **CAIXA**, devidamente uniformizados, com as vestimentas e acessórios em perfeito estado de conservação e identificados com crachá em padrão indicado pela **CAIXA**;
- XXXVI Atuar de acordo com Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo da **CAIXA** (PLDFT), disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-Prevencao-Lavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf> e dar ciência a seus empregados do folder (flyer) sobre a PLDFT disponível no Portal de Licitações da **CAIXA** (https://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina_inicial.aspx);
- XXXVII Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores conheçam e observem o disposto na LGPD no exercício de suas atividades.
- XXXVIII Atender às obrigações da Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, dispostas na Cláusula Décima.
- XXXIX Tomar conhecimento da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação, disponível no site da **CAIXA**, no endereço: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba "Downloads", no link "A **CAIXA** – Governança Corporativa"), zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores a conheçam e a observem no exercício de suas atividades.
- XL. Entregar o equipamento objeto desta contratação, nos endereços/localidades indicados no **ANEXO I-M - LOCAIS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**, no prazo estabelecido, a contar da data da formalização do pedido pela **CAIXA** à **CONTRATADA**, observada a possibilidade de alteração dos endereços indicados.
- XLI. Recolher o equipamento objeto de *trade in*, no prazo estabelecido, a contar da data de formalização do pedido pela **CAIXA** à **CONTRATADA**.
- XLII. Arcar com despesas com embalagem, seguro e transporte do(s) equipamento(s) até o(s) local(is) de entrega. Eventuais danos ocorridos durante o transporte e entrega dos equipamentos serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.
- XLIII. Prestar garantia **ON-SITE**, enquanto vigente a garantia do equipamento no local em que este estiver instalado.
- XLIV. Permitir e viabilizar, durante o processo de fabricação dos equipamentos, que

a **CAIXA** efetue visitas à (s) unidade(s) fabril(is) para verificação de conformidade com o produto homologado, ou disponibilizar unidades aleatórias para inspeção, se requisitadas pela **CAIXA**, com entrega em local a ser indicado, sem ônus para a **CAIXA**.

- XLV. Providenciar a imediata correção em todas as unidades já produzidas, sem ônus para a **CAIXA**, e sem prejuízo aos prazos estabelecidos no contrato, caso seja detectada alguma irregularidade.
- XLVI. Disponibilizar, no ato da assinatura do contrato, endereço eletrônico corporativo para troca de mensagens com a **CAIXA**, no padrão **suporte_(númerocontrato)@nomedaempresa.com(.br)**.
- XLVII. Entregar para cada uma das Unidades de Suporte Tecnológico e na CEAUS um conjunto impresso de manuais do usuário e documentos em que constem as especificações dos insumos, suprimentos e/ou materiais a serem utilizados, bem como o roteiro e aplicativos necessários para atualização do BIOS ou equivalente.
- XLVIII. Os manuais e documentos, bem como drivers, softwares e mídias digitais, também deverão ser disponibilizados no site do fabricante e/ou da **CONTRATADA**.
- XLIX. Fornecer à **CAIXA**, relação contendo os dados de identificação dos profissionais responsáveis pela gestão e suporte técnico, em até **15 (quinze) dias corridos** a partir da assinatura do contrato, com todos os dados dos gestores operacionais e comerciais, bem como dos técnicos que estão autorizados a executar os serviços de fornecimento, instalação, desinstalação e demais serviços eventuais e em garantia, pertinentes ao contrato, inclusive e-mail, número de telefone fixo e celular.
- L. Deverá ser encaminhado periodicamente, e sempre que ocorrer exclusão ou inclusão de gestores e técnicos para atendimento à **CAIXA**, com antecedência mínima de **15 (quinze) dias corridos**, expediente às Unidades de Suporte Tecnológico da CAIXA, informando os dados de identificação dos técnicos que estão autorizados a executar os serviços contratados, devendo estes, quando requisitados, se apresentarem de modo adequado e devidamente identificados, portando documento de identificação pessoal bem como identificação da empresa contratada.
- LI. Verificar, durante as visitas para atendimento das requisições, o local e às instalações do equipamento, recomendando à **CAIXA** qualquer ação corretiva necessária.
- LII. Autorizar a **CAIXA** a descontar os valores correspondentes aos danos sofridos ou prejuízos diretamente nas notas fiscais/faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, em relação a este contrato e/ou das notas fiscais/faturas de quaisquer outros contratos que porventura a **CONTRATADA** mantenha com

a **CAIXA**, ou da garantia contratual, independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

- LIII. Disponibilizar, sempre que solicitado pela **CAIXA**, através de meio eletrônico, relatório estatístico onde estarão demonstrados os dados relativos às requisições do mês, constando número de requisições/ordens de serviço, por Unidade da **CAIXA**, tabela com estatística do prazo de atendimento, requisições em que ocorreram orçamento e prazo de solução ao problema, número de intervenções por equipamento, bem como outros dados que poderão ser inclusos no relatório, de acordo com a necessidade da **CAIXA**.
- LIV. A entrega dos PinPads deverá ocorrer em horário comercial, em remessa única, dentre os endereços relacionados.
- LV. Prestar garantia conforme **ANEXO I – A - FORMAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**, enquanto vigente a garantia do equipamento.
- LVI. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar à(s) Centralizadora(s) de Serviços de Usuários de TI destinatária(s) dos equipamentos a Nota Fiscal de Remessa contendo os dados dos itens, a quantidade, a marca, o modelo e o número de série.
- LVII. Problemas de qualquer natureza relativos à logística de transporte não poderão ser alegados pela contratada como motivo de força maior pela não realização da entrega dos equipamentos, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do **FORNECEDOR**, além daquelas previstas neste instrumento e seus anexos:

- I Responder por todo e qualquer dano que causar à **CAIXA** ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela **CAIXA**, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- II Responder por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento contratado, eximindo a **CAIXA** de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III Arcar com quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à **CAIXA** por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do Contrato pela contratada, as quais serão reembolsadas à **CAIXA**.
- IV Responder, por força da lei, civil e penal, pela indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização dos dados, informações ou documentos de

qualquer natureza, exibidos, manuseados, os quais deve guardar sigilo, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA

A **CAIXA** obriga-se a:

- I Indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto contratado, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da contratada nas dependências da **CAIXA**;
- II Notificar formalmente o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento a ser contratado, oportunizada a defesa prévia;
- III Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata e nos contratos dela decorrentes.
- IV Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.
- V Indicar o representante da **CAIXA** responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução dos Contratos.
- VI Exercer a fiscalização e acompanhamento dos Contratos por meio do representante especialmente designado.

Parágrafo Único – No caso de supressão de bens nos contratos decorrentes da Ata, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser ressarcidos pela **CAIXA** pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A **CONTRATADA** deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se à:

- I Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.
- II Cumprir as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas Federais, Estaduais e Municipais, instruções e resoluções, direta e indiretamente, aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas, no que tange as atividades voltadas à responsabilidade social, ambiental e climática e ao gerenciamento do risco social, ambiental e climático.
- III Observar os impactos decorrentes das suas atividades, processos, produtos e/ou serviços, com relação à(ao):

- a) Combate ao trabalho análogo a escravo, ao trabalho infantil, à exploração sexual e à violação dos direitos e garantias fundamentais e atos lesivos ao interesse comum;
 - b) Promoção de práticas de diversidade e inclusão;
 - c) Eficiência no consumo de energia e de recursos naturais;
 - d) Utilização de fontes renováveis de energia;
 - e) Gestão adequada de resíduos;
- IV Participar das iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela **CAIXA**.
- a) A **CAIXA** realizará convite formal para que a **CONTRATADA** se comprometa a participar, como forma de incrementar os seus conhecimentos sobre responsabilidade social, ambiental e climática, e possa incorporar progressivamente tais políticas à estratégia e gestão de seus negócios, produtos, serviços e processos.
- V Responder a pesquisa implementada pelo **CDP – CARBON DISCLOSURE PROJECT**, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente, sempre que convocado pela **CAIXA**.
- a) A **CAIXA** viabilizará, junto ao **CDP**, agenda(s) anuais com a **CONTRATADA** para esclarecimentos sobre o preenchimento do questionário.
- VI Atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.
- VII Proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.
- VIII Autorizar a **CAIXA** a realizar visitas de vistoria às instalações da **CONTRATADA**, quando solicitado pela **CAIXA** ou em decorrência de suspeita e/ou denúncia relativas ao descumprimento de obrigações de responsabilidade social, ambiental e climática, assumidas pela **CONTRATADA** para a execução do objeto contratual.
- IX Aplicar treinamento anual para seus empregados sobre boas práticas de governança corporativa, segurança da informação, gestão de riscos, ética e integridade, sustentabilidade e prevenção ao assédio moral e sexual no trabalho, podendo para isso utilizar material de referência fornecido pela

CAIXA e apresentar a respectiva Declaração de Treinamento dos Empregados, anexo ao contrato, comprovando a conclusão, no prazo máximo de 60 (sessenta dias), a partir da assinatura do contrato.

a) Caso a **CONTRATADA** tenha realizado cursos com temática similar, poderá ser apresentada evidência comprobatória (certificado, declaração ou documento equivalente), no mesmo prazo, sendo a carga horária mínima exigida de 05 (cinco) horas.

b) A capacitação dos empregados deverá ocorrer a cada anualidade do contrato, durante a jornada de trabalho dos empregados.

X Promover atividades periódicas relacionadas às normas e rotinas da segurança no trabalho com a adoção de normas técnicas de saúde e de segurança a serem observadas, de maneira a fomentar um ambiente de trabalho saudável e seguro para os seus colaboradores, implementando, inclusive, ações de Saúde e Qualidade de Vida para os empregados.

a) A cada anualidade do contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar evidência comprobatória das ações realizadas ao seu quadro funcional durante esse período de vigência do contrato.

XI Instituir e manter programa de sensibilização de seus colaboradores sobre a temática combate à discriminação no trabalho (sexo, raça, cor, deficiência, orientação sexual, partido político, religião, credo, nacionalidade e quaisquer outras formas de discriminação) e a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e os mecanismos para evitá-la com a construção de uma cultura institucional de enfrentamento à discriminação.

a) A cada anualidade do contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar evidência comprobatória das ações realizadas ao seu quadro funcional durante esse período de vigência do contrato.

XII Observar, no que couber, a Lei Nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na execução dos serviços.

XIII Implementar no seu processo produtivo ações que contribuam para a redução da geração de resíduos tóxicos e Gases de Efeito Estufa (GEE), bem como aquelas que privilegiem a produção local, incentivando o desenvolvimento local e contribuindo para a redução dos custos de transporte, uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa.

a) A contratada deverá apresentar, ao final de cada anualidade do contrato, um dos documentos a seguir:

- Inventário de Efeito de Gás Estufa;
- Relatório de Sustentabilidade publicado de acordo com as diretrizes do *Global Reporting Initiative* – GRI; ou

- Certificado de Crédito de Carbono.

- XIV Apresentar o Plano de Gerenciamento de Redução, Reutilização, Reciclagem e Destinação Adequada de Resíduos, aprovado pela autoridade municipal, estadual ou distrital competente, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos de suas atividades, comprovando o pleno atendimento à legislação específica sobre a matéria, Lei 12.305/2010 e Decreto 10.936/2022.
- XV Apresentar, ao final de cada anualidade do contrato, evidências que comprovem as implementações e melhorias estabelecidas no Plano de Gerenciamento de Redução, Reutilização, Reciclagem e Destinação Adequada de Resíduos, aprovado pela autoridade municipal, estadual ou distrital competente.
- XVI Desenvolver política de aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis, que favoreçam a economia de insumos e energia, produzam menos poluentes e utilizem o conceito de tecnologia ou produção mais limpa.
- XVII Estruturar e implementar, sempre que possível, sistemas de logística inversa e reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor.
- XVIII Implementar a logística reversa na aquisição de pilhas e baterias, cabendo ao fornecedor o recolhimento do material, conforme disposto na Lei nº. 12.305/10.
- XIX Implementar a logística reversa na aquisição de produtos eletrônicos, cabendo ao fornecedor o recolhimento do material, conforme disposto na Lei nº. 12.305/10.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DOS BENS FORNECIDOS

O **FORNECEDOR** providenciará por sua conta e sem ônus para a **CAIXA**, a substituição das peças, componentes e acessórios que apresentem qualquer defeito de fabricação durante o período de **12 (doze) meses para o Hardware e 36 (trinta e seis) meses para o Software**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

A **CAIXA**, após recebimento do documento fiscal e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à contratada, **no 10º (décimo) dia útil** a contar da data da entrega do objeto aceito pela **CAIXA**, mediante crédito em conta corrente mantida pela contratada, obrigatoriamente, em agência da **CAIXA**.

Para equipamentos alvos de substituição (Trade in):

- **100%** (cem por cento) do valor do equipamento após comprovação da sua efetiva entrega/instalação, bem como efetivo recolhimento do equipamento obsoleto, objeto de trade in.

Para equipamentos instalados em Unidades Lotéricas sem o correspondente trade in.

- **100%** (cem por cento) do valor do equipamento após comprovação da sua efetiva entrega/instalação.

A **CONTRATADA** receberá cada periférico obsoleto pelo valor mínimo de R\$ XX,00 (XX reais), a serem deduzidos do pagamento dos equipamentos que se enquadrarem no item 3.1.1 de qual anexo.

A correspondente nota fiscal/fatura deve ser apresentada à **CAIXA** no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, prorrogando-se o prazo de pagamento na mesma proporção de eventual atraso ocorrido na entrega da nota fiscal/fatura, cabendo à **CONTRATADA** emitir a correspondente nota fiscal/fatura em conformidade com a legislação.

Parágrafo Primeiro – O documento fiscal deve conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo à contratada a sua correta emissão, em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo, ainda, constar no seu corpo:

- a) A identificação completa da **CAIXA**, com o CNPJ informado pelo gestor operacional do contrato no momento de solicitação do faturamento, na qualidade de contratante, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do Contrato;
- b) Descrição detalhada de todos os itens que compõem o fornecimento de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, quando for o caso, bem como, a(s) unidade(s) da **CAIXA** contemplada(s) pelo fornecimento.
- c) Endereço para entrega da fatura: **CEAUS – CN ATENDIMENTO USUÁRIOS TI – SEPN 512 CNT C LT 9/10 – TÉRREO – ASA NORTE- BRASÍLIA-DF – CEP: 70.760-500.**

Parágrafo Segundo – O documento fiscal não aprovado pela **CAIXA** será devolvido à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação. A devolução do documento fiscal não aprovado pela **CAIXA**, em hipótese alguma, autorizará a contratada a suspender o fornecimento.

Parágrafo Terceiro – A **CAIXA** fará as retenções dos tributos, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso o **FORNECEDOR**, comprovadamente, se enquadre em hipótese excludente prevista na legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso a contratada esteja amparada por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos, devendo apresentar à **CAIXA**, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

Parágrafo Quarto – Os encargos sofridos pela **CAIXA** por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, decorrentes do atraso na entrega do documento fiscal pela contratada, serão cobrados diretamente da contratada.

Parágrafo Quinto – O **FORNECEDOR**, além de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, deverá se manter regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da sua regularidade fiscal, no âmbito Federal, bem como da regularidade com a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exigidas no procedimento de contratação.

Parágrafo Sexto – A critério e conveniência da **CAIXA**, será efetuada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade do **FORNECEDOR**.

Parágrafo Sétimo – Constatada a situação de irregularidade, a **CAIXA** efetivará o pagamento devido pelos serviços prestados, contudo, a contratada será comunicada por escrito para que regularize sua situação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sob pena das sanções cabíveis e, não havendo regularização, rescisão contratual e/ou cancelamento do registro de preço do fornecedor.

Parágrafo Oitavo – Nenhum pagamento isentará a contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

Parágrafo Nono – O não pagamento do documento fiscal, por culpa exclusiva da **CAIXA**, no prazo estabelecido no Contrato, enseja a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VAT = VIN \times (1 + IGP-M1) \times (1 + IGPM-2) \times \dots (1 + IGPM-n), \text{ onde:}$$

VAT: Valor atualizado

VIN: Valor inicial

IGPM-n: Evolução mensal do índice IGP-M/FGV, desde o mês inicial até o mês final da apuração

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

No curso da execução dos contratos decorrentes da presente Ata caberá a **CAIXA**, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento.

Parágrafo Primeiro – A **CAIXA**, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos Impedidas), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração

Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013;

Parágrafo Segundo – A **CAIXA** poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência do fornecedor à legislação anticorrupção.

Parágrafo Terceiro – A ausência de fiscalização por parte da **CAIXA** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas neste contrato

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO RESSARCIMENTO

O **FORNECEDOR** autoriza a **CAIXA** a descontar o valor correspondente aos danos ou prejuízos apurados diretamente dos documentos fiscais pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação aos contratos decorrentes da presente Ata ou da garantia contratual, independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

Parágrafo Primeiro – O **FORNECEDOR** concorda, em casos de prejuízos sofridos pela **CAIXA** em condenações trabalhistas originadas por seus funcionários, que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a **CAIXA**, independente de processo administrativo.

Parágrafo Segundo – O **FORNECEDOR** concorda com o desconto de valores apurados a crédito da **CAIXA** em razão de ato lesivo que tenha praticado, tais como o valor de dano apurado no âmbito da Lei Anticorrupção e multa que lhe tenha sido aplicada com base na Lei 12.846/2013, e que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a **CAIXA**, independente de processo administrativo.

Parágrafo Terceiro – O valor a ser ressarcido à **CAIXA**, nos casos de danos ou prejuízos em que ao fornecedor, será atualizado pelo índice de variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à **CAIXA**, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VAT = VIN \times (1+IGP-M1) \times (1+IGPM-2) \times \dots (1+IGPM-n), \text{ onde:}$$

VAT: Valor atualizado

VIN: Valor inicial

IGPM-n: Evolução mensal do índice IGP-M/FGV, desde o mês inicial até o mês final da apuração

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusiva do Fornecedor:

- I Todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto dos Contratos, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;

- II As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

O **FORNECEDOR**, quando convocado para assinatura dos Contratos, prestará garantia de execução contratual, equivalente a **1%(um por cento)** do valor total do Contrato, devendo apresentar à **CAIXA**, como condição para a assinatura do instrumento contratual, o comprovante em uma das modalidades a seguir:

- I Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II Seguro-garantia
- III Fiança bancária

Parágrafo Primeiro – A **caução em dinheiro** consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do Contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da **CAIXA**, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a **CAIXA**;

a) Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão-somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento;

Parágrafo Segundo – O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.

Parágrafo Terceiro – A apólice do seguro-garantia deve conter prazo de validade igual ao período de vigência do Contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do Contrato, sempre se mantendo os 30 dias após a última data de vencimento do Contrato;

a) O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela **CAIXA** em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive quanto aos encargos trabalhistas e previdenciários e ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais.

No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.

b) A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais e/ou contratuais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;

c) A notificação de Expectativa de Sinistro pela **CAIXA** se dará tão logo seja realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador e o processo de Comunicação (Reclamação) ocorrerá mediante comunicação pela **CAIXA** à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, logo após o conhecimento de sua caracterização;

- I A apólice não deverá estabelecer/impôr prazo mínimo ou máximo para a comunicação dos procedimentos acima citados pela **CAIXA**, bem como para caracterização do sinistro;
- II No caso de alterações efetuadas no objeto principal, bem como para renovações, as apólices não deverão estabelecer/impôr prazo máximo para a **CAIXA** comunicar o ato;
- III A apólice deverá manter o endereço eletrônico (e-mail) oficial para os casos de comunicação da **CAIXA** nos procedimentos acima sinalizados;
- IV Os valores de LMG - Limite Máximo da Garantia e LMI - Limite Máximo de Indenização (caso o LMI seja descrito na apólice) deverão ser coincidentes e de acordo com o percentual correspondente ao valor global contratado, indicado no caput desta cláusula, para as coberturas elencadas no contrato.
- V A apólice deverá continuar em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.
- VI Não serão aceitas apólices que excluam quaisquer das coberturas previstas na alínea "a", parágrafo terceiro.

Parágrafo Quarto - Para a Reclamação do Sinistro no processo administrativo, a apólice poderá elencar a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
- b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;
- c) Cópias de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
- d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
- e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos.

Parágrafo Quinto - Para a reclamação do Sinistro nas coberturas previdenciárias e trabalhistas, poderão ser exigidos os documentos a seguir relacionados:

- a) Certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;
- b) Acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, quando for o caso;
- c) Comprovante(s) de pagamento dos valores constantes na condenação do segurado;
- d) Documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice.

Parágrafo Sexto – A apólice não poderá apresentar como condição para pagamento da indenização a exigência de que a **CAIXA** interponha recurso ordinário em ações trabalhistas quando o valor da condenação for inferior ao valor do depósito recursal.

Parágrafo Sétimo – A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à **CAIXA** em decorrência da má execução do Contrato.

Parágrafo Oitavo – A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do Contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

Parágrafo Nono – Somente é aceita Fiança Bancária na via original e que apresente todos os requisitos a seguir:

- a) Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos);
- b) Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 dias;
- c) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à **CAIXA**, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não **cumpra suas obrigações**;
- d) Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 – Novo Código Civil;
- e) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual, previsto no Parágrafo Décimo Primeiro desta cláusula, independente de notificação à Instituição emitente.
- f) Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;

g) Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;

h) O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “g” acima.

Parágrafo Décimo – A garantia será liberada após o perfeito cumprimento do Contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do seu vencimento, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

Parágrafo Décimo Primeiro – A perda da garantia em favor da **CAIXA**, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste instrumento e no Contrato.

Parágrafo Décimo Segundo – A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração contratual que implique em aumento do valor contratado, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado.

Parágrafo Décimo Terceiro – O fornecedor deve providenciar a renovação ou prorrogação da fiança bancária sempre que a vigência do contrato for estendida ou prorrogada, mantendo-se o atendimento ao prazo de validade exigido na alínea ‘b’ do parágrafo nono acima.

Parágrafo Décimo Quarto – A qualquer tempo, mediante negociação prévia com a **CAIXA**, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas nos incisos I, II e III do caput desta cláusula.

a) a substituição da garantia, após aceitação pela **CAIXA**, será registrada no processo administrativo por simples apostilamento, dispensando-se aditamento contratual.

Parágrafo Décimo Quinto – Em caso de decretação de liquidação extrajudicial ou qualquer hipótese de cessação das operações da Seguradora, a Contratada deve proceder imediatamente a substituição da respectiva garantia contratual por outra que seja eficaz.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS

Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a **CAIXA** convocará os fornecedores para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Parágrafo Primeiro – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

Parágrafo Segundo – A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original, conforme Cláusula Quarta desta Ata.

Parágrafo Terceiro – É admitido o reajuste de preços registrados, para mais ou para menos, limitado à variação obtida pelo **ICTI - Índice de Custo da Tecnologia da Informação**, ou por outro índice que o venha substituir, sujeito à negociação, observados os preços vigentes no mercado para o fornecimento do bem, desde que respeitado o intervalo mínimo de 1 (um) ano.

Parágrafo Quarto – Na primeira revisão, o prazo de 12 (doze) meses será contado da data da apresentação da última proposta homologada na licitação. Nas revisões subsequentes, a anualidade será contada da data do fato gerador que deu ensejo à última revisão.

Parágrafo Quinto – A atualização dos preços será realizada para todos os valores da Ata (valor unitário, garantia contratual, dentre outros) e será aplicada sobre os valores registrados.

Parágrafo Sexto – Os contratos decorrentes do acionamento desta Ata que já estiverem assinados antes das revisões de preços não serão alcançados por elas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

A **CAIXA** poderá cancelar os preços registrados, e rescindir os contratos vinculados a esta Ata, de pleno direito, no todo ou em parte, nas seguintes situações:

- I Quando o Fornecedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;
- II Quando o Fornecedor não assinar o Contrato no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- III Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa do Contrato decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos artigos 74 e 75 do Regulamento de Licitações e Contratos **CAIXA**;
- IV Quando o Fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos praticados no mercado;

Parágrafo Primeiro – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público; ou
- b) A pedido do fornecedor.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Terceiro – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Quarto – A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela **CAIXA**, e neste caso faculta-se a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

Parágrafo Quinto – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da **CONTRATADA**, relativas à execução do objeto desta Ata.

Parágrafo Sexto – Os casos de cancelamento do registro serão formalmente motivados pela **CAIXA**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços e pela inexecução total ou parcial do objeto dos contratos decorrentes da presente Ata e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa em processo regular, o Fornecedor ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I Multa;
- II Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a **CAIXA**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

Parágrafo Primeiro – No caso de não atendimento à convocação da **CAIXA** para assinatura dos Contratos o Fornecedor sujeitar-se-á à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento sem atendimento, objeto do Contrato não assinado, podendo a **CAIXA** cancelar o registro do Fornecedor.

Parágrafo Segundo - A multa prevista é aplicável, simultaneamente, com o desconto objeto na cláusula décima terceira, sem prejuízo, ainda, de outras cominações previstas nesta Ata.

Parágrafo Terceiro – Além da multa prevista no parágrafo primeiro, serão aplicadas nas situações, condições e percentuais a seguir:

- a) Pelo descumprimento da legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático: multa de 1% sobre o valor global do contrato;

- b) Pela violação do Código de Conduta do Fornecedor: multa de 1% sobre o valor global do contrato;
- c) Pelo atraso no envio da evidência comprobatória sobre a realização da capacitação de seus empregados sobre boas práticas de governança corporativa, segurança da informação, gestão de riscos, ética e integridade, sustentabilidade e prevenção ao assédio moral e sexual no trabalho: multa de 0,1% (um décimo por cento), por dia de atraso, limitado a 5% do sobre o valor global do contrato;
- d) Pela não realização de atividades periódicas relacionadas à segurança no trabalho com a adoção de normas técnicas de saúde e segurança, a partir do 6º mês de vigência do contrato: multa de 1% sobre o valor global do contrato;
- e) Pela não realização de ações de sensibilização sobre a temática combate à discriminação no trabalho e à não utilização de práticas de assédio moral ou sexual, a partir do 6º mês de vigência do contrato: multa de 1% sobre o valor global do contrato;
- f) Pelo atraso no envio da evidência comprobatória sobre a redução ou neutralização de Gases do Efeito Estufa, a partir do 6º mês de vigência do contrato: multa de 1% sobre o valor global do contrato;
- g) Pelo atraso no envio da evidência comprobatória sobre as ações de logística inversa e reversa assim como incentivo à redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, a partir do 6º mês de vigência do contrato: multa de 1% sobre o valor global do contrato;
- h) Pelo descumprimento do prazo de entrega de cada tablet, nos termos do item 5 do **ANEXO I – A FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** a **CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso, calculado sobre o preço unitário de aquisição do *PinPad*, limitada a multa a 5% (cinco por cento) do Valor Global do Contrato.
- i) Pelo descumprimento do processo de envio do número de série dos equipamentos de cada equipamento, na data definida pela **CAIXA**, a **CONTRATADA** sujeitar-se-á a multa de 0,5% (cinco décimo por cento) por dia útil de atraso, sobre o preço unitário de aquisição do *pinpad*, limitada a multa a 5% (cinco por cento) do Valor Global do Contrato.
- j) Pelo descumprimento do nível de serviço de atendimento, deve-se observar as disposições do **ANEXO I-A - FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**.
- k) Pelo atraso na instalação dos equipamentos, na data definida em cronograma, a **CONTRATADA** sujeitar-se-á a desconto de **0,3% (três décimos percentuais) por dia corrido de atraso**, sobre o preço unitário de aquisição do equipamento, limitado a 30% (trinta por cento) do valor unitário do equipamento.
- l) Observada que a instalação deve-se dar de forma concomitante ao trade in, caso haja a instalação de novo periférico sem o recolhimento efetivo do anterior, será considerado

que há atraso na instalação, fazendo-se valer as multas definidas no item imediatamente acima.

m) Caso a **CONTRATADA** não efetue a troca do periférico após acionamento pela unidade de suporte tecnológico, dentro do prazo definido no **ANEXO I – A - FORMA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**, a **CONTRATADA** sujeitar-se-á a desconto de **0,3% (três décimos percentuais) por dia corrido de atraso**, sobre o preço unitário de aquisição do equipamento, limitado a 10% (dez por cento) do valor unitário do equipamento.

n) Pela recorrência de atendimentos, caso haja mais de uma requisição mensal para um mesmo periférico, a substituição do periférico será devida sem quaisquer ônus para a Caixa caso a intervenção da contratada não consiga sanar o problema apresentado.

o) Pelo descumprimento dos prazos de substituição, por excesso de ocorrências, a contratada sujeitar-se-á a desconto de **0,3% (três décimos percentuais) por dia corrido de atraso**, sobre o preço unitário de aquisição do equipamento, limitado a 10% (dez por cento) do valor unitário do equipamento.

p) Pelo atraso na elaboração do orçamento de serviço eventual, não coberto pela garantia contratual, a **CONTRATADA** sujeitar-se-á a desconto aplicável equivalente a 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, sobre o preço unitário de aquisição do equipamento, limitado a 10% (dez por cento) do valor unitário do equipamento.

q) Pelo descumprimento do prazo de entrega das alterações/adequações nos programas (DLL, API, drivers, etc.) da **CONTRATADA**, seja por solicitação da **CAIXA** ou não, a **CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa de 0,05% (cinco centésimos percentuais) por dia corrido de atraso, sobre o valor global do contrato.

r) Pelo descumprimento dos demais prazos estabelecidos no contrato e na forma de execução do contrato, a **CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa de 0,05% (cinco centésimos percentuais) por dia corrido de atraso, sobre o valor global do contrato.

s) As multas citadas acima serão cumulativas e limitadas a 10% (dez por cento) do Valor Global do Contrato.

t) Pelo descumprimento do prazo de entrega/instalação/trade in de cada periférico, **CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso, calculado sobre o preço unitário de aquisição do PinPad, limitada a multa a 5% (cinco por cento) do Valor Global do Contrato, conforme disposto no subitem 4.25 do Anexo I-A- Forma de Execução do Contrato.

u) A apuração do **PERCENTUAL DE RESOLUTIVIDADE NO PRAZO EM ÂMBITO REGIONAL** será feita no mês corrente analisando o total de atendimentos realizado pela **CONTRATADA** de manutenções corretivas e preventivas. O valor total das multas para resolatividade das requisições no prazo não poderá ultrapassar o montante de 10% do valor global total do contrato, conforme disposto no subitem 14.2.6 do Anexo I-A- Forma de Execução do Contrato.

v) A multa poderá ser aplicada na hipótese de não atendimento a qualquer requisito de segurança definido no instrumento contratual, sendo a multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do faturamento referente ao mês da ocorrência do descumprimento contratual, conforme disposto no subitem 1.22.1 do Anexo I–I- Grau de Criticidade de Segurança da Informação LGPD.

Parágrafo Quarto - O Fornecedor autoriza à **CAIXA** descontar o valor da multa diretamente das notas fiscais/faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação aos Contratos decorrentes desta Ata e/ou de quaisquer outros contratos que porventura mantenha com a **CAIXA**, da garantia contratual e, se não for suficiente, será cobrado judicialmente, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

Parágrafo Quinto – A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a **CAIXA** poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a **CAIXA** em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- e) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- f) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- g) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- h) Não manter a proposta;
- i) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo, incluindo a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e desatender e/ou violar o Código de Conduta do Fornecedor **CAIXA**.
- h) Descumprir a legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático;
- i) Não apresentar a comprovação de redução da geração de resíduos de produtos tóxicos ou a da emissão de gases do efeito estufa;
- j) Não comprovar a realização de logística inversa e reversa;

Parágrafo Sexto – As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.

Parágrafo Sétimo – As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da **CAIXA**, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

Parágrafo Oitavo – As penalidades serão devidamente publicadas no DOU, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

Parágrafo Nono – A penalidade de suspensão aplicada à **CONTRATADA** alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

Parágrafo Décimo – A falta de quaisquer materiais ou insumos cujo fornecimento incumbe ao Fornecedor não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução contratual e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS ILÍCITOS PENAIS

As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da contratação correrá à conta da dotação orçamentária prevista no pré-comprometimento SAP sob o nº **8000042830**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA

A rescisão dos contratos decorrentes da Ata ocorrerá:

- I De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;
- II Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a **CAIXA** e para a contratada;
- III Por determinação judicial;

Parágrafo Primeiro – Constituem motivo para a rescisão unilateral dos contratos:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**;
- c) O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal,

que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

d) A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;

e) Inobservância da vedação ao nepotismo;

f) Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da **CAIXA**, direta ou indiretamente;

g) Razões de interesse público, de alta relevância, amplo conhecimento e devidamente justificadas.

Parágrafo Segundo – A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos acima será efetivada após o regular processo administrativo, quando for o caso.

Parágrafo Terceiro - Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

Parágrafo Quarto – Caso a descontinuidade do contrato traga prejuízos à **CAIXA**, a decisão poderá prever que os efeitos da rescisão ocorrerão em data futura.

Parágrafo Quinto - Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativamente ao fornecimento contratado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE

Durante a vigência esta Ata poderá ser utilizada por qualquer estatal regida pela Lei 13.303/2016, que não tenha participado do certame licitatório, desde que observadas as seguintes condições:

- I Prévvia anuência da **CAIXA**;
- II Apresentação de justificativa da estatal que demonstre a vantagem da utilização da Ata;
- III A totalidade decorrente de adesões está limitada ao quantitativo máximo de cada item previsto no Edital e registrado nesta Ata, independentemente do número de estatais que aderirem;
- IV Aceitação do Fornecedor beneficiário, observadas as condições estabelecidas nesta Ata e desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes dela, assumidas com a **CAIXA**;

Parágrafo Primeiro – O órgão e entidade que pretender fazer uso da Ata deve consultar a **CAIXA**, que avaliará o atendimento às condições exigidas nos incisos do caput desta cláusula e, se atendidas todas, autorizará a adesão.

Parágrafo Segundo – Após a autorização da **CAIXA**, as estatais deverão efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência desta Ata.

Parágrafo Terceiro - Compete a estatal os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à **CAIXA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, subordinadas às seguintes disposições:

- I É vedado caucionar ou utilizar o Contrato decorrente desta Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CAIXA**;
- II Em razão de eventuais alterações estruturais da **CAIXA**, poderá haver modificações no local de entrega dos produtos, caso em que a **CAIXA** notificará a **CONTRATADA** para promover as mudanças necessárias;
- III A detentora do preço registrado informará à **CAIXA**, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa;
- IV Na hipótese de fusão, cisão, incorporação ou associação da **CONTRATADA** com outrem, a **CAIXA** reserva-se o direito de rescindir a Ata, ou continuar sua execução com a empresa resultante da alteração social;
- V A **CONTRATADA** não poderá utilizar o nome da **CAIXA**, ou sua qualidade de detentora de preço registrado ou de contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediato cancelamento desta Ata e do Contrato decorrente, independentemente de aviso ou interpelação judicial, sem prejuízo da responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis;
- VI A **CONTRATADA** está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;
- VII O fornecedor somente poderá subcontratar outra empresa para atendimento parcial do contrato, com a anuência prévia e por escrito da **CAIXA**, limitada a subcontratação para os serviços de manutenção, entrega e instalação (trade in).

- VIII No caso de MPE optante pelo Simples Nacional, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional, apresentada no ato da assinatura do contrato e que o integra, permite à contratada a obtenção do benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, na forma da IN RFB 1.244/2012.
- IX É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados, bem como para assinatura do presente contrato, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil - ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.
- X A assinatura digital é válida para o documento todo, isto é, para o instrumento contratual e seus anexos, desde que tenham sido remetidos em um mesmo documento para serem assinados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA- DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste convênio, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado do Distrito Federal, na cidade de Brasília.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Em caso de assinatura eletrônica, conforme previsão legal, o título se reveste de eficácia executiva, dispensando-se a assinatura de testemunhas.

_____, _____ de _____ de _____
Local/data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CONTRATADA

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA**

Registro dos licitantes que aceitaram igualar os preços ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

FORNECEDOR 1: CNPJ

FORNECEDOR 2: CNPJ

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA****Combate à Corrupção****1 OBJETIVO**

1.1 Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.

1.2 Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.

1.3 As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, bem como o sustentável, tendo como fim o bem comum.

1.4 Este Código de Conduta poderá ser alterado pela **CAIXA** dentro dos parâmetros legais e, consequentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

2 PADRÕES GERAIS DE CONDUTA

2.1 Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da **CAIXA** a assumir os seguintes compromissos:

2.1.1 Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.

2.1.2 Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.

2.1.3 Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.

2.1.4 Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do § 2º do art. 8º, do Decreto nº 11.129/2022, que regulamentou a Lei 12.846/2013.

2.1.5 Adotar mecanismos, procedimentos internos, capacitação e sensibilização para a adoção e incorporação de critérios e práticas de sustentabilidade na oferta de produtos e serviços, nos termos do Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993.

2.1.6 Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação ambiental e climática vigente, bem como atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.

2.1.7 Adotar e estimular a ecoeficiência em seus processos, produtos e serviços, realizando continuamente revisão e aplicação de melhorias, de forma a contribuir para processos eficientes e que gerem menor impacto ao meio ambiente, tais como a redução, reutilização, reciclagem, destinação adequada de resíduos, a implementação de uma política de aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis e a adoção, sempre que possível, de sistemas de logística inversa e reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor.

2.1.8 Participar de iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela **CAIXA**.

2.1.9 Adotar a legislação trabalhista vigente, bem como medidas que visem à observância de direitos humanos, tais como a equidade de gênero, o combate ao racismo e a acessibilidade, conforme legislações pertinentes.

2.1.10 Promover ações de sensibilização de seus colaboradores sobre a temática combate à discriminação no trabalho (sexo, raça, cor, deficiência, orientação sexual, partido político, religião, credo, nacionalidade e quaisquer outras formas de discriminação) e a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e os mecanismos para evitá-la com a construção de uma cultura institucional de enfrentamento à discriminação.

2.1.11 Adotar medidas e ações para mitigar, corrigir, prevenir ou compensar danos/impactos relacionados à saúde e segurança de seus funcionários em decorrência das atividades da empresa.

2.1.12 Não utilizar ou contratar fornecedor que utilize mão-de-obra infantil ou trabalho degradante ou análogo ao escravo, conforme previsão em legislação.

2.1.13 Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.

2.1.14 Adotar em seu processo produtivo ações que contribuam para a redução da geração de resíduos tóxicos e gases de efeito estufa bem como, aquelas que privilegiem a produção local, incentivando o desenvolvimento local e contribuindo para a redução dos custos de transporte, uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa.

2.1.15 Quando solicitado pela **CAIXA**, responder a pesquisa implementada pelo **CDP – CARBON DISCLOSURE PROJECT**, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente.

2.1.16 Promover a disseminação da política do Jogo Responsável, que consiste na adoção de diretrizes e práticas voltadas para a prevenção do jogo compulsivo e proteção de pessoas vulneráveis — como menores de idade —, assim como de potenciais transtornos de jogo eventualmente associados a apostas.

2.1.17 De maneira a disseminar o conhecimento sobre o tema Jogo Responsável, divulgar o site www.jogoresponsavel.com.br e incentivar o acesso por seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais partes interessadas — *stakeholders* —, contribuindo para a expansão da educação dos apostadores das Loterias Federais considerando as melhores práticas mundiais do Jogo Responsável.

2.2 As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na **CAIXA**, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

3 PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA

3.1 A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:

3.1.1 Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

3.1.2 Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.

3.1.3 Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

3.1.4 Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

3.1.5 Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

3.1.6 Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

3.1.7 Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

3.1.8 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

3.1.9 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

3.1.10 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

3.1.11 Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

3.2 Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/13 e regulamentações a adotar as seguintes ações:

3.2.1 Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.

3.2.2 Informar imediatamente à **CAIXA**, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.

3.2.3 Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.

3.2.4 Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei 9.613/98, bem como, dar conhecimento tempestivo à **CAIXA** de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.

3.2.5 Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.

3.2.6 Proteger a reputação da **CAIXA**, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.

3.3 A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:

3.3.1 Respeito - As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

3.3.2 Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.

3.3.3 Compromisso - Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.

3.3.4 Transparência - Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.

3.3.5 Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.

3.3.6 Responsabilidade social, ambiental e climática – forma de gestão e realização de negócios de uma empresa, que incorpora considerações sociais (respeito, proteção, promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesse comum), ambientais (preservação e reparação do meio ambiente, incluindo sua recuperação) e climáticas (contribuições institucionais para uma economia de baixo carbono - redução/compensação - e redução dos impactos ocasionados por intempéries e alterações ambientais de longo prazo) em seus processos decisórios, bem como a responsabilidade pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente;

TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADESÃO
AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA

[NOME DA EMPRESA OU FORNECEDOR], inscrita(o) no [CNPJ OU CPF], por meio do seu representante devidamente constituído, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a **CAIXA**, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor **CAIXA**;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não tem conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Se compromete a informar à **CAIXA** caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
6. Tem conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a **CAIXA** implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Se compromete em acessar o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

Local, data.

(assinatura)

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO FORNECEDOR]

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS**

O **FORNECEDOR DECLARA**, sob as penas da Lei, que:

1. Não está com o direito de licitar e contratar com a **CAIXA** suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
2. Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da **CAIXA**;
3. Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
4. Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
5. Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
6. Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
7. Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
8. Não é empregado ou dirigente **CAIXA** na condição de licitante;
9. Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da **CAIXA**;
 - b) Empregado da **CAIXA** cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da **CAIXA** hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - c) Autoridade do ente público a que a **CAIXA** esteja vinculada.

10. Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a **CAIXA** há menos de 6 (seis) meses.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....

Assinatura do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante

Nome do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante:

(_____)

Nome/CPF

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL**
ANEXO IV DA IN RBF 1.244/2012

Ilmo. Sr.

Gerente da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

(nome da pessoa jurídica), com sede na (sede e endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, **DECLARA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) Cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, de _____ de _____
Local/Data

Assinatura do Responsável

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**
Exclusivo para Prestador de Serviço

Nome do Usuário	CPF
Empresa	Função
Lotação	Telefone

Declaro ter permissão de acesso às informações da **CAIXA**, ou sob sua responsabilidade, recebidas do gestor responsável, necessárias ao desempenho das atividades executadas para a empresa contratada pela **CAIXA**, à qual sou vinculado, e comprometo-me a cumprir o disposto nos itens a seguir:

1. Conhecer e cumprir, rigorosamente, a Política de Segurança e Informação – PO007 e demais normas e procedimentos da **CAIXA** relativos à segurança da informação;
2. Estar ciente de que os acessos aos quais se referem o presente Termo foram concedidos para uso exclusivo nas atividades a que se destinam e de que a **CAIXA** disponibiliza o acesso à Internet, inclusive Redes Sociais, como ferramenta de trabalho;
3. Observar a classificação das informações às quais tiver acesso, de acordo com os critérios estabelecidos pela **CAIXA** em função das atividades por mim executadas.
4. Não utilizar meus acessos para visualizar informações ou dados desnecessários ao exercício de minhas atividades;
5. Não utilizar meus acessos para copiar ou remover recursos computacionais, informação de propriedade da **CAIXA** ou por ela administrada, sem autorização para esse fim;
6. Não utilizar meus acessos para interferir em serviços, provocando, por exemplo, congestionamento, alteração, lentidão ou interrupção do tráfego da rede **CAIXA**;
7. Não utilizar os recursos e acessos disponibilizados pela **CAIXA** para tratar de assuntos pessoais, criticar a **CAIXA** e/ou seus empregados, ou em atividades ilegais como difamação, discriminação, obscenidade, pornografia, ameaça, roubo, tentativa de acesso desautorizado a dados ou tentativa de burlar medidas de segurança em sistemas, interceptação de mensagens eletrônicas e violação de direitos autorais;
8. Respeitar os direitos de propriedade, instalando e/ou utilizando somente recursos tecnológicos autorizados e com as respectivas licenças de uso válidas;

9. Não citar ou discutir assuntos internos da **CAIXA** em ambientes públicos, físicos ou virtuais, e não publicar/compartilhar nas redes sociais qualquer assunto ofensivo à imagem da **CAIXA** e de seus empregados, rotinas de trabalho e funcionamento das unidades, além de fotos e imagens do interior das unidades da **CAIXA** que fragilizem a segurança e exponham informações;
10. Não revelar, dentro ou fora da **CAIXA**, fato ou informação interna ou confidencial de que tenha ciência em razão das atividades desempenhadas para a empresa contratada pela **CAIXA**, à qual sou vinculado;
11. Comunicar ao preposto da empresa contratada qualquer suspeita ou evidência de transgressão às normas em vigor, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da **CAIXA** ou sob sua responsabilidade, evitando que a imagem da **CAIXA** seja colocada em risco junto ao seu público interno e externo.

Estou ciente de que:

- A **CAIXA** se reserva o direito de monitorar a utilização dos ativos de informação disponibilizados aos usuários, para assegurar o fiel cumprimento das orientações contidas na PO007;
- As responsabilidades quanto à segurança da informação se estendem além do horário de trabalho e continuam mesmo depois de encerrado o contrato de trabalho, para as informações obtidas em virtude das atividades executadas para a empresa contratada pela **CAIXA**;
- O descumprimento de qualquer item deste Termo pode acarretar a aplicação das sanções citadas nos contratos de prestação de serviço, aplicável à empresa contratada, e, ainda, nos demais processos legais e responsabilidades civil e penal cabíveis, também aplicáveis ao prestador de serviço/preposto.

OBS.: A PO007 (Política de Segurança e Informação) está disponível publicamente no site da CAIXA, no endereço <www.caixa.gov.br>, clique na aba "Downloads", item "Governança Corporativa", no link "Política de Segurança e Informação", ou acessado diretamente pelo endereço <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>.

_____, _____ de _____ de _____
Local/Data

Assinatura do usuário

Assinatura/matricula da Chefia imediata

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**TERMO DE CIÊNCIA DA PRSAC CAIXA – FORNECIMENTO**

Nome Fantasia	CNPJ
---------------	------

Endereço	Telefone
----------	----------

Nome do Representante Legal	CPF
-----------------------------	-----

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>) e que nos comprometemos a capacitar os prestadores de serviço quanto às referidas diretrizes.

_____, _____ de _____ de _____.
Local/Data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**TERMO DE CIÊNCIA DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL E À DISCRIMINAÇÃO DA CAIXA– FORNECIMENTO**

Nome Fantasia	CNPJ
---------------	------

Endereço	Telefone
----------	----------

Nome do Representante Legal	CPF
-----------------------------	-----

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”) e que nos comprometemos a capacitar os prestadores de serviço quanto às referidas diretrizes.

_____, _____ de _____ de _____.
Local/Data

Assinatura do Representante Legal

[ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA PELA EMPRESA CONTRATADA, AO GESTOR OPERACIONAL DO CONTRATO, APÓS A REALIZAÇÃO DOS TREINAMENTOS]

DECLARAÇÃO DE TREINAMENTO DOS EMPREGADOS

Eu,....., CPF....., representante da empresa , CNPJ , no cargo de , declaro que todos os empregados vinculados a esta organização que prestam serviços na **CAIXA**, receberam treinamento referente aos conteúdos de Ética, Integridade, Segurança da Informação, Gestão de Riscos e Governança Corporativa e Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e Prevenção ao Assédio Moral e Sexual, com base no conteúdo de referência fornecido pela **CAIXA** por meio de seu sítio, no endereço <https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>, www.licitacoes.caixa.gov.br, ícone “Informações aos Fornecedores **CAIXA**” e <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba “Downloads”, no link “A **CAIXA** – Governança Corporativa”)

É nosso compromisso treinar todos os empregados desta organização que vierem a ser contratados durante a vigência do contrato com a **CAIXA**, antes de prestarem serviços a ela.

_____, _____ de _____ de _____
Local/Data

Nome

ANEXO V**MINUTA DE CONTRATO****Número do Instrumento Contratual XXXXX/2025 (Pedido SAP XXXXX)****CONTRATANTE:**

CNPJ:

Endereço:

Representada por: – CPF:

CONTRATADA:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Representada por: - CPF(MF):

1 DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para fornecimento de até 26.201 (vinte e seis mil duzentos e um) PinPads criptográficos com leitor de cartão chip, com operação de trade in de equipamentos obsoletos, com possibilidade de atualização de firmware para conformidade com o padrão ABECS para transações com cartão de crédito e débito em TEF, contemplando serviços de instalação, manutenção corretiva, suporte técnico local com garantia de 12 (doze) meses para o Hardware e 36 (trinta e seis meses) para o Software, conforme especificação contida na **Ata de Registro de Preços XXXXX/2025** e no correspondente Termo de Referência/Caderno de Especificações, Anexo I, no quantitativo abaixo:

Descrição	Qtd. (A)	Valor unitário (R\$) (B)	Valor Total (R\$) C= (A) * (B)
PINPAD	26.201		

1.2 Endereço de entrega: Conforme **Anexo I – M – LOCAIS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**.

2 DOS PRAZOS

2.1 A entrega/execução do objeto deve ocorrer em horário comercial, salvo situações devidamente acordadas com a contratante, nos quantitativos, locais acima e no prazo indicado na Ata de Registro de Preços.

2.2 O presente contrato terá a vigência em conformidade com o definido na cláusula “**DOS PRAZOS**” da Ata de Registro de Preços, a contar da data de assinatura pela última parte, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos nos limites definidos na Lei nº 13.303/2016.

3 DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 Pela perfeita execução do objeto e obedecidas as demais condições estipuladas neste contrato e na **Ata de Registro de Preços XXXXX/2025** a **CAIXA** pagará à Contratada os preços acima indicados, perfazendo o valor global de R\$ (), pelo período de vigência da contratação.

3.2 Após a aceitação dos serviços e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, a CAIXA efetuará o pagamento à Contratada, nos termos e condições definidos na cláusula “**DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO**” da Ata de Registro de Preços.

4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Observar as condições contratuais constantes da Ata de Registro de Preços **Ata de Registro de Preços XXXXX/2025**, para o perfeito cumprimento deste instrumento.

4.2 Manifestar-se quanto a aceitação ou não, nas mesmas condições contratuais, de acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para seus acréscimos, podendo a supressão exceder o limite estabelecido quando houver acordo entre as partes.

5 DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

5.1 A **CONTRATADA** deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se a atender as disposições estabelecidas na cláusula “**DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA**” da Ata de Registro de Preços.

6 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste instrumento e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a Contratada ficará sujeita às sanções previstas constantes da **Ata de Registro de Preços XXXXX/2025**

7 DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1 Conforme previsto na cláusula “**DA GARANTIA CONTRATUAL**” da Ata de Registro de Preços.

8 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista na Ata de Registro de Preços.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Este contrato está vinculado às cláusulas e condições da **Ata de Registro de Preços XXXXX/2025**, bem como à proposta da Contratada, apresentada no correspondente certame.

10 DO FORO

10.1 Para dirimir as questões decorrentes do presente contrato fica eleito o seguinte Foro da Justiça Federal previsto na Ata de Registro de Preços.

, de de .

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CONTRATADA

OBS: A CONTRATADA DEVERÁ INDICAR O NÚMERO DESTE CONTRATO NO CORPO DO DOCUMENTO FISCAL.

ANEXO VI**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MPE**

A empresa, inscrita no CNPJ/MF....., **DECLARA**, sob as penas da Lei, para fins de participação na **LICITAÇÃO CAIXA nº 237/2025** que:

- Se enquadra na condição de _____ **(o licitante deve informar se é microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual - MEI)**, nos termos do Art. 3º da LC 123, de 14 de dezembro de _____ ou nos termos do §1º do art.18-A da LC 123, de 14 de dezembro de 2006, e não está inserida em nenhuma das excludentes hipóteses do § 4º do mesmo Artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido em licitações, previsto na referida Lei Complementar.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa
Nome/CPF

OBS: Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado do licitante.

ANEXO VII**TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA**

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF nº _____, por meio do seu representante devidamente constituído, para fins do disposto no Edital da **Licitação CAIXA n.º 237/2025**.

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;
- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;
- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 e arts. 337-E a 337-P do Código Penal Brasileiro, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a **CAIXA**;
2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário **CAIXA**, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários **CAIXA**;
4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;
5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;

6. Apoiar e colaborar com a **CAIXA** em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. A proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

8. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócios-ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

_____, ____ de _____ de _____

[REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE,
COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]

ANEXO VIII**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Eu, _____, CPF _____, representante legal da empresa _____ **[Inserir nome da empresa]**, inscrita no CNPJ sob o nº _____, **DECLARO**, sob as penas da lei, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos listados a seguir, apresentados no Portal Licitações **CAIXA** para efeitos de habilitação para a **LICITAÇÃO CAIXA nº. 237/2025**, são autênticos e representam cópias fiéis dos correspondentes documentos originais; em caso de dúvida quanto à autenticidade, **TENHO CIÊNCIA** de que a **CECOT** poderá exigir a apresentação do documento em cópia autenticada digitalmente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Licitador.

Preencher e selecionar abaixo quais cópias dos documentos serão enviados**a) Proposta e Planilha (se for o caso):**

- () Proposta Comercial, devidamente assinada; **(manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)**
- () Planilha Orçamentária, devidamente assinada; **(manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)**

b) Documentação relativa à Habilitação jurídica:

- () Contrato Social e Alterações ou Consolidação, registrados na Junta Comercial sob nº _____, datado de _____;

c) Documentação relativa à regularidade fiscal: **(Caso a empresa possua cadastro no SICAF e este estiver regular não há necessidade de envio das certidões abaixo. Se alguma certidão estiver com prazo vencido enviar e informar (se for o caso))**

- () Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CPEND

- () CND FGTS

d) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira:

- () Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial válida;
- () Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Último Exercício registrados na forma da Lei

e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica: **(identificar cada atestado enviado, quantos forem necessários)**

- () Atestados / certidões / declarações _____
() Atestados / certidões / declarações _____
() Atestados / certidões / declarações _____

f) Aceites, termos e demais declarações contidas no edital; **(elencar abaixo quais declarações foram assinadas e enviadas pela empresa. Ex. Modelo I, Modelo II, etc)**

- () _____;
() _____;
() _____;
() _____;
() _____;

DECLARO ainda ter conhecimento dos termos descritos na Lei 13.726/2018:

“Art. 3º - Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

[...]

II – autenticação de cópia de documento, [...]

[...]

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.”

Localidade, _____ de _____ de _____

Assinatura do representante legal da empresa

Nome legível:

CPF:

Esta declaração deve ser assinada por meio de certificado digital padrão ICP-BRASIL, tendo sua conferência e validação realizada através da ferramenta “verificador de conformidade”, disponibilizada pelo ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (<https://verificador.iti.gov.br>) ou por meio de Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos.